



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E  
ORDENAMENTO

### **ESTÁGIO DE ARQUITETURA PAISAGISTA:**

***Proposta de valorização da paisagem serrana de  
São Brás de Alportel – Medidas de combate ao  
despovoamento e consequente desertificação***

Nome do Mestrando | Filipa Alexandra Borralho dos Santos

Orientação | Prof<sup>a</sup>. Doutora Isabel A. Joaquina Ramos

Arquiteto Paisagista André Brito Guerreiro

### **Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

## **ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E  
ORDENAMENTO

### **ESTÁGIO DE ARQUITETURA PAISAGISTA:**

***Proposta de valorização da paisagem serrana de  
São Brás de Alportel – Medidas de combate ao  
despovoamento e consequente desertificação***

Nome do Mestrando | Filipa Alexandra Borralho dos Santos

Orientação | Prof<sup>a</sup>. Doutora Isabel A. Joaquina Ramos

Arquiteto Paisagista André Brito Guerreiro

### **Mestrado em Arquitetura Paisagista**

Relatório de Estágio

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

*Estágio de Arquitetura Paisagista: Proposta de valorização da paisagem serrana de São Brás de Alportel*

*Medidas de combate ao despovoamento e consequente desertificação*

*Universidade de Évora*

---

*“É a ligação à terra que faz uma cultura. Ninguém diz, “é o nosso urbano”, toda a gente diz “é a nossa terra”.*

*A paisagem é bela porque está humanizada, uma construção humana feita com materiais vivos. Se a artificializamos fica um objeto decorativo, um adorno, um acessório com materiais vivos.”*

(COVAS; 2012, p.21)

## **RESUMO**

No seguimento do estágio curricular no âmbito do mestrado em Arquitetura Paisagista, o presente Relatório de Estágio expõe uma diferente realidade que é vivida na região do Algarve, mostrando o que existe para além do conhecido litoral. A paisagem serrana da Serra do Caldeirão no concelho de São Brás de Alportel é o principal foco, revelando por um lado um local com tanto para oferecer mas, por outro, um território à mercê do abandono.

Neste relatório desenvolve-se uma abordagem geral à Serra do Caldeirão, centrando o estudo no concelho de São Brás de Alportel, referindo as potencialidades e os grandes problemas deste território, onde a desertificação, resultado do processo de despovoamento, se revela uma ameaça à sobrevivência deste território rural.

Através de um estudo de unidades de paisagem, com base na urgência de intervenção dos locais dentro do território em estudo e tirando partido do processo de participação pública, envolvendo a comunidade presente, é feita uma proposta de valorização para esta paisagem serrana, tendo em vista aproveitar e promover as suas potencialidades.

**Palavras-chave:** Serra do Caldeirão; São Brás de Alportel; Paisagem; Território rural; Despovoamento; Desertificação; Valorização

## **Internship in Landscape Architecture – Proposal for appreciation of the mountainous landscape of São Brás de Alportel – Measures to combat depopulation and consequent desertification**

### **ABSTRACT**

Following the curricular internship in the Landscape Architecture master's degree, this Internship Report presents a different reality that is experienced in the Algarve, showing what exists beyond the well-known coastline. The mountainous landscape of *Serra do Caldeirão* in the municipality of *São Brás de Alportel* is the main focus, revealing on the one hand a place with so much to offer but, on the other hand, a territory at the mercy of depopulation.

In this report a general approach is developed to *Serra do Caldeirão*, focused in the municipality of *São Brás de Alportel*, referring to the potentialities and the problems of this territory, where desertification is seen as a result of the process of depopulation, becoming a threat to the survival of this rural territory.

Through a study of landscape units, based on the urgency of intervention at the places within the territory under study and having in mind the advantages of involving the community in the process of public participation, an improvement proposal is made for this landscape, considering and enhancing its potential.

**Key-words: Serra do Caldeirão; São Brás de Alportel; Landscape; Rural territory; Depopulation; Desertification; Improvement**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço ao meu co-orientador André Brito Guerreiro, por me ter recebido como estagiária na sua empresa - MRGuerreiro-jardins, permitindo que entrasse no ambiente profissional e descontraído do seu escritório.

Quero agradecer à excelente orientadora que me acompanhou, a Professora Doutora Isabel Ramos. Primeiro por ter aceitado orientar-me neste percurso importante - é quem desde sempre eu soube que seria a melhor pessoa para me orientar e pude confirmar aquilo que acreditei, desde as primeiras aulas de primeiro ano de mestrado e, ao longo deste percurso de realização do relatório. Agradeço por ter tido sempre a capacidade e disponibilidade de me orientar, fazendo-me sentir mais confiante para seguir em frente com as minhas ideias.

À minha família, que desde sempre me apoiou em todas as minhas decisões e se mostrou compreensiva quando a conclusão deste percurso não correu como era previsto. Por toda a minha formação devo um especial agradecimento aos meus pais, sem eles muito provavelmente não teria chegado onde cheguei até hoje, com o sucesso que sempre desejei. Obrigada por estarem sempre presentes e prontos para me ajudar, obrigada por me terem dado esta oportunidade!

Um obrigado muito especial à minha tia, Sílvia Batista. A pessoa que me fez ver que ainda era possível concluir esta etapa, apesar de todos os impedimentos. Muito obrigada pela ajuda! Sem ti teria sido muito difícil superar.

Obrigada ao meu namorado, por me ter apoiado e encorajado e por ter sido sem dúvida uma grande ajuda, transmitindo-me muitos conhecimentos acerca deste território, que só alguém como ele, que o conhece tão bem, me poderia transmitir.

Obrigada também aos meus amigos, que me motivaram nesta fase, incentivaram-me a não desistir e por vezes sem se darem conta foram grandes ajudas e fontes de ideias que me ajudaram a prosseguir.

Agradeço também aos professores que no decorrer das aulas de licenciatura e mestrado conseguiram contribuir bastante para a posterior realização deste trabalho.

A todas aquelas pessoas que se foram cruzando no meu caminho ao longo deste percurso, tendo-me ajudado em diferentes situações, nomeadamente as pessoas que gentilmente se disponibilizaram para a realização das entrevistas.

A todos, muito obrigada por ajudarem a tornar possível este sonho, por terem sido o apoio fundamental para a realização deste relatório, que fará com certeza a diferença no meu futuro.

## ÍNDICE GERAL

RESUMO	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
ÍNDICE GERAL	V
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
LISTA DE ACRÓNIMOS	X
INTRODUÇÃO	1
1. PAISAGEM SERRANA EM PROCESSO DE DESPOVOAMENTO	4
2. CONCEITO DE DESERTIFICAÇÃO	8
2.1. Conceito geral	8
2.2. Conceito de desertificação aplicado ao território em estudo	12
3. ENQUADRAMENTO DA ÁREA EM ESTUDO	15
3.1. Caracterização geral da Serra do Caldeirão	15
3.2. Localização	21
3.3. Análise do território concelhio de São Brás de Alportel	24
4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO <i>IN LOCO</i>	29
4.1. Objetivo do processo de participação pública	29
4.2. Descrição do público entrevistado	32
4.3. Resultados e considerações sobre as entrevistas	34
4.4. Visitas de campo – Considerações gerais	40
4.5. Considerações acerca de um possível regresso ao mundo rural	46
5. ANÁLISE SWOT	48
6. ESTUDO DAS UNIDADES DE PAISAGEM	57
6.1. Unidades de paisagem existentes	59
6.1.1. Unidade de Paisagem 122 – Serra do Caldeirão	60

6.1.2 Unidade de Paisagem 125 – Barrocal Algarvio-----	61
6.1.3 Unidade de Paisagem 126 – Litoral do Centro Algarvio -----	63
6.2 Caracterização das unidades de paisagem propostas -----	64
6.2.1 Unidade de Paisagem Serra (1)-----	66
6.2.2 Unidade de Paisagem Barrocal (2)-----	70
6.2.3 Unidade Barrocal/Litoral (3) -----	75
6.3. Unidades de paisagem propostas e proposta de valorização do território -----	77
7. VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SERRANO-----	79
7.1 Intervenções em território rural -----	79
7.2. Intenções dos Instrumentos de Gestão Territorial -----	81
7.2.1 Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT) ---	81
7.2.2 Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve) -	83
7.2.3 Plano Diretor Municipal de São Brás de Alportel (PDM SBA)-----	84
7.2.4 Programa Nacional para a Coesão Territorial -----	85
8. PROPOSTA -----	89
8.1. Combate ao despovoamento -----	91
8.2 Objetivos Estratégicos e Medidas Operacionais -----	93
8.3 Possíveis impedimentos à implementação da proposta -----	100
CONCLUSÕES-----	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	107
ANEXOS-----	110
Anexo 1 - Guião de entrevistas -----	110
Guião 1 -----	111
Guião 2 -----	112
Guião 3 -----	113
Guião 4 -----	114
Anexo 2 – Cartografia Consultada -----	115
Sítios Rede Natura 2000 em Portugal Continental -----	115
Sítios Rede Natura 2000 São Brás de Alportel-----	116

PDM SBA - Planta de Condicionantes - Reserva Agrícola Nacional -----	117
PDM SBA – Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional-----	118
PDM SBA - Planta Síntese de Ordenamento -----	120
PDM SBA - Planta de Ordenamento - Condicionamentos Especiais-----	122
PDM SBA - Planta de Condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública -----	123
Anexo 3 – Esboço de projeto particular de atividades na Serra -----	125

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-Paisagem desértica_____	9
Figura 2-Paisagem desertificada em Portugal _____	9
Figura 3- Serra do Caldeirão, Cova da Muda, SBA _____	15
Figura 4-Serra do Caldeirão, Machadinhas, Tavira_____	16
Figura 5- <i>Cistus ladanifer</i> _____	16
Figura 6-Rocha da pena _____	18
Figura 7-Fonte Benémola, Loulé_____	18
Figura 8 - Enquadramento do concelho de SBA a nível nacional_____	21
Figura 9 - Concelhos do Algarve abrangidos pela Serra do Caldeirão _____	22
Figura 10 -Delimitação da Serra, Barrocal e Litoral do Centro Algarve no Concelho de SBA _____	22
Figura 11 - Ortofotomapa concelho SBA com destaque para zona mais urbanizada _	23
Figura 12 - Largo de São Sebastião, no centro urbano de SBA _____	25
Figura 13-Casa em ruínas, Cova da Muda, SBA _____	26
Figura 14-Hortas junto à ribeira do Alportel _____	28
Figura 15 – Paisagem serrana próxima da transição entre a Serra e o Barrocal _____	41
Figura 16 - Reflorestação na SC _____	42
Figura 17 - Paisagem serrana _____	42
Figura 18 - Cova da Muda, uma das povoações da SC_____	43
Figura 19 - Miradouro do Alto da Arroiteia, SC_____	43
Figura 20 - Paisagem SC - <i>São Brás entre a Serra e o Mar</i> _____	44
Figura 21 - Paisagem Barrocal noroeste_____	44

Figura 22 - Serra do Caldeirão, concelho de Tavira _____	45
Figura 23-Unidades de Paisagem existentes _____	59
Figura 24-Transição UP Serra Caldeirão e UP Barrocal _____	61
Figura 25-Unidades e subunidades de paisagem propostas _____	62
Figura 26-Unidades e subunidades de paisagem propostas _____	65
Figura 27-Fonte férrea, São Brás de Alportel _____	67
Figura 28-Miradouro do Alto da Ameixeira, SBA _____	69
Figura 29-Sessões cadastrais de prédios rústicos _____	70
Figura 30-Maior concentração de solo urbanizado _____	71
Figura 31 - Pintura nas casas abandonadas do centro histórico _____	72
Figura 32 - Centro histórico, SBA _____	72
Figura 33 - Valados e pomares de sequeiro do Barrocal Central _____	73
Figura 34 – Pomares de sequeiro do Barrocal Central _____	74
Figura 35-Unidades e subunidades de paisagem propostas _____	75
Figura 36-Fotografias representativas da Subunidade Barrocal Noroeste _____	75
Figura 37-Miradouro do Alto da Arroeteia _____	76
Figura 38 - Rua enfeitada para a Procissão das Tochas Floridas, SBA _____	77

## **LISTA DE ACRÓNIMOS**

CCDRA - Comissão Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

DGOTDU – Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DGT – Direção Geral do Território

FCCV – Futebol Clube Cabeça do Velho

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

OT – Ordenamento do Território

PDM – Plano Diretor Municipal

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTA - Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

SBA – São Brás de Alportel

SC – Serra do Caldeirão

UP – Unidade de Paisagem

## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório está associado ao estágio realizado tendo em vista a conclusão do Mestrado em Arquitetura Paisagista, pela Universidade de Évora. Foi realizado na empresa MRGuerreiro-jardins, localizada em São Brás de Alportel, com a duração de nove meses. A escolha da realização do relatório de estágio foi assente na ideia de uma aproximação ao mundo profissional, na área da arquitetura paisagista, permitindo descobrir a realidade que esta área oferece para além do mundo académico.

A empresa na qual o estágio foi efetuado é especializada no projeto, construção e manutenção de jardins; no entanto, foi proposto pelo arquiteto paisagista e gerente da mesma que, em colaboração com a Câmara Municipal de São Brás de Alportel, o estágio incidisse sobre um aspeto mais relacionado com ordenamento do território, de forma a alcançar um dos objetivos do então programa eleitoral, que previa a realização de um “Parque Ambiental da Serra do Caldeirão”, no concelho de São Brás de Alportel. Com a concordância de todas as partes envolvidas na realização deste trabalho, deu-se início à realização do relatório de estágio neste tema.

No entanto, após reunião com o Presidente da Câmara Municipal (Vitor Guerreiro) e várias conversas informais com técnicos da mesma instituição, chegou-se à conclusão que não era pretendida a execução de um “Parque Ambiental”, com todas as infraestruturas que este tipo de parque envolve, mas sim ir ao encontro da necessidade de valorização da Serra do Caldeirão, no concelho de São Brás de Alportel. O pretendido seria apostar principalmente na valorização e tirar partido da qualidade do ar, que é reconhecida no concelho pelos seus efeitos benéficos para a saúde, mas como essa principal intenção não é o foco no âmbito de trabalho da arquitetura paisagista, podendo apenas ser abordada superficialmente, propôs-se uma abordagem diferente para pôr em prática a valorização da paisagem serrana, de forma mais abrangente e tendo em atenção outras questões pertinentes.

O motivo da escolha do tema deste relatório – valorização da paisagem serrana – prende-se não só com os objetivos do programa eleitoral mas também com os objetivos do ordenamento do território, o conhecimento empírico e a perceção da paisagem, que revela fragilidades, tais como o despovoamento, que poderão conduzir à desertificação.

É de referir que o processo de ordenamento de território é bastante complexo, como tal, antes de se partir para a intervenção é fundamental primeiramente proceder-se à análise do território em causa. Assim, e como uma área em estudo não deve ser vista de forma isolada, mas sim de forma integrada na sua envolvente, foi feita inicialmente uma

caracterização geral da Serra do Caldeirão, que abrange vários concelhos para além do de São Brás de Alportel. Só depois é focado o estudo no concelho em causa, compreendendo o mesmo através de uma análise tanto do ponto de vista da potencialidade, que o território brinda a quem o habita e a quem o visita, como do ponto de vista da problemática que mostra a urgente necessidade de intervenção.

O envolvimento das comunidades no processo de participação pública, como parte importante do processo de ordenamento do território, é essencial para este estudo, não só de forma a contribuir para uma melhor proposta, mas também para permitir que a população tome conhecimento dos problemas que o território enfrenta, ou poderá enfrentar, se não forem tomadas e implementadas as medidas necessárias. A consciencialização da população é uma forma de prevenção e de comprometer a mesma para a ação. Considerou-se assim importante a integração da perspetiva construtivista da participação das pessoas, que possuem informação bastante credível sobre o território, uma vez que esta informação provém de quem vive o território no seu dia-a-dia, na sua globalidade. Para tal, foram efetuadas entrevistas informais a diferentes públicos.

A análise ao território e paisagem serrana teve em conta um estudo muito relevante, *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, coordenado pelo professor Cancela d'Abreu (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004), tendo sido analisadas as unidades de paisagem definidas consoante determinados critérios (por exemplo: relevo, vegetação e tipos de solos, entre outros). Este estudo revela-se, em parte, insuficiente para compreender o território e perceber a dinâmica que existe em termos de povoamento. Ganha-se assim um ponto de partida para redefinir as Unidades e Subunidades de Paisagem, consoante a ocupação do território, ou seja, o estado que este apresenta face ao despovoamento. E consoante o estado de despovoamento do território, assim será a sua urgência de intervenção.

Termina-se então este processo com uma proposta de valorização da paisagem serrana, que visa combater o despovoamento, que se pressupõe ser um processo que este território tem vindo a enfrentar e que o encaminha para a ameaça de desertificação. A proposta tem em conta as limitações e fragilidades do território rural, as opiniões e as necessidades da população, tanto da zona serrana como do restante concelho. Para além disto, podemos considerar que a proposta permite ainda uma perspetiva de um futuro promissor para uma região que atualmente sofre as consequências de um investimento direcionado maioritariamente para o litoral, não aproveitando a imensa potencialidade e recursos que existem no interior. Pretende-se alcançar uma proposta que satisfaça as necessidades da população, dos turistas (que pretendem descobrir uma

oferta turística existente para além do turismo de praia) e do território que tem de ser protegido e valorizado.

Face ao exposto, após esta introdução o relatório continua com a análise processo de despovoamento da paisagem serrana e consequente possível cenário de desertificação, que são tidos como pontos de partida para a necessidade de valorização deste território (capítulos 1 e 2).

Sabendo que é necessário valorizar todos os territórios em processo de despovoamento, este estudo centra-se no território serrano do concelho de São Brás de Alportel. Assim, o capítulo 3 apresenta uma caracterização geral da Serra do Caldeirão, por forma a enquadrar o território em estudo – Serra do Caldeirão no concelho de São Brás de Alportel, a que se segue a análise ao território concelhio.

De forma a obter um conhecimento aprofundando acerca do território a valorizar, foram realizadas entrevistas (formais e informais) e visitas de campo, cujos resultados e considerações se apresentam no capítulo 4. Segue-se, no capítulo 5, a apresentação da análise realizada a pontos fracos, pontos fortes, ameaças e potencialidades do território concelhio.

Dada a importância da análise das Unidades de Paisagem existentes para o processo de valorização deste território e devido ao facto das UP definidas por Cancela d'Abreu (*idem*) se mostrarem inadequados à escala deste estudo, surgiu a necessidade de elaborar uma definição de novas Unidades e Subunidades de Paisagem para o concelho de SBA (capítulo 6).

A necessidade de elaborar uma proposta de valorização para este território leva à verificação das intenções constantes nos principais Instrumentos de Gestão Territorial existentes e com influência neste território, ao nível nacional, regional e local, o que é apresentado no capítulo 7.

O capítulo 8 expõe a proposta que se considera adequada para a valorização deste território e desta paisagem, o que passa pela definição de objetivos estratégicos e medidas operacionais a pôr em prática no território serrano, do concelho de SBA. Surgindo possíveis impedimentos à implementação da proposta, são apresentadas possíveis soluções que contornem esses impedimentos.

O relatório é concluído com um capítulo de conclusões sobre o trabalho realizado.

## **1. PAISAGEM SERRANA EM PROCESSO DE DESPOVOAMENTO**

“O grande problema do país é a morte das aldeias”<sup>1</sup>

Gonçalo Ribeiro Telles

De acordo com o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD, 1999), o despovoamento considera-se tanto a causa como o efeito da degradação das terras. Surge inúmeras vezes porque os solos se tornaram insuficientes para as necessidades das populações devido à degradação a que o Homem os sujeitou. Por outro lado, a pobreza do solo não desperta o interesse dos agentes económicos e sociais, o que leva ao seu abandono, dificultando a recuperação do coberto vegetal e, por sua vez, a infiltração da água.

O despovoamento das áreas rurais é um problema mais grave do que se poderá pensar à primeira vista, sendo a zona serrana algarvia um excelente exemplo dessa realidade.

Muitíssimo próxima geograficamente do litoral (dista cerca de 22km da praia em linha reta) apresenta uma realidade tão discrepante daquilo que se encontra a escassos quilómetros mais para sul. Uma distância tão curta ao litoral não deveria justificar o abandono que é visível na zona serrana. Tanto esta zona como o litoral possuem imensas mais-valias (recursos naturais e culturais) que poderiam complementar-se na oferta turística com proveito conjunto de ambas as paisagens tão distintas. Contudo, o que acontece é a sobrelotação de uma (litoral) e o abandono de outra (serra). É referido no Relatório do PNPOT que o desenvolvimento do território algarvio baseou-se essencialmente nos fatores relacionados com o clima, com o sol e com a praia. <sup>2</sup> O turismo de praia está assim sobrelotado enquanto que, apesar de existir interesse e procura para outro tipo de turismo (turismo rural na SC) não existe oferta suficiente para suprimir essa necessidade.

---

<sup>1</sup> UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO. “Ribeiro Telles – “O grande problema do país é a morte das aldeias” (2012) [em linha]. Porto s.d. [Consult 2015]. Disponível na WWW:URL: <http://arquitetura.ufp.pt/>

<sup>2</sup> MAOTDR – PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório.2006

O abandono do território rural não é apenas prejudicial para este território, mas também para as áreas urbanas que, devido à migração da população serrana, estão a ficar densamente habitadas e a ver os seus recursos diminuírem; ao passo que há um desaproveitamento dos recursos rurais. De facto, como Gonçalo Ribeiro Telles refere: *“O grande problema do país é a morte das aldeias”*,<sup>3</sup> são estas que nos alimentam - a cidade não é autónoma, é dependente do campo. A falta de consciência dessa realidade leva ao abandono das aldeias que terá graves consequências ambientais, sociais e económicas no país. De acordo com o PNPOT, a agricultura que teve em tempos um papel importante na economia e na vida das populações, atualmente não representa mais de 5% da economia regional (MAOTDR, 2006)

É certo que não é apenas no interior que existem as aldeias, também há espaço rural e aldeias no litoral, mas serão esses espaços rurais do litoral suficientes para alimentar um país? Serão esses espaços capazes de garantir o equilíbrio dos ecossistemas, quando existe um interior em vias de despovoamento? Questões que deveriam ser expostas à população para uma maior consciencialização acerca do tema.

Gonçalo Ribeiro Telles expõe, numa entrevista, algumas reflexões acerca do despovoamento do interior do país que confirmam esta problemática, afirmando que *«O grande problema do país é a falta de informação e a cultura das pessoas, transversal na sociedade portuguesa»*.<sup>4</sup> Entende-se por esta reflexão que, de um modo geral, a ausência de informação e cultura das pessoas está a agravar o estado em que o país se encontra. Uma vez que o pensamento está direcionado para a qualidade de vida, a maior oferta de trabalho e serviços que se encontram nos centros urbanos leva a que as populações se desloquem para estes centros, acreditando que lá se irá ter o que se precisa para sobreviver, podendo o resto do país ser deixado ao abandono. Importa mudar este pensamento urgentemente mostrando que também é possível ter qualidade de vida no interior do país.

Neste momento é o Homem que está a comandar as grandes transformações e dinâmicas da paisagem e é ao Homem que é importante mostrar outra forma de pensar,

---

<sup>3</sup> UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO. “Ribeiro Telles – “O grande problema do país é a morte das aldeias” (2012) [em linha]. Porto s.d. [Consult 2015]. Disponível na WWW:URL: <http://arquitetura.ufp.pt/>

<sup>4</sup> NOTÍCIAS AO MINUTO “Ribeiro Telles diz que a biodiversidade rural «está a morrer» (2013). [em linha]. Lisboa, 2016. [Consul.2015]. Disponível na WWW:URL: <https://www.noticiasominuto.com/> -

tendo em vista um adequado ordenamento do território, para que o «*fosso entre o litoral e o interior não continue a aumentar*». <sup>5</sup>

Ribeiro Telles, na entrevista ao jornal Notícias ao Minuto, discute a origem do problema do mundo rural questionando-se «*A quem se deve o desaparecimento e degradação das aldeias? - Deve-se a toda uma política de organização de desenvolvimento planeada para a destruição do país e à preocupação em considerar a ruralidade como qualquer causa do passado sem futuro*»<sup>6</sup>, mas o futuro terá mesmo de passar por ver a ruralidade como um novo futuro, tal como a 2ª ruralidade instruída por António Covas (COVAS *et al.*, 2012) que será analisada numa fase de proposta e que se vê reforçada por Ribeiro Telles na entrevista acima referida: «*O problema do espaço rural no País é gravíssimo. A biodiversidade do espaço rural está a morrer, sem ruralidade não poderá haver equilíbrio económico e futuro para Portugal....*». <sup>7</sup>

O arquiteto paisagista afirma ainda que «*Criámos uma ruína. É preciso que os responsáveis pensem mais no país e menos nas finanças. Que reflitam mais na economia do planeamento para desenvolvimento das gentes, das potencialidades e da nossa posição quanto ao mundo.*» É fundamental ter em consideração que, tal como o Homem cria uma ruína, no sentido de destruição pelo uso abusado de certos valores culturais e naturais, também essa ruína se forma pela não utilização do mesmo. A paisagem serrana transforma-se numa ruína se não houver mão humana para manter o território vivo. No entanto, também é preciso que se respeite um correto ordenamento para que não se proceda a um uso desadequado dos valores naturais e culturais, ou seja, terá de haver um equilíbrio. Neste território é importante perceber que este não está em ruínas pela destruição provocada pelo Homem, mas sim pelo tempo que passa sem o Homem cuidar dos seus pertences.

É de realçar que as soluções têm de partir dos agentes governamentais mas, até agora, as ideias têm estado apenas direcionadas para interesses turísticos e económicos. Gonçalo Ribeiro Telles, numa conversa registada na página da Universidade Fernando

---

<sup>5</sup>UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO. “Ribeiro Telles – “O grande problema do país é a morte das aldeias” (2012) [em linha]. Porto s.d. [Consult 2015]. Disponível na WWW:URL: <http://arquitetura.ufp.pt/>

<sup>6</sup> NOTÍCIAS AO MINUTO “Ribeiro Telles diz que a biodiversidade rural «está a morrer» (2013). [em linha]. Lisboa, 2016. [Consul.2015]. Disponível na WWW:URL: <https://www.noticiasao minuto.com/> -

<sup>7</sup> NOTÍCIAS AO MINUTO “Ribeiro Telles diz que a biodiversidade rural «está a morrer»” (2013). [em linha]. Lisboa, 2016. [Consul.2015]. Disponível na WWW:URL: <https://www.noticiasao minuto.com/>

Pessoa, refere que os atuais Planos Diretores Municipais (instrumentos de gestão territorial de natureza regulamentar ao nível do município), não promovem a recuperação urbana das aldeias para as pessoas, mas sim «*a recuperação urbana das aldeias para o turismo. Mas não há turismo sem aldeões. Estamos completamente errados. A recuperação das aldeias passa pelo restabelecimento da agricultura local. E é isso o que não se quer.*»<sup>8</sup> E assim coloca-se a questão - Como é possível praticar e existir turismo nas aldeias sem as pessoas? São as pessoas que fazem o lugar ter vida, ter cultura e é isso que os turistas procuram. Não procuram nem esperam encontrar um território abandonado, com acomodações de luxo garantidas e um vazio de tradições e costumes. São as pessoas que fazem os lugares e que transmitem esses valores.

Outra consideração importante está relacionada com o fator distância. Em Portugal, num país de dimensões geográficas relativamente pequenas, não podemos afirmar que existem lugares isolados pela distância. Há sim lugares isolados por falta de acessos, condições e pessoas que evitam habitá-los.

---

<sup>8</sup> UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO. “Ribeiro Telles – “O grande problema do país é a morte das aldeias” (2012) [em linha]. Porto s.d. [Consult 2015]. Disponível na WWW:URL: <http://arquitetura.ufp.pt/>

## **2. CONCEITO DE DESERTIFICAÇÃO**

Após ter sido exposta a problemática deste território, que passa essencialmente pelo inadequado ordenamento e pelo despovoamento que ocorre à semelhança de todo o espaço rural português, é importante refletir sobre o futuro deste território, sendo que se as práticas e atitudes relacionadas com o inadequado ordenamento se mantiverem, então, um possível cenário será a desertificação.

### **2.1. Conceito geral**

O processo de desertificação é um processo que prejudica um território, afetando todos os seus recursos naturais, culturais e sociais, incluindo a organização social e económica estabelecida pelas populações. Como todos os elementos de um território estão intimamente relacionados, aquando de um processo de desertificação, sempre que há um desequilíbrio dos recursos naturais, os restantes recursos tornam-se instáveis, podendo levar à desregulação da organização socioeconómica, conduzindo ao despovoamento.<sup>9</sup>

Em linguagem corrente, desertificação remete para imagens de paisagens desérticas e ecossistemas com condições extremas (Figura 1), onde os fatores abióticos levaram ao surgimento de paisagens com uma beleza muito própria, mas que muito se diferenciam das paisagens em risco de desertificação ou em processo de degradação que ocorrem nas áreas rurais do nosso país (Figura 2).

---

<sup>9</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004



**Figura 1-Paisagem desértica**

Fonte: <http://diariodebordomsc.com.br> [consul. 2016]



**Figura 2-Paisagem desertificada em Portugal**

Fonte: <http://www.wwf.pt> [consul. 2016]

Estima-se que o fenómeno da desertificação afeta um terço da superfície terrestre e é uma ameaça que põe em risco a subsistência de biliões de pessoas. No entanto, este é ainda um fenómeno pouco compreendido entre a sociedade. Calcula-se que devem existir mais de cem conceitos para explicar e definir o fenómeno da desertificação.<sup>10</sup> Contudo, os diferentes conceitos devem variar consoante o território que está a ser analisado, assim como os critérios que são aplicados para calcular a sua incidência. O conceito de desertificação, de acordo com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, aprovada pela União Europeia através da Decisão do Conselho n.º

---

<sup>10</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004

98/216/CE, de 9 de março de 1998 é a “degradação das terras nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.”<sup>11</sup> Consideram-se para os efeitos as zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas todas as áreas à superfície terrestre com precipitação anual e evapotranspiração potencial com valores compreendidos entre 0.05 e 0.65.<sup>12</sup>

De acordo com a Organização das Nações Unidas, 1/3 da superfície terrestre é afetada pela desertificação que, agravada pelas mudanças climáticas, afeta a biodiversidade implicando alterações físicas e humanas no território, o que mostra que o problema é mais abrangente do que é perceptível numa primeira análise.

No ano de 2006 (considerado pelas Nações Unidas, o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação), a ex-direcção Geral dos Recursos Florestais (atual ICNF) encomendou o inquérito “Perceções sobre o fenómeno da desertificação em Portugal” que foi aplicado a uma amostra de 600 pessoas, escolhidas de forma aleatória. Tal como referido pela Agência LUSA, na RTP Notícias, o resultado do inquérito revelou que: “A maioria dos inquiridos associou espontaneamente o fenómeno à ação humana: o despovoamento (21,9 por cento) e a falta de atividades económicas (17,7 por cento) totalizam 40 por cento das causas, enquanto só 12 por cento dos entrevistados sugeriu a degradação dos recursos naturais.”<sup>13</sup> Parte dos inquiridos (79,9%) revelaram ainda que a problemática da desertificação é realmente presente em Portugal. Como possíveis causas de desertificação foram apontadas: os incêndios florestais, a seca e o abandono de terras de cultivo.

Este assunto é de tal relevância, que a Direção Geral do Território, (ex- Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), em 2006, considerou a necessidade de incluir esta problemática nos Planos Regionais de Ordenamento do Território, de forma a que as atividades humanas fossem ao encontro de uma gestão sustentável do território.

---

<sup>11</sup> INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS [em linha]. Lisboa, s.d. – [Consul. 2015]. Disponível na WWW: URL: <http://www.icnf.pt/portal>.

<sup>12</sup> ROSÁRIO, Lúcio- *Indicadores de Desertificação para Portugal Continental*. Lisboa: Edição da Direção Geral dos Recursos Florestais, 2004

<sup>13</sup> RTP – RTP NOTÍCIAS – “Portugueses atribuem causas da desertificação a despovoamento e falta de atividades” [em linha]. S.l., 2016 – [consul. 2016]. Disponível na WWW: URL:<http://www.rtp.pt/>

No Plano Diretor Municipal de São Brás de Alportel, o tema da desertificação é apenas considerado no artigo 38º da secção IV: *“Os espaços rurais da serra, delimitados na planta de ordenamento síntese, constituem espaços não condicionados pela REN nem pela proteção a espécies florestais, onde se pretende viabilizar a instalação de atividades diversas que permitam contrariar a desertificação.”*

A desertificação é um processo que resulta de um conjunto de fatores agressivos para o território, nomeadamente a erosão do solo e a indisponibilidade ou fraca disponibilidade de água. O declínio da fertilidade, perdas de coberto vegetal e diminuição da biodiversidade (fatores também responsáveis pela desertificação) podem igualmente ser consequência de um processo de desertificação. Estes processos conduzem a um desequilíbrio no território que dificulta o desenvolvimento e a sobrevivência de qualquer espécie.

Perante este desequilíbrio, as populações dos territórios, maioritariamente rurais, veem os seus recursos escassear e, por vezes, a única solução que encontram passa por abandonar o território à procura de melhores condições de vida.<sup>14</sup>

Por outro lado, a falta de recursos económicos, a ausência de políticas de incentivo à fixação da população, de desenvolvimento cultural e social, leva à preferência pelas zonas mais densamente povoadas, deixando para trás o interior do país.

Segundo António Covas (COVAS,2012) a agricultura multifuncional bem como desenvolvimento plural desempenham um papel importante na fixação de pessoas (capital social), que por sua vez permitem o desenvolvimento de recursos naturais (capital natural), proporcionando uma inversão na tendência à desertificação e ao despovoamento.

Em suma, verifica-se que a desertificação pode ser tanto uma causa, como uma consequência, do processo de despovoamento. Ou seja, a desertificação, pela carga ambiental menos favorável conduz ao despovoamento mas, por outro lado, o abandono das terras de cultivo pela procura de melhores condições financeiras e a necessidades de encurtar distâncias em relação aos bens e serviços também é frequente.

---

<sup>14</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004

## **2.2 Conceito de desertificação aplicado ao território em estudo**

A Serra do Caldeirão, situada entre o litoral e o barrocal algarvios e a planície do Baixo Alentejo, constitui um território amplo e monótono pela falta de dinâmica nas linhas paisagísticas que o formam.

O seu território rural, em visível processo de despovoamento, depara-se com uma ameaça de desertificação que apresenta um nível elevado, de acordo com o estudo realizado por Correia (2004). Este estudo teve como objetivo o cálculo do índice de suscetibilidade à desertificação (índice calculado com base nos declives, erosividade da precipitação, coberto vegetal, solos, índice climático, índice de perda de solo e índice de seca) que, após análise, demonstrou que em Portugal Continental a suscetibilidade à desertificação é baixa em 39% do território, moderada em 60% e elevada em 11%. A Serra do Caldeirão situa-se nestes 11% de território.<sup>15</sup>

De acordo com o Programa de Ação Regional de Combate à Desertificação (PROTA, volume II, CCDRA, 2007), o concelho de SBA apresenta 0% de baixa suscetibilidade, 48% moderada e 52% de elevada suscetibilidade à desertificação.

Para além de todos estes fatores que informam acerca da vulnerabilidade de um território à desertificação, também os fatores socioeconómicos, as práticas humanas inadequadas como a desflorestação, as técnicas de regadio/uso excessivo de água e dos recursos minerais do solo e o pastoreio intensivo, são importantes para o cálculo do índice da suscetibilidade à desertificação.<sup>16</sup>

Foi através do Programa Operacional de Ordenamento do Território e Luta contra a Seca em Portugal (DGADR, 2001) que foi possível perceber a suscetibilidade do território da SC face à desertificação. Trata-se de um programa que avaliou em diferentes parâmetros os concelhos de maior risco em Portugal Continental, sendo que o concelho de São Brás de Alportel, bem como todos os outros concelhos inseridos na Serra do

---

<sup>15</sup> Coord. CORREIA, Francisco Nunes – *Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano – Volume 1- Caracterização dos processos de desertificação e tipologia das zonas afetadas*. Lisboa: DGOTDU, 2004

<sup>16</sup> Coord. CORREIA, Francisco Nunes – *Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano – Volume 1- Caracterização dos processos de desertificação e tipologia das zonas afetadas*. Lisboa: DGOTDU, 2004

Caldeirão, foram alvo deste programa. Um dos parâmetros analisados foi a evapotranspiração que, no concelho de São Brás de Alportel, apresentava valores situados entre os 450 mm e 600 mm por ano, sendo que na zona serrana se encontram valores mais elevados. Associando estes valores aos da precipitação, classificou-se esta zona como semiárida.<sup>17</sup>

Ao percorrer a Serra do Caldeirão é possível distinguir zonas onde o processo de desertificação está mais avançado. Estas zonas coincidem com zonas drasticamente afetadas pelos incêndios sazonais. Por outro lado, encontramos também outras zonas onde esse problema ainda não é tão perceptível ou, pelo menos, de forma tão marcante.

Pode considerar-se que o concelho de SBA não é o mais afetado da Serra do Caldeirão. No entanto, o problema agrava-se quando caminhamos para a zona norte do concelho, perto das povoações de Parises e de Cabeça do Velho, que foram as zonas mais afetadas pelo último incêndio ocorrido em 2012. A Este deste concelho, no concelho de Tavira, são perceptíveis cicatrizes muito mais profundas da passagem deste incêndio. Este facto não se justifica apenas pelo incêndio ter tido início em Tavira mas também porque ali já era notório um maior abandono e despreocupação na limpeza dos terrenos por parte dos proprietários, o que provocou uma propagação mais rápida do incêndio. Aliado a estes fatores esteve a dificuldade de acesso a determinados locais, por parte das entidades competentes para o combate aos incêndios, devido ao acentuado relevo que caracteriza esta região.

O território da SC é o resultado de povoamentos, cujas práticas agrícolas, florestais, arquitetónicas e culturais moldaram este território ao longo dos séculos. Foi o usufruto e a manutenção dos recursos naturais, em equilíbrio com as atividades humanas tradicionais, que construíram a paisagem hoje conhecida. Mais recentemente, este equilíbrio tem-se vindo a perder, havendo o abandono da manutenção dos recursos naturais e culturais, por parte da população e proprietários dos terrenos.

Este processo de despovoamento está a conduzir o território da SC para a ameaça de desertificação. Revela-se fundamental, para travar este processo, perceber o que tem levado as pessoas que outrora habitaram o território da SC a deixar este local. Seguidamente, alertá-los para a gravidade da ameaça de desertificação que o território

---

<sup>17</sup> DIREÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente – Programa Operacional de Ordenamento do Território e Luta Contra a Seca em Portugal. Lisboa, 2001

enfrenta, porque é importante que o tema esteja presente nas decisões dessas mesmas pessoas.

Tal como todas as questões relativas ao OT, o processo de desertificação também deve ser um caso exposto à população, essencialmente para que se possa concretizar o processo de combate à desertificação, com a participação dos cidadãos.<sup>18</sup>

É fundamental encarar o território como algo com futuro e não como um lar de tempos passados, para onde já ninguém quer voltar.

---

<sup>18</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004

## 3.ENQUADRAMENTO DA ÁREA EM ESTUDO

### 3.1 Caracterização geral da Serra do Caldeirão

Com 47 286 ha, a Serra do Caldeirão tem 90% da sua área pertencente à região do Algarve e os restantes 10% fazem parte da região do Alentejo. O presente estudo vai-se centrar apenas numa parte da Serra do Caldeirão, inserida na região do Algarve (uma das regiões mais dinâmicas do país, com crescimento populacional elevado<sup>19</sup>), mais concretamente no concelho de São Brás de Alportel.

Caracterizada como uma zona mediterrânica, formada por relevo xisto-grauváquico,<sup>20</sup> a SC é um extenso território de paisagens agrestes, no contexto em que está inserida. Junto às planícies do Alentejo e à plataforma litoral do Algarve, sobressai pelo seu relevo acidentado coberto de sobreiral (*Quercus suber*), matas e matos com os medronhais (*Arbutus unedo*), elementos principais da composição desta paisagem, como se pode verificar na Figura 3 e na Figura 4.



Figura 3- Serra do Caldeirão, Cova da Muda, SBA

---

<sup>19</sup> MAOTDR – PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório.2006

<sup>20</sup> Plano Setorial da Rede Natura 2000 – RCM n.º115-A/2008, de 21 de Julho.



**Figura 4-Serra do Caldeirão, Machadinhas, Tavira**

**Fonte figuras 3 e 4: Autor, 2016**

Entre vales encaixados surgem as ribeiras e pequenos ribeiros, onde corre a pouca água que se encontra nesta paisagem. O elemento água surge também em pequenos açudes espalhados por zonas que indicam que ali existiu, ou ainda existe, a prática agrícola. Atividade que se encontra principalmente nas proximidades dos pequenos povoamentos rurais e que atualmente se manifesta apenas para subsistência da população.

De entre as culturas possíveis, a cerealífera já obteve bastante protagonismo neste território, no entanto já não se manifesta. Em substituição surgem áreas cobertas por estevas (onde a espécie *Cistus ladanifer* é a mais comum) que dão vida aos solos mais empobrecidos e são assim, por vezes, a imagem de marca deste território. Esta espécie autóctone caracteriza-se pela sua flor branca (Figura 5) e pelo seu cheiro característico, adorado por muitos e menosprezado por outros.



**Figura 5-*Cistus ladanifer***

**Fonte: <http://flora-on.pt> [consul. 2017]**

No entanto, ao contrário do que se poderia pensar, a paisagem serrana já foi bastante diferente. Noutra época, nomeadamente no período romano, eram madeireiros, pastores, caçadores, bandidos e foragidos que davam vida a este lugar.

Ao contrário do que se julga, outrora, eram os castanheiros que ocupavam as zonas mais húmidas, em extensas manchas, que atualmente são ocupadas pelos sobreiros. A inexistência dos castanheiros deve-se à desflorestação que a partir do período islâmico assumiu alguma gravidade.<sup>21</sup>

Ao longo dos séculos, os hábitos da população têm-se mantido de forma a aproveitar os recursos disponíveis neste território, nomeadamente os recursos provenientes da floresta, da pecuária, da recolha de mel e da caça (que desde sempre assumiu um significado mais social e cultural do que económico, sendo também hoje em dia uma prática que contribui para a proteção e manutenção da floresta).<sup>22</sup>

Centrando o estudo apenas no Algarve, de acordo com o PROT Algarve (CCDRA, 2007) a Serra do Caldeirão está inserida na unidade territorial – Serra, que corresponde a um território do interior algarvio marcado pelo despovoamento, que abrange não só a SC mas também os relevos de Monchique, da Meia Serra (Silves) e de Espinhaço de Cão.

A Serra do Caldeirão destaca-se numa subunidade territorial caracterizada essencialmente pelos pequenos núcleos rurais rodeados por extensas áreas florestais, onde dominava o sobreiral (em tempos recentes) mas que atualmente estão bastante descaracterizadas devido à ação antrópica (incêndios recorrentes), aos fatores bióticos (contaminação por microrganismos – “doença do sobreiro”) e fatores abióticos (qualidade do solo, disponibilidade hídrica e alterações climáticas).<sup>23</sup>

Repleta de valor natural e cultural, esta subunidade acolhe o núcleo de vegetação melhor conservado do Algarve, incorpora áreas classificadas como Sítio de Importância

---

<sup>21</sup> SILVA, Luís Fraga - *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade, o Povoamento Romano e a sua Evolução Posterior num Território Rural do Algarve Central*. Tavira: Edição Associação Campo Arqueológico de Tavira 2002.

<sup>22</sup> SILVA, Luís Fraga - *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade, o Povoamento Romano e a sua Evolução Posterior num Território Rural do Algarve Central*. Tavira: Edição Associação Campo Arqueológico de Tavira 2002.

<sup>23</sup> INIAV - INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA [em linha], S.L., 2016 – [consul, 2016]. Disponível na WWW:URL:<http://www.inia.pt/>

Comunitário e integra os Sítios classificados da Rocha da Pena (Figura 6) e Fonte Benémola (Figura 7) (CCDRA, 2007).



**Figura 6-Rocha da pena**

**Fonte: <http://www.sulinformacao.pt> [consul.2018]**



**Figura 7-Fonte Benémola, Loulé**

**Fonte: <https://regiao-sul.pt> [consul.2018]**

Na imensidão da Serra do Caldeirão e distribuídos nos diferentes concelhos pertencentes a esta, encontram-se os “montes”, palavra homónima que é utilizada no

Alentejo e no Algarve com significados um pouco distintos: enquanto os montes alentejanos são associados a latifúndios, no Algarve a morfologia da paisagem fez com que os montes surgissem pela divisão de terras dos camponeses que a trabalhavam, dando origem às pequenas parcelas que encontramos hoje em dia. Os montes são *“lugares onde diversos grupos domésticos entrecruzam as suas vidas de pequenos agricultores indiferenciados. Têm diversas casas, arrecadações, palheiros, ramadas de cabras, pocilgos, fornos, eiras, hortas, poços, espaços abertos, árvores, sem que se distinga uma organização hierarquizada e orientada de uma exploração comum. (...) o conjunto de casas e cómodos é tratado da mesma forma que o conjunto das terras – divididos, repartidos, reagregados, compostos, novamente divididos”* (BASTOS, 1993 pp174-177).<sup>24</sup>

Na serra algarvia, as casas e os terrenos foram alvo de divisões extremas nos sucessivos processos de partilhas, resultando nas propriedades multiprediais e nas casas sucessivamente divididas. Agora, a estas pequenas parcelas de terrenos e a estas pequenas casas das famílias, que já não habitam no local, não lhes conseguem conferir qualquer valor, nem patrimonial nem sentimental, afirmando: *“aquilo é tão pequeno, não vale nada...é só para ter despesa”*.<sup>25</sup> Assim, estes prédios rústicos e urbanos acabam por não ser valorizados, nem cuidados, conferindo à paisagem um aspeto de abandono.

No entanto, ao contrário do que acontece com os montes algarvios e de acordo com o disposto no artigo 1376.º do Código Civil, «Os terrenos aptos para cultura não podem fracionar-se em parcelas de área inferior a determinada superfície mínima, correspondente à unidade de cultura<sup>26</sup> fixada para cada zona do País.» A Portaria nº 202/70 de 21 de abril, define os seguintes valores de unidade de cultura para o distrito de Faro, a saber: 2,5 ha para terrenos de regadio arvenses; 0,5 ha para terrenos de regadio hortícolas; 5 ha para terrenos de sequeiro. Surgiu a necessidade de fixar estas

---

<sup>24</sup> BASTOS, Cristina – *Os montes do nordeste algarvio*. Lisboa: COSMOS p. 174-177.1993

<sup>25</sup> Citação retirada de atendimento presencial no processo de Cadastro Predial no Concelho de São Brás de Alportel (experiência profissional própria ocorrida em 2015)

<sup>26</sup> Unidade de Cultura – limite mínimo de superfície dos prédios rústicos para efeito de fracionamento. (DGADR, s.d.)

unidades de cultura devido às exigências das técnicas de cultivo e das condições económicas, agrárias e sociais dos locais.<sup>27</sup>

Desta forma conseguem-se travar as sucessivas divisões, mas é preciso encontrar alternativas para a realidade que o inadequado ordenamento praticado, até ao momento, nos deixou.

Uma realidade um pouco diferente é o que acontece com os prédios urbanos, porque as alterações às construções assim o permitem: uma construção que à primeira vista parece ser apenas de uma casa, com um telhado de duas águas, afinal é a junção de duas casas construídas possivelmente em épocas diferentes e por proprietários diferentes. Desta forma, o monte vai-se alterando e desenvolvendo consoante as necessidades das gerações; fechando e abrindo portas, ampliando ou dividindo as divisões, reordenando os espaços, etc..

Caminhando para a área onde o estudo tem maior foco, concelho de São Brás de Alportel, a paisagem serrana impõe-se fortemente na perceção visual de quem está em qualquer parte do concelho. Esta paisagem, situada na zona barrocal do concelho, constitui um plano de fundo que se eleva à zona urbana, habitada por diversas gentes com diferentes hábitos e costumes, mas que transparecem acima de tudo a cultura e a tradição da vida serrana. É lá que estão as raízes de muitos habitantes que deixaram a vida no campo em troca da proximidade a bens e serviços e melhor oferta em termos de habitação que, aparentemente, a vida nos centros urbanos proporciona.

No entanto, a serra também tem as suas mais-valias e, se for feita uma valorização do seu território em todas as suas componentes (habitação, serviços, empregos, etc.), poderá conduzir a um retorno à vida no meio rural.

---

<sup>27</sup> DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Guia de explorações [em linha] Lisboa, s.d. [consul 2016] Disponível na WWW:URL: <http://guiaexploracoes.dgadr.pt>

### 3.2. Localização

Situado na região do Algarve, o concelho de São Brás de Alportel com cerca de 15 mil hectares, é dos poucos concelhos do Algarve que não tem contato direto com o litoral e, por isso, a sua principal atração é a paisagem serrana que ocupa grande parte da área do concelho.

A Serra do Caldeirão, no que respeita à região do Algarve, está inserida nos concelhos de Silves, Loulé, São Brás de Alportel e Tavira (Figura 9). É no concelho de SBA que a SC ocupa uma maior área, mais propriamente 49% da área total do concelho (7 288 ha), como se pode observar na Figura 10.

O concelho de SBA é limitado a norte pelos concelhos de Loulé e de Tavira, a este pelo concelho de Tavira, a Oeste pelo concelho de Loulé e a Sul pelos concelhos de Faro e de Olhão.

É possível observar na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, que é na sua zona sul (pertencente ao barrocal) que se localizam grande parte das pequenas povoações do concelho, onde desde sempre se têm centrado as famílias são brasenses. Na zona serrana (a parte norte do concelho) é onde se encontram apenas pequenas



Concelho de São Brás de Alportel

Figura 8 - Enquadramento do concelho de SBA a nível nacional

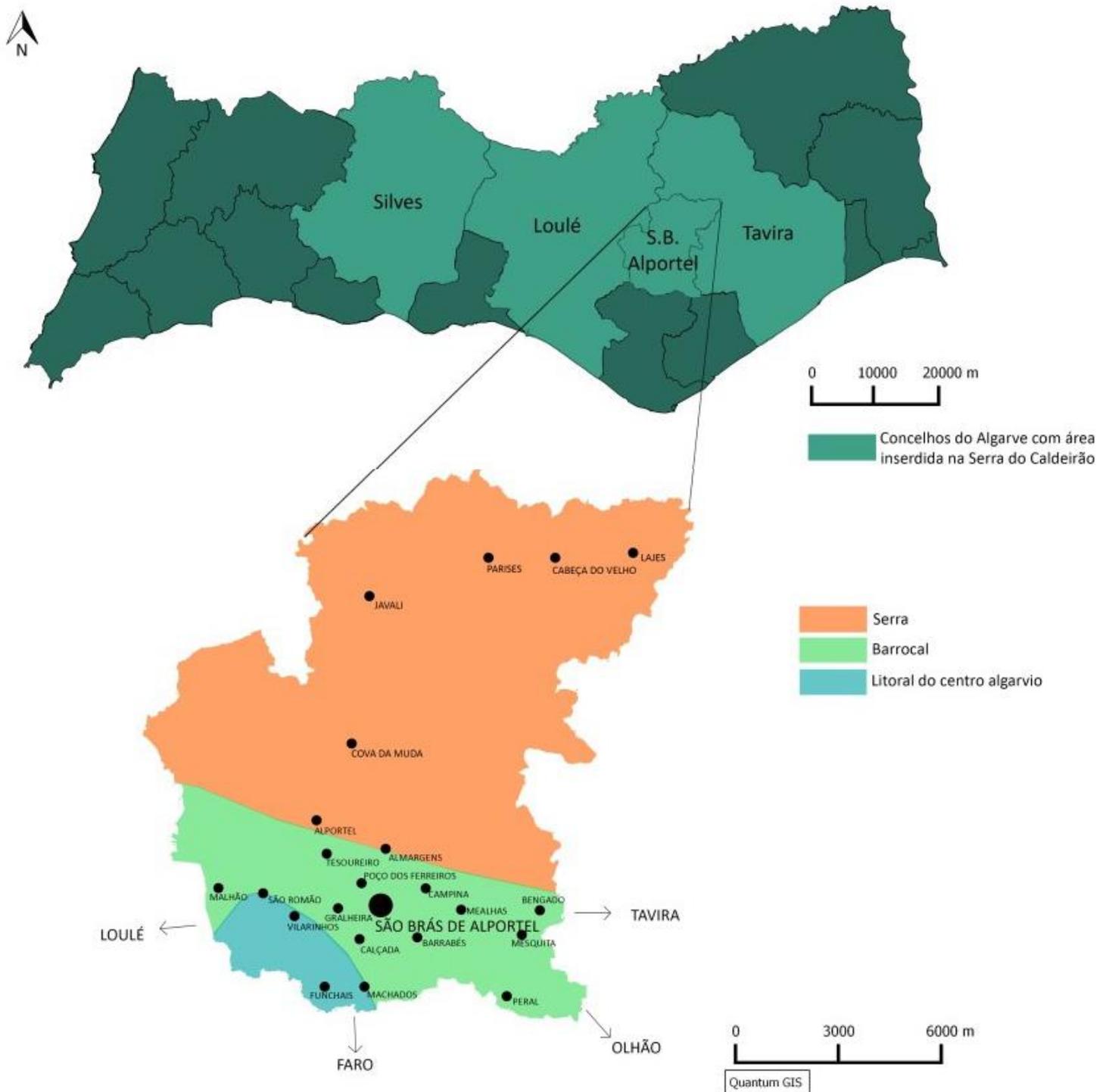


Figura 9 - Concelhos do Algarve abrangidos pela Serra do Caldeirão

Figura 10 - Delimitação da Serra, Barrocal e Litoral do Centro Algarve no Concelho de SBA

Fonte: Figuras 8,9 e 10: Concelhos de Portugal IGEO e CANCELAL D'ABREU *et al.*, 2004, elaboração própria (2016)



**Figura 11 - Ortofotomapa concelho SBA com destaque para zona mais urbanizada**

**Fonte: Google maps. Elaboração própria, 2016. Sem escala definida.**

### **3.3 Análise do território concelho de São Brás de Alportel**

Inserido na região do Algarve, o concelho de São Brás de Alportel revela uma realidade diferente daquela que se encontra nos concelhos junto ao litoral (Faro, Loulé, Albufeira, etc.).

O Concelho de SBA está de acordo com a afirmação de António Covas, que expõe a realidade mais desfavorável onde a região algarvia se encaixa perfeitamente. O autor refere que até então temos vivido sem dedicar tempo e interesse aos territórios e ao seu correto ordenamento.<sup>28</sup> Junto ao litoral encontram-se espaços esgotados devido à demasiada oferta que tem vindo a desgastar locais que, até terem sido alvo do uso excessivo, eram de elevado valor paisagístico, nomeadamente junto às praias/falésias. Por outro lado, encontra-se a realidade do meio rural, onde o despovoamento revela que a não utilização dos recursos também conduz à sua degradação. No caso de SBA, mais propriamente na zona serrana, é possível observar a gestão incorreta do território, na qual houve uma desqualificação do mesmo.

O concelho de São Brás de Alportel tem 10 662 habitantes (INE, 2011), distribuídos de forma irregular numa extensão de 15 336.92 ha (DGT, 2015). Este é formado apenas por uma freguesia, o que dificulta uma análise mais rigorosa da distribuição da população pelo concelho. No entanto, é possível perceber que é na zona do centro urbano e proximidades que se encontra distribuída a grande parte da população. A zona urbana, conhecida entre os habitantes como a “vila”, tem vindo a ver a sua população aumentar, contrariamente ao que acontece na zona da serra, com densidade populacional de 25 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> COVAS, António – As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas. Lisboa: Edição da Direção Geral de Desenvolvimento Rural, 1999.

<sup>29</sup> PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – INTERIOR ALGARVE CENTRAL SUB-PROGRAMA 3 - “Dinamização das zonas rurais” (PRODER, 2011)



**Figura 12 - Largo de São Sebastião, no centro urbano de SBA**

**Fonte: Autor, 2018**

É ainda possível retirar da análise de secções do mapa dos censos 2011 (INE,2011) que, nas secções correspondentes à zona da serra, há 396 habitantes, cerca de 4% da população total do concelho. Este número de habitantes está distribuído por uma área que coincide com mais de metade da área total do concelho. Sendo que, grande parte desse número de habitantes reside próximo da zona de transição entre o barrocal e a serra, nas povoações de Alportel e Almargens.

Analisando a faixa etária mais alta (>65 anos), de acordo com os censos realizados em 2011, há no concelho de SBA 2383 habitantes inseridos nesta faixa (o que corresponde a cerca de 22% da população total do concelho). A percentagem correspondente a este número de habitantes é ligeiramente superior à média do país, que apresenta cerca de 19% de habitantes com idade igual ou superior a 65 anos (que corresponde relativamente à média a nível da região do Algarve).

No entanto, o Relatório Territorial de Portugal (INE,2011) situa São Brás de Alportel num dos poucos concelhos do país onde o índice de envelhecimento (relação entre a população mais jovem (0 aos 14 anos) e a população mais velha (> 65 anos)), apresenta resultados contrários face aos do resto do país, verificando-se o incremento da população jovem em detrimento da população mais velha.

Os resultados apresentados nos censos de 2011 e o índice de envelhecimento mostrado no Relatório Territorial de Portugal (INE,2011) mostram que, apesar de a percentagem de idosos no concelho ser mais elevada do que a média do país, a população mais jovem continua a aumentar. Assim, torna-se urgente trabalhar com estes jovens a necessidade de mudança de atitudes e a da valorização da zona serrana do concelho.

Dentro da zona mais problemática do concelho, conseguem-se distinguir núcleos rurais onde o problema é ainda mais grave, devido essencialmente ao péssimo estado das acessibilidades rodoviárias a esses locais.

A rede rodoviária na Serra do Caldeirão não está propriamente em más condições quando se fala das principais vias como é o caso da estrada N2 (Estrada Nacional que faz ligação entre Faro e Chaves, atravessando parte da SC no concelho de SBA) e a M1202 (Estrada Municipal que liga o sítio do Alportel ao sítio do Javali). No entanto, há acessibilidades que deveriam ser melhoradas, mais propriamente aquelas que fazem a ligação destas estradas em condições razoáveis, para as pequenas povoações rurais. Ligação que por vezes é feita em estradas de terra batida em mau estado.

O facto de existirem estas más acessibilidades leva a que certos locais situados na serra, mesmo que ainda com prédios urbanos em condições razoáveis, tenham tendência a ficar desabitados porque há cada vez menos vontade, por parte dos habitantes e visitantes, de se deslocarem e habitarem nesses locais. É possível comprovar, através da Figura 13, o resultado do despovoamento nas habitações que foram outrora, o lar de uma família serrana.



**Figura 13-Casa em ruínas, Cova da Muda, SBA**

**Fonte: Autor, 2015**

Uma família que possua uma casa numa das pequenas povoações com más acessibilidades, pelo facto de não ter transporte adequado (são locais apenas acessíveis a veículos próprios para todo o terreno) para se deslocar frequentemente para esse local, deixa de ir às suas casas, que um dia foram habitadas pelas suas famílias. Ficam as casas, bem como todo o património construído, em processo de desgaste, pela não utilização e falta de manutenção, até que um dia são apenas mais umas das muitas ruínas esquecidas pela zona serrana.

A paisagem serrana de São Brás de Alportel, apesar de já ter sido alvo de vários desastres ambientais, nomeadamente incêndios, que associados ao despovoamento têm contribuído para a sua descaracterização, possui ainda assim muitas qualidades especiais associadas aos territórios rurais. Essas qualidades englobam a fauna, a flora e as paisagens ricas em história e cultura, que transmitem todo o percurso de um mundo rural com um vasto passado. Destaca-se a necessidade para a preservação e manutenção destas qualidades, construtoras da identidade da paisagem do território serrano.

É descrito no PNPOT (MAOTDR, 2006) que, no Algarve, demonstra-se haver pouca preocupação para com o património natural e cultural, o que se exprime na vasta degradação do mesmo, mais propriamente nas áreas rurais. Degradação que passará essencialmente pela sua incorreta utilização, falta de manutenção, não utilização ou inutilização.

Felizmente, apesar de todos os obstáculos que o território tem enfrentado e graças à política de classificação de áreas classificadas, ainda se encontram zonas em bom estado de conservação que, com a aplicação de práticas de ordenamento corretas, podem continuar a ser bem preservadas e garantir a sua estabilidade futura.

As construções são parte integrante da paisagem, como tal, é de referir que de acordo com o PROT Algarve (CCDRA, 2007), as áreas edificadas no concelho são de densificação 2 (fragmentadas/ uni e multifamiliares) e de densificação 3 (núcleos rurais/dispersos), tendo esta última maior expressão.<sup>30</sup>

Desde a antiguidade, os modos de povoamento em SBA estiveram sempre ligados às condições geográficas da região: a proximidade à cidade de Faro, a posição na base da serra e a transição entre a serra e o barrocal. Os povoamentos têm localizações estratégicas com base no ponto de troca e de acesso a diversos recursos, relacionado

---

<sup>30</sup> De acordo com a peça gráfica 08 – Unidades e Subunidades territoriais do PROT Algarve, 2007

com os solos agrícolas, associado a aquíferos e vales e com a mais-valia do clima favorável em relação ao litoral.<sup>31</sup> As populações foram-se instalando de forma dispersa, junto a zonas de solos mais férteis, muito associados à ribeira do Alportel (Figura 14). Atualmente encontra-se uma estrutura urbana pouco organizada e de fraca consolidação, com a exceção do centro urbano que apresenta uma malha urbana mais consolidada do que o resto do concelho.



Fonte: Autor, 2018

**Figura 14-Hortas junto à ribeira do Alportel**

Em termos económicos, de acordo com o PROT Algarve, São Brás de Alportel incorpora funções a nível de indústria, comércio, serviços, saúde, funções administrativas, de logística e transportes, as quais devem promover o estímulo a outras funções, nomeadamente turísticas, de cultura e de património, que devem ser mais desenvolvidas. (CCDRA,2007)

---

<sup>31</sup> SILVA, Luís Fraga - *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade, o Povoamento Romano e a sua Evolução Posterior num Território Rural do Algarve Central*. Tavira: Edição Associação Campo Arqueológico de Tavira 2002.

## **4. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA E RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO *IN LOCO***

### **4.1 Objetivo do processo de participação pública**

*Um cidadão está apto a ser participativo quando se revela informado e motivado para tal tarefa. Não obstante esta condição é importante apostar na educação.<sup>32</sup>*

O processo de ordenamento do território é um processo participado, que inclui a fase da participação pública,<sup>33</sup> onde se pretende entender o que é mais importante e o parecer dos cidadãos. É uma fase bastante importante, porque se considera que o sucesso de todo o processo depende do envolvimento de todas as partes, nomeadamente das populações.

Regra geral, o procedimento de participação pública ocorre no final da tomada de decisões do processo de OT. No entanto, para que a população interessada possa dar o parecer acerca das medidas contempladas de forma consciente e informada, a participação pública deve realizar-se na fase do entender e não apenas na fase do parecer.

Deste modo considerou-se, no presente relatório, que seria importante realizar a participação pública numa fase inicial; não só para estruturar a fase da proposta/medidas estratégicas a implementar como também para auxiliar na caracterização do território em estudo.

Sendo importante que a participação pública seja realizada numa fase inicial do processo, a exposição do processo de OT deverá ter uma linguagem que seja perceptível para todas as faixas etárias e diferentes níveis de escolaridade.

---

<sup>32</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004

<sup>33</sup> Participação Pública – Etapa do procedimento de OT que assegura a intervenção do público no processo de decisão e que inclui a consulta pública (CCDR Algarve, 2013)

Uma questão que, regra geral, se levanta nesta fase do processo de OT, e que acontece frequentemente, é uma participação apenas com base no interesse particular de cada cidadão, que pretende apenas saber o destino dos seus pertences, e não no interesse no OT na sua globalidade. Não deixa de ser importante que tenham interesse em participar na decisão dos seus pertences, mas não deveria ser esse o único foco da participação.

Considera-se que a forma de alargar a mentalidade dos cidadãos, deverá passar pela educação, onde se transmitem os conhecimentos e a consciencialização aos cidadãos, dos seus diversos direitos e deveres. A participação pública no ordenamento do território é um deles. É fundamental que nas escolas, desde cedo, se comece a estimular o sentido crítico para diversos temas, que mais cedo ou mais tarde vão exigir uma tomada de decisão por parte dos cidadãos. Porque a população jovem da atualidade, fará um dia parte dos decisores e construtores do nosso futuro, e quando essa altura chegar, é importante estarem consciencializados para os diversos assuntos.

Uma forma de facilitar o processo de participação pública, tornando-o menos complexo, é ir ao encontro dos cidadãos interessados através de entrevistas informais. A partir de conversas informais, que seguem um leque de questões importantes para o processo, é possível retirar informação bastante relevante, nomeadamente acerca do território em causa e das necessidades da população.

Neste caso em concreto, uma grande vantagem da participação pública prende-se com o facto de, no território da SC, no concelho de SBA, ter-se revelado mais complicado encontrar informação relativa a esta zona específica do território no concelho, pelo facto de este ser formado apenas por uma freguesia. A informação encontrada era maioritariamente referente ao concelho em geral, ou à SC na sua globalidade. Para além deste facto, estava a crença de que o conhecimento empírico da população que habita neste território seria uma mais-valia para o estudo.

Tendo em vista concretizar o objetivo de encontrar informação valiosa sobre a vida “da” e “na” serra, as entrevistas foram o meio encontrado para chegar de forma mais aproximada e informal aos cidadãos.

Para além deste objetivo geral, outros objetivos mais concretos seriam pretendidos alcançar nas entrevistas, nomeadamente:

- O que os cidadãos entendem por valorização da paisagem serrana;
- O que acham importante para promover essa mesma valorização;

- Entender a dinâmica que o território tem apresentado ao longo dos anos;
- Revelar a identidade do local, através de memórias do passado – as tradições, os hábitos do dia-a-dia da população, as brincadeiras das crianças, etc.;
- Como eram utilizados os percursos existentes antigamente e qual a sua funcionalidade;
- Como eram utilizadas as fontes, poços ou outros elementos construídos de interesse histórico/cultural;
- Descobrir locais de interesse que ninguém melhor que a população local poderá conhecer;
- Se consideram possível que haja uma regeneração de certas zonas da serra (nomeadamente do sobreiral);
- Identificar as zonas mais desfavorecidas em termos de despovoamento e descuido nos terrenos agrícolas e florestais;
- Perceber como os incêndios têm afetado o local e as pessoas que nele habitam;
- Perceber se o fator distância é um impedimento, tal como se revela agora, nomeadamente a distância da zona serrana ao centro urbano do concelho;
- Como as populações da serra veem a chegada de novos habitantes e/ou turistas;
- O que lhes faz falta em termos recreativos e de lazer;
- O que tem levado as pessoas da serra a deixarem o local;
- Perceber porque alguns proprietários de prédios urbanos na serra deixam as suas casas desabitadas, chegando algumas a ficar em ruínas;
- De que forma se poderia dinamizar o local;
- Que intervenções levariam as pessoas a escolher a Serra para passar um dia na natureza, ou até mesmo para escolher a serra como local a habitar;
- Perceber o que os turistas procuram neste território;
- Perceber se quem visita o local encontra tudo aquilo que procura;
- Qual a duração que os turistas geralmente permanecem neste local e quais as razões que os levam a permanecerem pouco tempo, se for o caso;

Em suma, é importante referir que para que não haja desacordos entre a proposta de intervenção e o quotidiano da população no território em estudo, é imprescindível procurar saber as necessidades, ainda não satisfeitas da população, para que a intervenção que se pretende realizar – valorização da paisagem serrana – consiga ir ao encontro das expectativas, à cultura e às vontades da população que habita o território.<sup>34</sup>

## **4.2 Descrição do público entrevistado**

Neste estudo, tal como descrito anteriormente, foram realizadas variadas entrevistas (formais e informais). No que diz respeito às entrevistas formais, foram realizadas dez entrevistas, a um público que englobava cidadãos que estabeleciam alguma ligação, mais forte ou mais distante, ao concelho de SBA, mais propriamente ao território serrano. O número de entrevistas formais realizadas justifica-se pelo facto de se considerar um número representativo à escala do território em estudo.

A escolha dos cidadãos a entrevistar seguiu o propósito de recolher informação do território em estudo, mas também o intuito de perceber melhor como os cidadãos encaram esse mesmo território.

Foram definidos diferentes grupos de pessoas que se pretendiam entrevistar, sendo que, para cada grupo existem determinadas questões diferentes a abordar. Os grupos definidos são:

- Pessoas que vivem na zona serrana pertencente ao concelho de SBA - 4 entrevistas formais e várias entrevistas informais;

---

<sup>34</sup>PALMA, Graça e DIAS, Nelson – *Os animadores de Desenvolvimento Local*. Faro: Edição Associação in Loco, 2001

- Promotores turísticos (Posto de turismo de SBA) e Associações do concelho (Centro de arte e ofícios e Futebol Clube Cabeça do Velho<sup>35</sup>) – 2 entrevistas formais e várias entrevistas informais;
- Proprietários de casas abandonadas na Serra (alguns elementos deste grupo podem inserir-se também no primeiro grupo) – 5 entrevistas formais e várias entrevistas informais;
- Algumas pessoas residentes no centro urbano do concelho, com menor ligação à serra – 3 entrevistas formais e várias entrevistas informais.

Trata-se de entrevistas semiestruturadas, por isso, foi elaborado um guião de entrevista (Anexo 1) para cada grupo. No entanto, os diferentes grupos têm destinadas algumas questões iguais, sendo diferentes apenas as questões que se adaptam a cada um dos grupos. É de referir que os guiões foram apenas uma linha orientadora nas entrevistas, uma vez que se tratava de conversas informais onde cada entrevista tomou um rumo diferente, consoante a disponibilidade de transmitir informação por parte de cada cidadão entrevistado.

---

<sup>35</sup> Associação sediada no território da SC.

### 4.3 Resultados e considerações sobre as entrevistas

Por forma a iniciar as entrevistas, foi questionado aos entrevistados o que entendiam por valorização da paisagem serrana. As respostas passaram por: *«dinamização de atividades para atrair mais pessoas, atividades relacionadas com a natureza e que não exijam um turismo de massas», «são estratégias que existem para proteger a serra e melhorar o seu aspeto», «fazer campanhas para promover a limpeza da serra, prevenção de incêndios e criação de atividades na serra»*.<sup>36</sup> É possível perceber que os cidadãos entrevistados, em geral, têm alguma noção de que para valorizar um território é importante dinamizá-lo, preservá-lo e protegê-lo. Este é um ponto de partida para a consciencialização e educação dos cidadãos, para o tema da intervenção que visa promover a valorização do território serrano.

Em entrevista à presidente do Futebol Clube da Cabeça do Velho (associação sediada no sítio de Cabeça do Velho, em plena SC) foi afirmado que *«Muito pouco ou nada tem sido feito para valorizar a Serra do Caldeirão. O pouco que vai sendo feito é pelas Associações locais apoiadas pelo Município e pela Junta de Freguesia de São Brás de Alportel.»*

Através das entrevistas realizadas, foi possível perceber as dinâmicas económicas e sociais que o território da SC tem sofrido e que, associadas a outras causas imprevisíveis, (como os incêndios), têm levado às dinâmicas e transformações ambientais. Transformações estas que revelam o território hoje conhecido por quem o habita e por quem o visita. *«Há 36 anos que conheço e hábito na serra do Caldeirão, nomeadamente no sítio da Cabeça do Velho que pertence à freguesia e concelho de São Brás de Alportel. Desde criança que me lembro dos incêndios, na realidade sempre foi um grande medo, o medo do fogo, pois muito cedo comecei a ver as chamas e a aflição das pessoas perante as mesmas. O receio de que as mesmas chegassem às suas habitações, o comentário de que o incêndio destruíra trabalho de muito tempo, na verdade se o verão era desejado pela praia, também era muito temido pelos incêndios. Perdi já a conta ao número de incêndios a que assisti nesta zona, porém não esqueço o último deles, não por ter sido o último, mas pela sua dimensão. O incêndio de 2012 destruiu a nossa serra. Destruiu habitações, destruiu pessoas que nunca mais recuperaram psicologicamente do choque, destruiu animais, destruiu a nossa paisagem, foram hectares e hectares de floresta ardida. Muitas das pessoas só viam algum lucro da serra, quando de nove em nove anos*

---

<sup>36</sup> Retirado de várias entrevistas de todos os grupos.

*retiravam a cortiça das árvores, porém este incêndio destruiu muitas árvores e muitas delas morreram para sempre. Houve árvores que ainda renasceram, umas mais depressa do que outras, nomeadamente o eucalipto, os medronheiros, os pinheiros, as alfarrobeiras, as oliveiras, há outras que vão renascendo pouco a pouco, mas a paisagem alterou-se muito e para pior. O verde deu lugar ao negro e para onde quer que se vire o olhar, vê-se hectares e hectares de destruição.»<sup>37</sup>*

Retira-se das entrevistas feitas às pessoas da serra, que conhecem o território há anos, que o território da SC está bastante diferente daquilo que foi em épocas passadas. Os incêndios são considerados a principal causa desta diferença e degradação, pela opinião dos entrevistados. Associada a esta causa, está o abandono do território por parte da população, que confirma a primeira perspetiva e análise efetuada neste estudo (território rural em processo de despovoamento). «*A paisagem era mais bonita porque as terras andavam mais cultivadas. Havia mais famílias para trabalhar no campo. Agora gostam de empregos mais finos, não querem saber da agricultura. Mas também é difícil viver da cultura do campo, por vezes não compensa a produção.»<sup>38</sup> «Antes como havia mais população idosa habituada a trabalhar a terra, os terrenos andavam trabalhados, cultivados, havia hortas, havia sementeiras de trigo, aveia, cevada, cereais que implicavam que primeiro se lavrasse os terrenos, muitas vezes com animais, se semeasse o cereal e depois se ceifasse e debulhasse. Havia mais animais (cabras, ovelhas) que pastavam nos terrenos e deles se alimentavam. Assim, os terrenos andavam mais limpos, não havia tanto pasto, tanta esteva, tanto mato...*

*Durante os meus 36 anos de vida nesta zona, já vi muitas pessoas partirem. A maioria da população era idosa e muitos já partiram. Essa geração era aquela que ainda vivia do que a terra lhe dava, as pessoas que habitam o território atualmente, já não cultivam a terra. Muitos terrenos estão completamente abandonados, alguns nem se sabe quem são os donos. Os terrenos que ainda se veem trabalhados são-no pela Associação de Caçadores locais que os limpam para semear cereais para alimentar as espécies de caça (perdizes, coelhos e javalis).»<sup>39</sup>*

Quando se questiona se será possível regenerar esta paisagem, a população serrana não acredita que se possa recuperar a identidade da mesma, que se tem vindo a perder ao

---

<sup>37</sup> Retirado de entrevista feita à presidente do FCCV.

<sup>38</sup> Retirado de entrevista feita a pessoa que vive na serra.

<sup>39</sup> Retirado de entrevista feita a presidente do FCCV.

longo dos anos, dito pela palavras de entrevistados: «*Não, nunca mais vai ser o que era!*».

É referido que muitas tradições foram perdidas ao longo do tempo, muitas caíram no esquecimento, por não terem sido transmitidas às gerações mais novas. Práticas e costumes do dia-a-dia de antigamente, revelavam maior nível de sociabilidade entre as pessoas, que agora não existe. Como é o exemplo das idas ao lavadouro e das idas à vila que eram feitas a pé, por um grupo de pessoas da zona. «*Era tudo muito diferente...antes íamos apanhar as landes para dar aos porcos, íamos lavar a roupa ao fundo dos barrancos e andávamos sempre contentes, íamos o caminho todo cantando! Agora há estas máquinas modernas para lavar a roupa, mas eu ando sempre ocupada na mesma, há sempre coisas para fazer e passo o dia em casa e não vejo ninguém...Noutros tempos ia mais à casa das vizinhas, agora não tenho tempo!*»<sup>40</sup>

O despovoamento considera-se que foi resultado das questões económicas, que levaram as famílias a abandonar o local, procurando uma vida melhor, que afinal até poderá estar nesse mesmo território que abandonaram.

A recetividade da população para turistas não é total, revelando algum receio e desconfiança: «*Não sei se gostava que viesse mais gente para aqui...as pessoas vêm por bem mas também há muitas que vêm por mal! Quando passava aqui o Rali de Portugal eu gostava disso, porque vinham muitas pessoas mas era só por um ou dois dias, não faziam mal a ninguém e trazem mais convívio.*». No entanto, quando se questiona às pessoas com menor relação com este território, o seu ponto de vista em relação à recetividade das pessoas da serra à sua chegada afirmam: «*Acho que os habitantes recebem bem as pessoas que vêm de fora. Porque nunca há distrações nem nada de novo, então a chegada de turistas ia ser uma mais-valia para eles. Principalmente para quem tem pequenos comércio.*»<sup>41</sup>. É de facto interessante poder ter a perceção dos dois pontos de vista.

É possível perceber que as pessoas da serra valorizam pouco o seu próprio território, em relação às pessoas que não habitam o mesmo. As primeiras não apreciam tanto a sua beleza, o seu valor cultural e paisagístico. Vêm-no como algo que as sustenta no momento, mas que em tempos já lhe deu muito lucro, e dele retiram memórias de um bom sustento que já lhes foi proporcionado.

---

<sup>40</sup> Retirado de entrevista feita a pessoa que vive na serra.

<sup>41</sup> Retirado da entrevista realizada a pessoa da vila com pouca ligação à serra.

A forma de chamar as pessoas para a SC, seria: *«organizando passeios pedestres, para descobrir as características de cada aldeia, tradições e gastronomia»; «a oferta turística é suficiente, no entanto, poderia estar melhor organizada.»*

Através das entrevistas, os promotores turísticos revelam que os turistas que procuram este local têm idades entre os 50-60 anos e esperam encontrar a tranquilidade, o sossego e o clima deste território que tanto apreciam e que o litoral não lhes fornece.

Quem procura a *Via Algarviana* procura também alojamento perto dela, uma vez que em percursos que têm duração superior a um dia é fundamental a existência de um alojamento básico apenas para pernoitar.

A procura por parques de caravanismo é bastante notória e, devido à sua escassez, os turistas sentem-se lesados por não encontram o que procuram no concelho de SBA. Por vezes acham que a autarquia não está a aproveitar todas as potencialidades do concelho. Foi referido numa das entrevistas a promotores turísticos que *«O parque de caravanismo faz muita falta, existe um no Ameixial, no concelho de Loulé, e outro em Estoi, mas aqui em São Brás não há nada. Às vezes digo aos caravanistas que podem experimentar ir para os parques dos supermercados, mas é um risco e não há as condições necessárias».*

Numa entrevista realizada ao grupo de “pessoas residentes no centro urbano do concelho, com menor ligação à serra”, foi destacada a necessidade de existência de um parque urbano onde as pessoas possam passear os animais, sem estarem expostos aos perigos das vias rodoviárias. No entanto, não é posta a hipótese de se deslocarem uns escassos quilómetros, para a zona de serra, onde têm imenso espaço para soltar os animais. Infelizmente a separação entre a zona rural e a zona urbana ainda é bastante marcante, sendo fundamental mostrar à população que ambas se complementam.

Em relação à permanência dos turistas neste território, foi referido que as atividades disponibilizadas para os turistas são de curta duração, por isso não justificam a sua permanência por mais tempo neste local. *«A nível de restauração e alojamento local as respostas são diminutas, o que faz com que os turistas que nos visitam não fiquem com certeza satisfeitos e estejam apenas de passagem, não deixando «dinheiro» na zona. Faria falta investimento neste sentido.»*<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup>Retirado de entrevista feita à presidente do FCCV.

Em relação a uma questão específica ao grupo de entrevistados de associações do concelho: *“Haveria vontade da vossa parte para investir na valorização da paisagem serrana?”*, as respostas foram pouco claras para a maior parte dos entrevistados, não evidenciando grande vontade de investir na valorização do território. Apenas o Futebol Clube Cabeça do Velho, representado pela sua presidente, relevou maior disponibilidade, muito provavelmente por se tratar de uma organização sediada no território em causa e, por isso, estarem mais sensibilizados para o problema que o território enfrenta. *«O Futebol Clube Cabeça do Velho já organizou uma caminhada solidária no ano passado com o objetivo também de dar a conhecer a paisagem serrana aos que vêm de fora. Para além da paisagem, há algum património histórico que se vai deteriorando e que também era importante dar a conhecer porque retrata o modo de vida da população local. Nesse património incluem moinhos de vento, de água, moagens, caldeiras, eiras, ribeiras, fontes, poços...»* *«A nível particular já pensei investir, mas o investimento teria de ser avultado e os apoios são poucos. Agora vou tentando que a Associação realize algumas atividades nesse âmbito. A título de exemplo, anexo um esboço de projeto particular que fiz e que agora, enquanto presidente do Futebol Clube Cabeça do Velho gostaria de levar a cabo, atividades que fazem falta na serra a nível de recreio, lazer e também no sentido de valorizar a nossa paisagem, as nossas tradições, a nossa cultura.»*<sup>43</sup>

Em termos gerais, a população serrana tem consciência de que a valorização da paisagem da SC seria uma mais-valia para este território e que para tal seria importante dinamizá-lo, preservá-lo e protegê-lo.

Quanto aos promotores turísticos, concordam com a necessidade da aplicação de investimentos no território da SC; no entanto, não revelam iniciativa quanto a um possível investimento da sua parte.

O público entrevistado revela consciência de que o abandono dos terrenos está relacionado com vários fatores nomeadamente: os incêndios recorrentes (que por sua vez também são consequência do abandono) e a procura de melhores e regulares rendimentos nos centros urbanos.

A população residente na SC considera que há pouca oferta para turistas e recorda com nostalgia as práticas e costumes do antigamente, que não têm tido continuidade.

---

<sup>43</sup> Retirado da entrevista realizada à presidente do FCCV.

Constatou-se através da entrevista a proprietários de prédios rústicos na SC, que uma das razões para a ocorrência do abandono das parcelas rústicas por parte dos seus proprietários está diretamente relacionada com o excessivo parcelamento. Exemplo: uma família com 10 ha de terreno, que poderiam ser aproveitados para fins agrícolas ou outros fins, não o é, pelo facto de os 10ha de terreno estarem excessivamente divididos e distribuídos por toda a SC, em pequenas parcelas de 200m<sup>2</sup>, essa situação leva a que a família opte apenas por dar utilidade às parcelas de maior dimensão, ficando as restantes ao abandono. À semelhança do excessivo parcelamento, a compropriedade também se revela pouco funcional para os proprietários dos terrenos.

#### 4.4 Visitas de campo – Considerações gerais

Considerou-se imprescindível, ao longo da realização deste relatório, encarar o território *in loco*. Experienciar o local permitiu adquirir algumas noções importantes que serviram como auxílio para a proposta realizada. Destacam-se algumas questões, entres elas:

- Perto da Cova da Muda, existe um Centro de Biodiversidade, desconhecido por grande parte da população. Assim se levanta a questão: Como pode algo ser reconhecido fora dos limites do concelho se nem no próprio é reconhecido? Em São Brás de Alportel existem inúmeras potencialidades por valorizar e reativar;
- No que respeita às faixas de gestão de combustível de 125m (uma das medidas de prevenção dos incêndios) existem divergências entre os habitantes do concelho de SBA, quanto à sua eficácia. Enquanto que alguns habitantes se referem a esta faixa como uma mais-valia no controlo do incêndio, que ocorreu no verão de 2012, outros desvalorizam a sua utilidade. Contudo, verifica-se que em zonas do território sem faixas de gestão de combustível, o incêndio devastou mais área, nomeadamente nas povoações de Cabeça do Velho, Cabanas e Lajes.
- O centro de convívio de Parises é bastante útil no apoio à população idosa local, mas será suficiente? À primeira vista parece ser muito interativo, com atividades e palestras informativas para a população. Mas, numa das visitas ao mesmo, verificou-se que tem pouca aderência, à exceção de quando existem essas atividades. Este recurso deveria ser mais bem aproveitado, não sendo apenas utilizado em atividades pontuais, mas sim diariamente, para convívio da população. Além disso, o centro de convívio está equipado com uma cozinha, como tal poderia ser aproveitado como “alojamento local” para turistas que queiram pernoitar, ou para auxílio da população idosa que possa, eventualmente, ter dificuldade em providenciar as suas próprias refeições;
- Existem alguns alojamentos e casas disponíveis para alugar por toda a SC, apesar de estarem pouco divulgados. São procuradas outras soluções mais económicas, por parte dos turistas, que apenas procuram um sítio para pernoitar e, para esse efeito, uma zona de campismo é uma opção válida. Numa visita ao centro de convívio, a responsável pelo mesmo referiu que, um dia, um casal de turistas com um bebé de 6 meses abordaram-na no sentido de encontrarem um sítio para colocar uma tenda de campismo. Uma zona para este efeito seria uma situação a ponderar e que se resolvia com pouca intervenção;

- Numa das fontes recuperadas, recentemente, que tem acesso através de um caminho ao lado do centro de convívio, encontra-se adjacente uma zona apropriada para campismo;
- Por todo o concelho foram também recuperadas outras fontes e lavadouros. Esta ação foi bastante divulgada, no entanto, por falta de promoção de atividades, a utilização deste património cultural fica aquém do que seria esperado. Deste modo será importante divulgar a sua existência por forma a ser utilizado por parte da população e assim assegurar a sua preservação;
- A rede rodoviária na Serra do Caldeirão não está em más condições, no entanto há acessibilidades que deveriam ser melhoradas (acessos dos pequenos aglomerados urbanos às vias principais e secundárias da SC) mas essa possibilidade não está contemplada no PROTA Algarve. A *Peça gráfica 01 – Modelo Territorial Proposto*, apenas refere dois sistemas rodoviários (EN270 e EN2) e destes só a EN270 se prevê como um Sistema Rodoviário Existente a Melhorar;
- É importante preservar a qualidade do ar, do solo, da vegetação e dos ecossistemas serranos. A qualidade do ar é um fator de grande relevância neste território, já que sempre foi reconhecido e recomendado para tratamento de doenças respiratórias.

Seguem alguns registos fotográficos das visitas de campo realizadas:

**Fonte: Autor, 2016**



**Figura 15 – Paisagem serrana próxima da transição entre a Serra e o Barrocal**



**Figura 16 - Reflorestação na SC**



**Figura 17 - Paisagem serrana**



**Figura 18 - Cova da Muda, uma das povoações da SC**



**Figura 19 - Miradouro do Alto da Arroteia, SC**



**Figura 20 - Paisagem SC - São Brás entre a Serra e o Mar**



**Figura 21 - Paisagem Barrocal noroeste**



**Figura 22 - Serra do Caldeirão, concelho de Tavira**

## 4.5 Considerações acerca de um possível regresso ao mundo rural

Questões que se levantam quando é colocada a hipótese de um regresso ao campo:

- Atualmente encontra-se uma estrutura urbana pouco organizada e de fraca consolidação, com a exceção do centro da vila, que apresenta uma malha urbana mais consolidada. **Mas será isto um problema?** Não. A ocupação dispersa do território concelhio em épocas passadas revela o inadequado OT que conduziu a que se urbanizassem solos com potencialidade agrícola. No entanto, no caso deste concelho, a ocupação dispersa não deve ser entendida como o problema mas sim como o ponto de partida para a forma como deve ser entendido e organizado o território.

A paisagem serrana é formada por núcleos rurais dispersos, sendo estes uma das suas características, logo há que tirar partido desta sua singularidade.

- **Há condições para as pessoas voltarem para o campo?** As condições atuais do território serrano são as condições mínimas para possibilitar a habitação neste local. Há casas disponíveis, água canalizada e eletricidade. No concelho de SBA, o território da serra está relativamente próximo do centro urbano, ou seja, todos os serviços, instituições e outras maiores necessidades estão asseguradas a poucos quilómetros. Mas, são poucos quilómetros para quem tem transporte próprio, porque o transporte público é apenas assegurado um dia por semana. Para que haja vontade da população mais jovem voltar para o campo, são necessários mais incentivos, mais garantias de melhores condições de vida, em comparação com aquelas que podemos encontrar na vila. As condições ambientais estão mais que asseguradas mas, quando postas na balança, não pesam mais do que a proximidade a todos os sítios necessários no dia-a-dia.

- **Será apenas uma moda?** O regresso ao campo não pode ser uma moda mas sim uma vontade digna e com certezas de que será uma mudança de vida mais proveitosa e com melhor qualidade. O território em causa não pode estar sujeito a mudanças baseadas em modas, sujeitando-se a determinadas alterações, para ao fim de pouco tempo ser novamente deixado ao abandono. As práticas agrícolas e florestais não podem ser apenas um *hobbie* de férias. Mas há que ter em conta que o regresso ao campo não tem

só uma faceta, a qualidade de vida e as questões económicas são fatores decisores no momento da escolha.

- **Quais as razões que levam as pessoas a voltar para o campo?** A falta de emprego nas cidades, o gosto pelo trabalho na terra, a consciência da qualidade de vida mais próxima da natureza, a posse de terrenos e casas no campo, são as principais razões para um regresso ao campo, ou mesmo, às origens.

- **Como é que os idosos vêm os que chegam ao monte?** Primeiro estranham, depois começam a habituar-se e acabam por gostar, quando os novos moradores se mostram pessoas de bem, simpáticas e não causam distúrbios no local. A desconfiança e o medo são os primeiros sentimentos, porque o que tem acontecido até agora é que aqueles que chegam são desconhecidos, maioritariamente estrangeiros, não são familiares de pessoas conhecidas ou que já por lá moraram. Por isso a incerteza é maior no início, mas que acaba por ficar tudo em harmonia.

Considera-se assim que o ideal seria um território rural não despovoado, com aproveitamento dos recursos naturais e que minimizasse a excessiva ocupação do litoral. Mas para que tal aconteça, é necessário garantir condições (transportes públicos adequados, acessos melhorados, serviços e comércio disponíveis, entre outros) para que a população considere a mudança da cidade para o campo uma mais valia.

No entanto, a forte necessidade de travar o despovoamento não tem de ser entendida como uma urgente necessidade de ocupar excessivamente o território, não será esse o objetivo. A ocupação do território rural terá que ter em conta a capacidade de carga do mesmo.

Atualmente estamos perante um turismo de praia demasiado esgotado. O turismo rural poderia ser uma segunda opção para os turistas que procuram, cada vez mais, outras alternativas viáveis, em qualquer altura do ano. No entanto, a precaver as necessidades futuras, se um dia a preferência for o turismo rural, devem ser previamente elaboradas medidas que impeçam que aconteça o que se verifica atualmente no litoral: ocupações demasiado esgotadas; utilização de espaços de forma inapropriada, nomeadamente das arribas; interferência nos ecossistemas; sobre-exploração dos recursos, entre outros.

## **5. ANÁLISE SWOT**

Previamente à elaboração de uma proposta de valorização da paisagem serrana de São Brás de Alportel considera-se importante analisar quais os Pontos Fortes, os Pontos Fracos e as Oportunidades e Ameaças deste território, para o que se elabora uma análise *SWOT*. Esta análise tem por base o estudo da caracterização geral do território da SC, o conceito de desertificação (que se poderá aplicar como ameaça a este território) e o resultado das entrevistas informais realizadas. O objetivo consiste em perceber o estado em que o território se encontra, e avaliar a necessidade e o tipo de intervenção.

Nesta análise são expostas as componentes sociais e ecológicas do território, dando especial atenção às fragilidades que poderá apresentar. Por outro lado, pretende-se também confirmar ou contrariar a análise que é feita neste território através de uma primeira perceção, que demonstra um território com grande potencialidade mas praticamente despovoado. A análise *SWOT* não se restringe apenas à zona norte do concelho, onde se eleva a Serra do Caldeirão (apesar de ser esse o foco principal), mas também irá incorporar aspetos relativos a todo o concelho, de forma a que se consiga enquadrar a paisagem serrana na sua globalidade.

### **Pontos Fortes**

- Sítio Classificado da Rede Natura 2000;
- Diversidade territorial no concelho, onde num reduzido espaço de território se pode apreciar as características que diferenciam a serra do barrocal;
- Qualidade ambiental favorável ao turismo de saúde;
- Condições climáticas e paisagísticas favoráveis à atração de pessoas durante todo o ano, proporcionando conforto e segurança e garantido uma boa qualidade de vida à população;
- Elevada diversidade biológica;
- Vasto e rico património natural que se expressa na diversidade de recursos naturais;
- Imensa beleza paisagística;
- Existência de património rural, histórico, cultural e arqueológico diversificado e de interesse;
- Existência de algum património imaterial, expresso pela população em termos de saberes tradicionais;
- Múltiplas intervenções por parte da autarquia, com vista à valorização do património construído, como por exemplo, a requalificação das fontes do concelho;
- Existência de muitos percursos pela serra que apenas precisam de ser organizados de forma a ficarem interligados com outras infraestruturas;
- Produtos locais de qualidade e que são reconhecidos internacionalmente, como é o caso da cortiça;
- Inexistência de grande densidade de industrialização pesada;
- Boa qualidade da rede viária municipal;
- Presença de albufeiras e linhas de água que potenciam a criação de zonas de recreio e lazer ligadas ao elemento água, bem como o incentivo de práticas agrícolas na proximidade;
- Existência de construções abandonadas/casas desabitadas que podem ser aproveitadas para quaisquer infraestruturas necessárias à melhoria das condições de vida da população e/ou garantir melhores condições para os turistas;

- Posição geoestratégica (a serra do caldeirão é atravessada pela N2, estrada que liga Portugal Continental de Norte a Sul, fazendo a ligação de S. Brás de Alportel ao Alentejo, tornando as duas regiões bastante próximas e acessíveis);

### **Pontos Fracos**

- Sensibilidade do território a nível ambiental, que estabelece certas restrições às intervenções humanas, que por vezes acabam por levar à interpretação de um território intocável, conduzindo a uma maior degradação a nível social e ambiental;
- População da zona de serra com uma elevada taxa de envelhecimento, em comparação com o resto da região Algarvia, fazendo grande contraste com a zona Sul do concelho;
- Degradação da paisagem serrana, em grande parte devida ao seu abandono;
- Terrenos excessivamente divididos em áreas de pequena dimensão (exemplo: prédio rústico de 300 m<sup>2</sup> em propriedade por 10 proprietários);
- Abandono do espaço rural, que se reflete na excessiva concentração populacional no litoral;
- Baixa dinâmica e pouca diversidade económica, em relação ao litoral, provocando a incapacidade de fixar população no local;
- Desadequado ordenamento territorial que levou a uma desorganização da construção habitacional pela serra que leva a graves consequências ambientais, nomeadamente aquando da ocorrência de incêndios florestais;
- Insuficiente oferta turística, que passa pela falta de animação turística, serviços de restauração e também pela indisponibilidade de alojamentos turísticos, revelando a incapacidade de fixar visitantes por mais do que um dia;
- Má articulação com a oferta turística do litoral;
- Fraca articulação do património e produtos tradicionais com a oferta turística do território, que poderia passar pela articulação destes em diversas atividades recreativas e pedagógicas ou incorporá-los em rotas turísticas;
- Insuficiente oferta recreativa e pedagógica para crianças e idosos;
- Sinalética incompleta ao longo dos percursos pedestres mas também com falha na informação de localização de inúmeros pontos de interesse, que por estarem fora das rotas principais acabam por ficar escondidos de todos os visitantes;
- Falha na divulgação/ promoção do território, bem como do seu vasto património;
- Deficiente acesso a alguns dos pequenos aglomerados, que é feito apenas por veículos próprios para o terreno;

- Perda de grande parte do património imaterial, transmitido pela população e pela identidade da paisagem que está a desaparecer;

## **Oportunidades**

- Aumento da população no concelho, na zona da vila, ao contrário do que acontece em grande parte dos restantes concelhos do Algarve, que se expressa, em parte pela permanência de jovens qualificados;
- Fortes articulações entre os territórios da Serra e o Litoral, bem como de São Brás de Alportel aos centros urbano de Faro, Loulé, Olhão e Tavira, devido essencialmente à proximidade geográfica, com a capacidade de ambos se complementarem ao nível da oferta turística;
- Vontade política da autarquia para valorizar o território da SC, nomeadamente na melhoria da qualidade do património rural, histórico e cultural;
- Consciência de alguns cidadãos para a necessidade de valorização do território serrano;
- Crescente procura de outro tipo de turismo, nomeadamente o turismo de natureza, para além do turismo associado à praia, por quem visita o Algarve;
- Qualidade ambiental que atrai pessoas à permanência no território, nomeadamente a qualidade do ar, com efeitos benéficos para a saúde;
- Zona de qualidade paisagística acessível em termos de proximidade e vias rodoviárias;
- Possibilidade de acolher turismo durante todo o ano, pelo facto de ser um território de com clima agradável em todas as estações do ano;
- Pré existência de vários percursos definidos pela serra, que apenas necessitam de ser reaproveitados;
- Vontade e aceitação por parte da população serrana, para acolher diversas atividades no território em que habitam, levando a uma melhor receção aos turistas por parte dos moradores do território;
- Disponibilidade da população do território em transmitir conhecimentos e experiências da vida serrana, divulgando assim o património imaterial do local;
- Valorização e divulgação do mundo rural através da arte do cinema, com a estreia de um filme gravado no local;
- Oferta limitada de trabalho, ou trabalho com condições indesejáveis nos centros urbanos, que revela a vontade e a necessidade de voltar ao campo;

- Crescente procura de produtos locais de qualidade por parte dos turistas/consumidores;
- Ligação fácil e relativamente rápida a qualquer ponto do concelho;
- Aproveitar a presença dos elementos de água em diversos pontos do território para diversas atividades turísticas;
- Possível vontade de investimentos privados nas construções desabitadas e antigas.

## **Ameaças**

- Declínio da população serrana, que dificulta a preservação da identidade do local;
- Continuado despovoamento, que poderá conduzir à degradação dos recursos naturais e culturais, pela falta de manutenção;
- Desaparecimento de muitas profissões, pela falta de interesse por parte dos mais jovens em aprender as artes e ofícios mais antigos;
- Território vulnerável à desertificação, se o despovoamento e a falta de atividade e investimento no solo, se continuar a verificar;
- Despovoamento total de algumas das pequenas povoações da zona serrana;
- Pouca afirmação do território Serra do Caldeirão como destino turístico, ou transformação do mesmo à imagem do litoral, sendo apenas um anexo de complemento à oferta turística do litoral, não se afirmando com todos os seus valores naturais e patrimoniais;
- Continuada dependência do Litoral para as atividades turísticas, em termos de oferta de restauração e de alojamento;
- Desacreditação do valor do território, por parte da população mais jovem, vendo-o como um lugar sem futuro e sem potencialidade;
- Território concelhio visto apenas como local residencial dos cidadãos que trabalham noutros concelhos, não se promovendo e desenvolvendo a atividade económica para além da existente;
- Incorretas intervenções ou utilização desenquadrada do património construído, que podem por em causa a sua identidade e preservação;
- Perda de turistas e promotores turísticos interessados em investir no território, que preferem apostar noutros concelhos que conseguem oferecer num só território administrativo, a zona de litoral e o interior serrano;
- Concorrência de outros destinos turísticos com a mesma tipologia;
- Abandono e degradação dos povoamentos florestais e agrícolas, com grande potencial económico;
- Desacordo por parte dos proprietários para o aproveitamento das suas casas abandonadas, para diversas instalações que podem valorizar o território serrano,

justificado pelo desconforto e insegurança que uma maior movimentação social lhes traz;

- Falta de investidores que apostem neste território, garantindo mais oferta em termos de restauração e alojamento.

- Perda da identidade da paisagem causada pelo despovoamento, já que é a população, através das atividades do seu quotidiano, que atribuem esta identidade.

## 6. ESTUDO DAS UNIDADES DE PAISAGEM

O concelho de SBA apresenta, ao longo de toda a sua extensão, diversidade paisagística, climática, de usos e ocupações do solo, entre outros fatores que se distinguem no concelho, de zona para zona. Por forma a compreender esta diversidade, procedeu-se à análise das unidades de paisagem que estavam definidas para o território do concelho, bem como da sua envolvente.

Recorreu-se à delimitação de UP em Portugal Continental, do estudo coordenado pelo professor Alexandre Cancela d'Abreu e intitulado: *“Contributos para a Identificação e caracterização da Paisagem em Portugal Continental”*.<sup>44</sup> Um estudo feito com base numa visão holística das componentes do território, tendo sido consideradas as componentes da paisagem (nomeadamente as ecológicas, culturais, socioeconómicas e sensoriais), sobrepostas a uma análise cartográfica e acompanhadas por observações em campo.

Da análise resultou a identificação de 128 unidades de paisagem, subdivididas em subunidades de paisagem que delimitam territórios onde as características estudadas e observadas se encontravam de forma homogénea. Tendo em conta a escala em que foram delimitadas as UP, os seus limites são indicativos, não sendo completamente adequados a uma análise utilizando uma escala mais detalhada, tornando-se necessária a elaboração de uma delimitação mais rigorosa.

As UP identificadas no estudo coordenado pelo professor Cancela d'Abreu estão sujeitas ao fator tempo, ou seja, à dinâmica temporal a que a paisagem está sujeita. Uma atualização de uma identificação feita neste estudo iria obter, muito provavelmente, resultados diferentes, pois as componentes têm sofrido alterações. A identificação foi também resultado de uma subjetividade referente à perceção das equipas que tentaram analisar o território de uma forma global.<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Considerado neste relatório como: Estudo das UP existentes

<sup>45</sup> CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário- *Identificação de Unidades de paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental*. Finisterra, XXXVI,72, 99.195-206, 2001

Assim, procedeu-se à análise das UP existentes mas, face ao fator tempo, à subjetividade da análise, à escala em que foi trabalhado o estudo e à necessidade de incluir outros critérios para a delimitação das unidades e subunidades de paisagem, houve a necessidade de redefinir as UP.

## 6.1 Unidades de paisagem existentes

As unidades de paisagem existentes (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004) comprovam a riqueza paisagística e cultural do concelho de SBA. Numa área de cerca de quinze mil hectares, foram delimitadas três unidades de paisagem distintas. O concelho está maioritariamente inserido na UP 122 – Serra do Caldeirão, seguido da UP 152 – Barrocal Algarvio, que corresponde à localização do centro urbano e, por fim, encontra-se a UP 126 – Litoral do Centro Algarvio, que ocupa menos área no concelho (Figura 14).



Figura 23-Unidades de Paisagem existentes

Fonte: CANCELA D'ABREU *et al.* (2004), elaboração própria.

### **6.1.1 Unidade de Paisagem 122 – Serra do Caldeirão**

A UP 122 - Serra do Caldeirão, engloba parte da região do Algarve e do Alentejo. É caracterizada por uma paisagem de carácter agreste, com relevo acidentado, formado por xistos argilosos e onde as povoações são visivelmente de número reduzido.

É uma UP com pouca contribuição na economia do país, apesar de ser formada por extensos montados, acompanhados de matas e matos, onde os sobreiros e os medronheiros dão a cor de verde intenso a esta paisagem. Sobreiros estes que um dia já geraram a cortiça que garantiu qualidade de vida a muitas famílias, mas que agora é pouco mais que um sustento para as famílias que habitam o local.

A UP SC está entre a peneplanície alentejana e a plataforma do litoral algarvio. Trata-se de um elemento de grande destaque, que se eleva perante a sua envolvente de relevo mais moderado, apesar de o seu relevo máximo rondar os 500 metros de altitude.

A essência desta paisagem é transmitida pela população, distribuída em pequenos aglomerados rurais, localizados maioritariamente em zonas de vales e encostas adjacentes, rodeados por pequenas zonas agrícolas atualmente apenas utilizadas para subsistência da população, mas que estão cada vez mais entregues ao abandono, promovendo a perda da identidade desta paisagem.

Dentro desta UP são distinguidas três subunidades: Subunidade 122a localizada a oeste (habitualmente designada por Serra de Odemira); Subunidade 122b (subunidade central, inclui parte da SC); Subunidade 122c localizada a leste (no prolongamento da SC até ao vale do Guadiana). No entanto, o concelho de SBA engloba apenas duas das subunidades (122b e 122c).

A subunidade 122b é onde podemos encontrar as maiores altitudes, como o miradouro do Alto da Ameixeira, a escassos minutos de carro (aproximadamente 10 minutos) do centro urbano de SBA. É uma zona onde o despovoamento se começa a verificar, no entanto de uma forma menos acentuada do que na subunidade 122c, localizada a norte do concelho. A subunidade central (122b) apresenta um clima mais húmido e por isso mais favorável para o sobreiro que encontra melhores condições para o seu desenvolvimento e sobrevivência, tendo promovido, no século XX, a construção das maiores fábricas de cortiça do país localizadas no concelho de SBA. Hoje, os sobreiros partilham terreno com o eucaliptal, que surgiu mais recentemente como forma de obtenção de rendimentos a curto prazo.

Na subunidade 122c, no prolongamento da SC ao Vale do Guadiana, os sobreiros perdem protagonismo e surgem as azinheiras, adaptadas à fraca e irregular pluviosidade que se faz sentir nesta zona e onde os solos se apresentam mais degradados em resultado da exaustiva plantação cerealífera. Atualmente, nesta zona visualizamos matos cobertos de esteva, que fazem parte da atual identidade da paisagem.

### **6.1.2 Unidade de Paisagem 125 – Barrocal Algarvio**

Entre a serra e o litoral, desde Castro Marim até Sagres, encontra-se uma faixa de largura irregular denominada de barrocal algarvio. É identificada por UP 125 e apresenta características relativamente uniformes em toda a sua extensão.

No concelho de SBA as características do barrocal ocupam a zona sul do concelho, distinguindo-se de forma bastante clara da unidade de paisagem a norte (UP Serra do Caldeirão), como se pode comprovar pela Figura 24. No entanto, encontram-se zonas no concelho em que se vê claramente a transição entre as duas UP.



**Figura 24-Transição UP Serra Caldeirão e UP Barrocal**

**Fonte: Autor, 2017**

A paisagem do barrocal é formada por anticlinais e planaltos calcários que contrastam com os xistos da serra. Por entre vales que se prolongam e ribeiras que percorrem o território, encontramos também os típicos valados (muros de pedra em resultado da despedrega dos terrenos), que rodeiam as hortas, pomares de citrinos e pomares de sequeiro que resultam do aproveitamento dos solos férteis da região para produção de outros frutos (azeitona, amêndoa, figo e alfarroba) para além da bolota, proveniente das azinheiras que lá existiam.

Os terrenos murados, alternados com os matos e pontuados com dispersas e densas manchas de povoações, são as principais características que constituem a identidade desta paisagem. Atualmente, em grande parte do barrocal já são visíveis os sinais do abandono.

A flora do barrocal é também bastante rica em plantas aromáticas como o tomilho (*Thymus lotocephalus*), o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), a salva (*Salvia clandestina*), o rosmaninho (*Lavandula luisieri*, *Lavandula viridis*), entre outras, cuja floração dá cor à paisagem nas diferentes estações do ano.<sup>46</sup>

Na parte do concelho de SBA pertencente a esta UP, encontram-se alguns pontos panorâmicos de interesse, nomeadamente na zona da Gralheira (miradouro do Alto da Arroiteia, permite um alcance visual até ao litoral algarvio).

A UP Barrocal inclui a área urbana do concelho de SBA. Considera-se que a arquitetura presente na localidade reflete a riqueza resultante da exploração da cortiça no decorrer do século XIX e início do século XX.

Tal como na UP Serra do Caldeirão, o abandono e consequente degradação da paisagem é a maior ameaça que esta enfrenta, pondo em causa a continuidade da identidade da mesma, que é transmitida pelas policulturas que dão forma e cor à paisagem.

---

<sup>46</sup> GOMES, Carlos J. Pinto e FERREIRA, Rodrigo J.P. Paiva – *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira-Portimão)*. CCDR Algarve, 2005

### 6.1.3 Unidade de Paisagem 126 – Litoral do Centro Algarvio

Ocupando apenas uma pequena área do concelho de SBA, a unidade de paisagem 126 - Litoral do Centro Algarvio é bastante distinta das outras UP presentes neste concelho. Esta apresenta as características típicas da região do algarve (espaços edificados de natureza e tipologias diversificadas) embora no concelho de SBA as mesmas não se verifiquem de forma tão marcada.

A contrastar com as UP a norte do concelho de SBA, o litoral centro algarvio é bastante plano, conseguindo-se ter uma melhor visão panorâmica do litoral em certas zonas do barrocal do que no próprio litoral do centro algarvio. É uma zona de ocupação turística sazonal bastante elevada, chegando mesmo a ser um destino turístico sobrelotado.

Não sendo apenas caracterizado pela existência de praias, também é possível encontrar nesta UP zonas agrícolas. O meio rural começa a surgir quando caminhamos para norte, onde os mosaicos formados pelas culturas de sequeiro e regadio são importantes construtores da identidade desta paisagem. A agricultura em certos locais é expressa de forma mais humanizada, com a presença das estufas entre Faro e Olhão.

Quanto à vegetação arbórea, esta acompanha aquela que é característica da UP Barrocal, com a presença de amendoeiras, figueiras e alfarrobeiras, que ainda sobrevivem em alguns locais que se mantiveram imunes ao crescimento urbano desordenado.

Das três UP do concelho de SBA, a UP Litoral do Centro Algarvio é a que apresenta graves problemas (ainda que não se verifiquem neste concelho) de ordenamento, no entanto, por motivos opostos àqueles que se verificam na serra e no barrocal. Enquanto que na serra e no barrocal a preocupação é o despovoamento, no litoral o problema está relacionado com o excesso de ocupação que levou a um crescimento urbano acelerado e desordenado. É apenas nas áreas mais a norte da UP Litoral do Centro Algarvio, onde a agricultura começa a surgir, que se começa a sentir o abandono (situação que se verifica no concelho de SBA)

Considera-se que a identidade desta UP está descaracterizada, resultado dos excessivos usos relacionados com o turismo e com as alterações que foram feitas para dar resposta à atividade turística, restringindo a diversidade biológica a pequenas zonas que surgem pontualmente – *“A “riqueza biológica” circunscreve-se a locais muito limitados, sendo no geral baixa.”* (CANCELA D’ABREU *et al.*, 2004).

## **6.2 Caracterização das unidades de paisagem propostas**

Considera-se que as unidades e subunidades de paisagem propostas no estudo coordenado pelo professor Cancela d'Abreu correspondem à realidade que encontramos no território concelhio atualmente. No entanto, com o decorrer dos anos, certos fatores foram-se alterando nomeadamente a vegetação, a urbanização, o povoamento, entre outros. Em relação ao clima, apesar de não haver dados concretos da sua alteração, o desfasamento das épocas de práticas e costumes agrícolas são testemunha das alterações climáticas existentes. Considera-se, por isso, fundamental observar no presente o território de uma outra perspetiva, com uma visão mais próxima das pessoas, procurando perceber como as suas intenções e interações, perante o território, influenciaram a estabilidade do mesmo.

Quando se olha para o território com o objetivo de avaliar o despovoamento e a desertificação, mesmo que se trate de um concelho relativamente pequeno, surgem zonas com diferentes graus de fragilidade. Deste modo surgiu a necessidade de propor novas unidades e subunidades de paisagem com base nas fragilidades avaliadas. Posteriormente são definidas diferentes estratégias de intervenção para colmatar as diferentes fragilidades avaliadas.

Outro motivo que levou à necessidade de redefinir novas UP, foi o fator escala. A escala trabalhada no estudo coordenado pelo professor Cancela d'Abreu fornece dados ao nível do país, mas não com o nível de detalhe necessário para uma análise ao nível do concelho, como é o caso do presente relatório.

Na identificação de UP proposta, surgem três UP que respeitam, em grande parte, a identificação feita no estudo analisado anteriormente. Nas UP redefinidas, foram consideradas primeiramente, todas as componentes principais (relevo, vegetação, clima, tipo de solo, aspetos históricos e culturais) que delimitaram as UP pré-existentes, tendo sido adicionado um maior detalhe a essa delimitação, para além da introdução de um novo critério a aplicar - o povoamento.

Resultou, nesta nova proposta, a alteração do limite de duas UP que fazem fronteira na zona sul do concelho SBA (UP Barrocal Algarvio e a UP Litoral Central), por se considerar que essa delimitação, neste caso de estudo, é mais coerente com as características de cada UP em causa, principalmente no que se refere ao povoamento.

Destacam-se assim as três UP: Serra, Barrocal e Barrocal/Litoral. As duas primeiras são divididas em subunidades de paisagem, enquanto que a UP Barrocal/Litoral por

apresentar características relativamente uniformes em relação ao critério povoamento, em toda a sua área, não se justificou a necessidades de criar subunidades. A UP Serra é subdividida em três subunidades e a UP Barrocal em duas subunidades, estando a ocupação/abandono do território na base desta delimitação (Figura 35)

Fonte: Google maps, elaboração própria (2016)

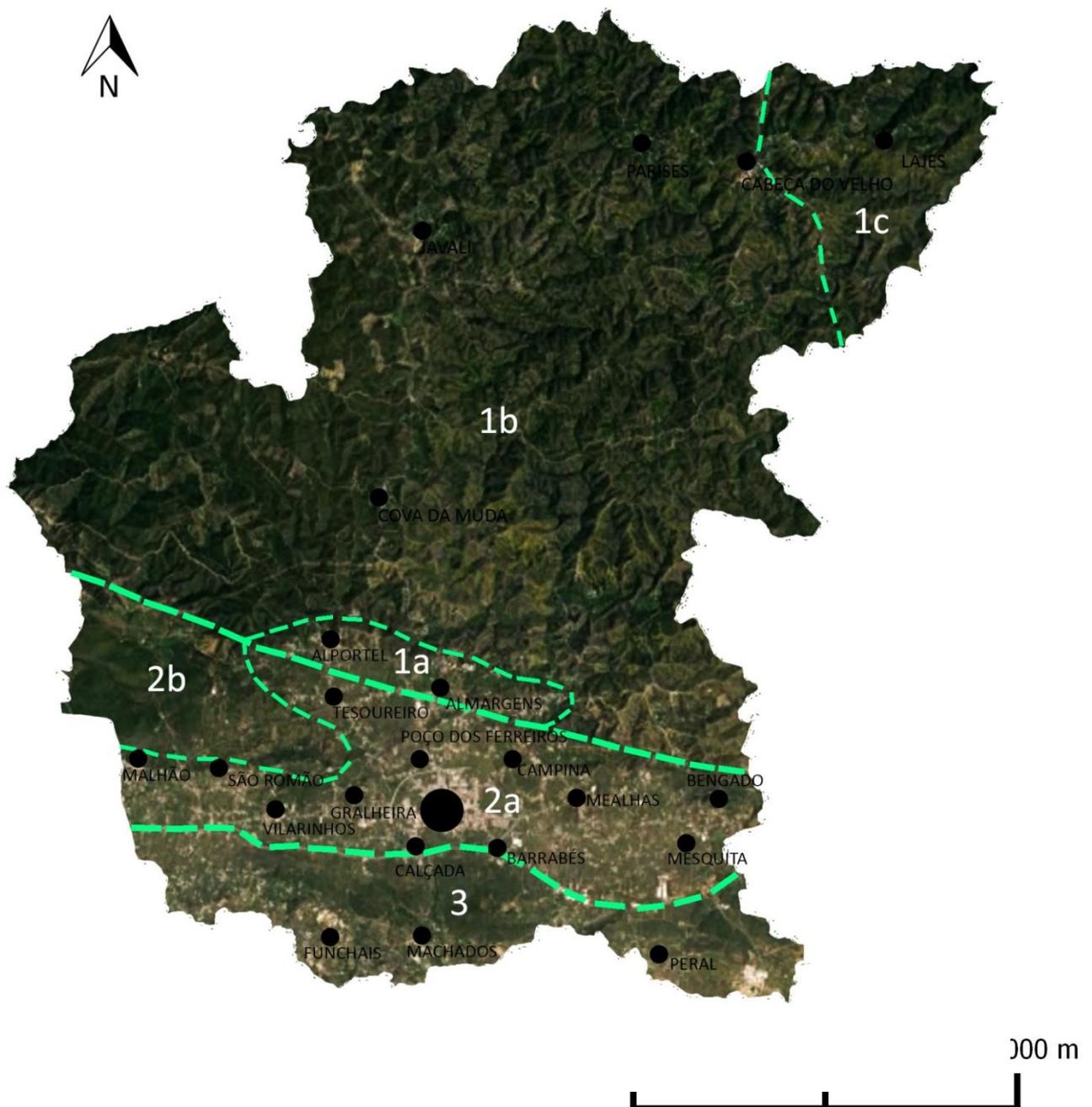


Figura 26-Unidades e subunidades de paisagem propostas

Esta proposta de delimitação é baseada no conhecimento empírico do território, na transmissão de saberes e opiniões da população (transmitidos durante as entrevistas/conversas informais) e do levantamento de dados cartográficos em gabinete no projeto do cadastro predial<sup>47</sup> de São Brás de Alportel. Este projeto constituiu uma mais-valia porque foi possível apreender (graças aos testemunhos da população são brasense e de pessoas com origem no concelho) que neste território serrano encontram-se zonas onde o interesse e dedicação por parte dos proprietários é maior do que em outras zonas, estando o nordeste do concelho em situação mais desfavorável.

### **6.2.1 Unidade de Paisagem Serra (1)**

Como unidade foco deste estudo, a UP Serra é aquela que abrange a maior parte do concelho, começando no topo na vila são brasense e terminando no final do concelho, a norte.

Como parte integrante da Serra do Caldeirão, a UP Serra regista as mesmas características típicas: sobreiros, estevas e medronheiros que são a imagem de marca deste território, onde a cortiça é um dos produtos de maior importância.

É um território desconhecido para muitos que associam o Algarve apenas à imagem do sol e praia. Os pontos fortes deste território, são múltiplos: silêncio, tranquilidade, pureza do ar, entre outros. No entanto, estes não se têm mostrado suficientes para despertar a curiosidade pela descoberta do território serrano e minimizar o processo de despovoamento. Em contrapartida, é elevada a procura por parte de turistas estrangeiros, que não encontram oferta suficiente na serra para satisfazer as suas necessidades em termos de recreio, lazer, alojamento e restauração.

Mesmo numa pequena extensão de território, como é o caso da UP Serra, podem-se encontrar algumas diferenças em termos de vegetação, clima e principalmente a nível da ocupação/abandono do território por parte dos habitantes serranos e seus familiares

---

<sup>47</sup> Registo administrativo, no qual se procede à identificação e caracterização dos prédios rústicos e urbanos existentes em território nacional (SINERGIC, 2009)

(aspeto principalmente desta identificação UP). Como tal, foram definidas três subunidades de paisagem.

#### **6.2.1.1 Subunidade de paisagem Serra Sul (1a)**

A subunidade Serra sul abrange os sítios do Alportel e Almargens (sítios mais habitados da SC no concelho), sendo estes também os mais próximos do centro urbano. Destaca-se esta subunidade pelo fator de ocupação do território que é incomparavelmente mais elevado do que em qualquer outra zona a norte desta subunidade.

Os primeiros registos das características da paisagem serrana começam a ganhar vida nesta subunidade, onde as habitações se começam a dispersar à medida que caminhamos para norte. Por aqui encontram-se as principais ligações viárias ao interior da SC, bem como a ligação mais próxima ao Alentejo (Estrada Nacional 2), mais propriamente a Almodôvar, que também tem parte da sua área inserida na SC.

A ribeira do Alportel, que atravessa esta subunidade, é a linha de água de maior relevância no concelho. Apesar de ser um fraco recurso hídrico, ainda conseguimos encontrar algumas hortas cultivadas e cuidadas (junto a muitas outras hortas abandonadas), junto a esta ribeira. Associada à mesma podemos encontrar vários locais de interesse, sendo o mais conhecido a Fonte Férrea (Figura 27), localizada numa cota geográfica bastante inferior em relação ao meio envolvente (encostas da Serra) e onde é propício a realização de piqueniques e outras atividades ao ar livre.



**Figura 27-Fonte férrea, São Brás de Alportel**

Fonte: <http://patrimoniosba.blogspot.com> [consul. 2018]

### **6.2.1.2 Subunidade de paisagem Serra Centro-Norte (1b)**

Esta subunidade de paisagem abrange a zona mediana da serra em termos de ocupação/despovoamento do território, em relação às três subunidades da SC. Nesta subunidade encontram-se recantos mais favorecidos em termos de ocupação e outros mais despovoados mas, numa visão geral, considera-se esta subunidade aquela onde o despovoamento começa a ser considerável.

Encontram-se nesta subunidade os povoamentos rurais da Cova da Muda, Javali, Parises e Cabeça do Velho que são de dimensão considerável, tendo em conta a UP em causa, existindo ainda outros pequenos aglomerados populacionais dispersos pela Serra que são constituídos por menos de meia dúzia de habitações.

É uma área de território que já foi alvo de vários incêndios, já esmoreceu e ganhou vida vezes sucessivas, mas na verdade nunca consegue alcançar a virtuosidade que já teve em tempos. Um território rico em sobreirais, que garantia boa qualidade de vida às pessoas da serra e a todos aqueles que faziam da cortiça o principal sustento. Hoje em dia é unicamente uma fonte de rendimento apenas para alguns habitantes e que devido ao longo período de reconstituição da cortiça (cerca de 10 anos) não garante rendimentos anuais. Mesmo tendo atravessado sucessivas dificuldades, esta paisagem consegue demonstrar beleza e riqueza paisagística que necessita urgentemente de uma intervenção que a preserve.

Os mosaicos paisagísticos variam entre sobreirais, matas de pinheiro bravo e pinheiro manso, estevas e medronheiros, plantações de oliveiras (que surgiram mais recentemente), pequenas hortas nas zonas mais baixas, pequenas albufeiras e pequenos montes formados por poucas casas com pouca gente a habitá-las.



Fonte: Autor, 2016

Os locais de maior altitude do concelho (cerca de 500m - cota máxima da SC no concelho de SBA, Figura 28), encontram-se nesta subunidade, surgindo assim também os pontos de interesse associados às belas e extensas vistas que se podem apreciar a partir destes pontos. Junto às albufeiras também se encontram zonas agradáveis à estadia, que possibilitam aos turistas refrescarem-se nos dias quentes de verão.

Figura 28-Miradouro do Alto da Ameixeira, SBA

### **6.2.1.3 Subunidade Serra Nordeste (1c)**

A nordeste do concelho, a subunidade Serra Nordeste é a zona com maior urgência de intervenção, pois trata-se do local mais despovoado e onde a maioria dos proprietários desconhece os terrenos que lhes pertencem.

Identificou-se esta subunidade que, para além do seu considerável despovoamento, também é das áreas que mais sofreu com o último incêndio ocorrido no verão de 2012. Se estes dois aspetos - despovoamento e incêndio - que tornam a paisagem bastante vulnerável estão relacionados, ou seja, se se trata de um acontecimento causa-efeito, não há certeza, mas é sem dúvida uma grande possibilidade.

A povoação que se destaca nesta subunidade é o sítio de Lages, por ser aquela em que o número de habitantes é bastante reduzido (com quatro habitantes<sup>48</sup>) e pelo facto de no projeto do cadastro predial se ter destacado a zona em que grande parte dos prédios rústicos não foram declarados pelos seus proprietários.

A falta de declaração dos prédios poderá passar pela ausência de interesse nas pequenas parcelas de terreno que já foram sucessivamente divididas (sendo de tamanho reduzido, algumas na ordem dos 200m<sup>2</sup>, como se pode verificar na Figura 29, havendo parcelas de dimensão ainda mais reduzida); pelo facto de os prédios estarem em compropriedade ou por se desconhecer a localização dos terrenos que adquiriram por herança, abdicando desses pertences, que caem no esquecimento, até que com o passar dos anos já não haja memória de que aqueles terrenos pertencem à família.

---

<sup>48</sup> Não existem dados oficiais que indiquem a população da povoação de Lages, trata-se de um número baseado em conhecimento empírico do local e informação disponibilizada pela presidente do FCCV.

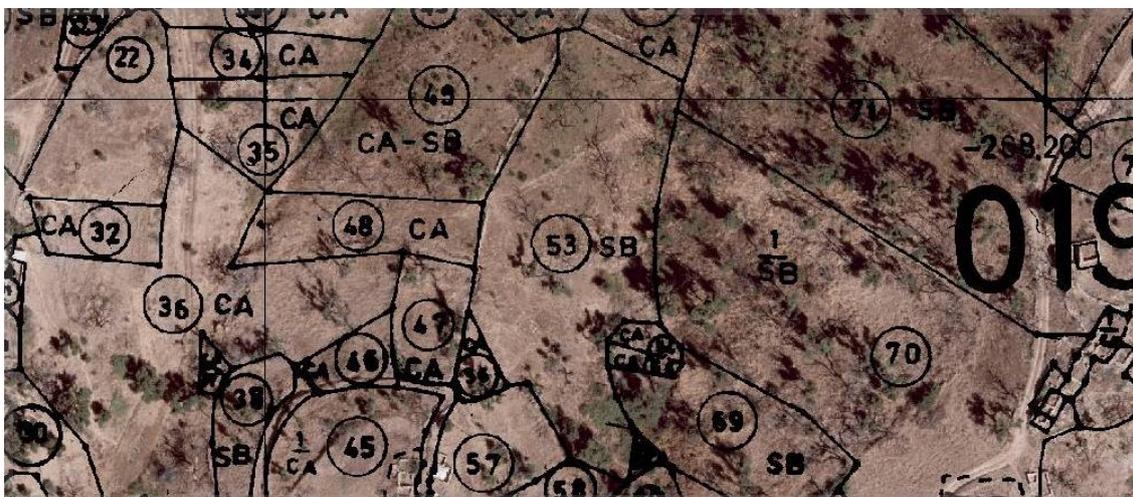


Figura 29-Sessões cadastrais de prédios rústicos

Fonte: DGT, 2013

Menos povoada, mas não menos rica paisagisticamente, nesta subunidade podem-se encontrar recantos isolados de todo o resto, onde é possível contemplar a natureza, absorver sensações de paz e tranquilidade e disfrutar de situações de silêncio que não se encontram a escassos quilómetros do local.

### 6.2.2 Unidade de Paisagem Barrocal (2)

A UP Barrocal é a que ocupa maior área no concelho de SBA, depois da UP Serra. É também aquela que apresenta maior ocupação, pois é onde se localiza a zona urbana do concelho.

A urbanização é mais concentrada no centro da vila e a densidade vai-se diluindo de forma relativamente homogénea quando nos afastamos do centro. A partir deste, as construções concentram-se ao longo da estrada que liga o centro urbano aos concelhos vizinhos (Loulé e Tavira) como se pode ver na Figura 30. De forma mais dispersa, surgem outras zonas urbanizadas que fazem desta UP a mais povoada e, consequentemente, com menos riscos de despovoamento no concelho. Ainda assim é notória alguma não utilização/inutilização das parcelas de hortas e pomares de sequeiro nesta UP.

Fonte: Google maps, 2016. Elaboração própria

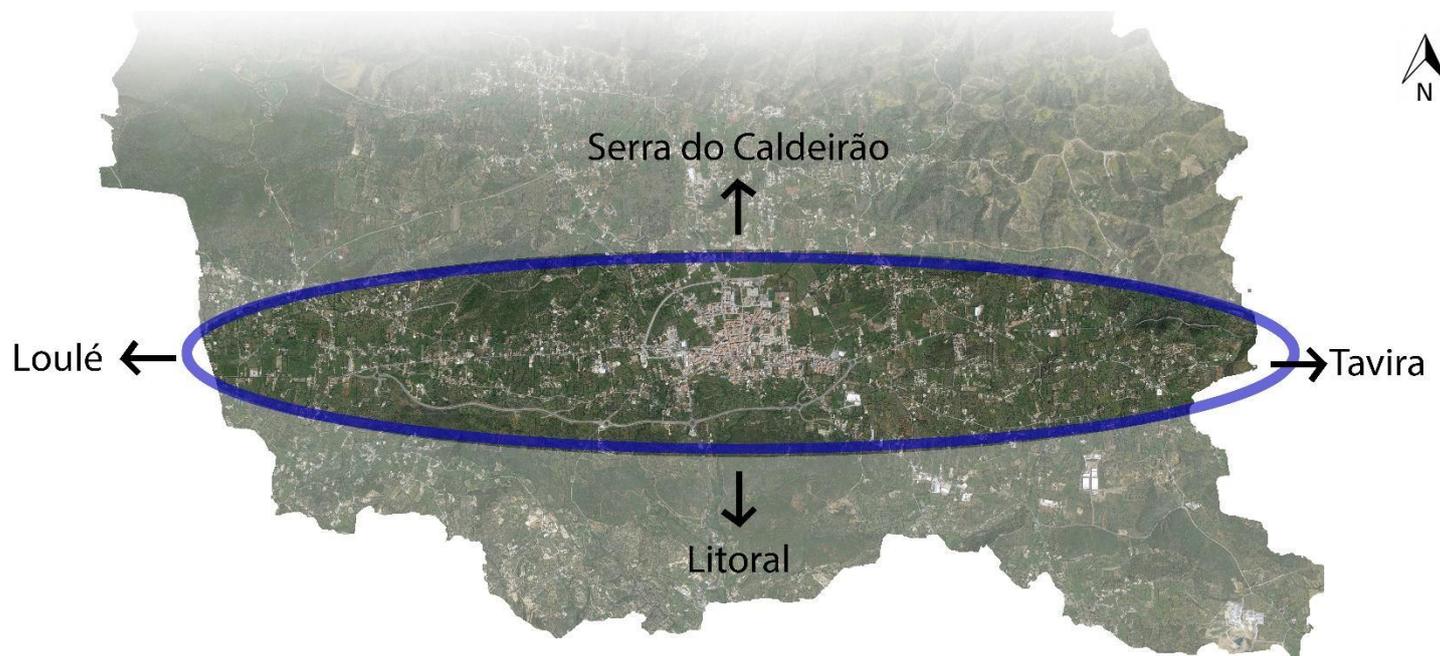


Figura 30-Maior concentração de solo urbanizado

As amendoeiras em flor e os terrenos retalhados por valados são as características mais marcantes desta UP.

Também através do projeto do cadastro predial foi possível perceber que é nesta UP que os proprietários mais declararam a posse, mostrando o valor que esta zona representa para os mesmos, apesar de alguns não viverem no concelho. A explicação pode passar pela localização dos prédios (no centro urbano ou na sua maior proximidade), que leva a que tenham associado um valor monetário mais elevado. Outra razão passará pelo facto de ser uma zona mais produtiva em termos agrícolas, principalmente por os terrenos não serem tão declivosos como na serra.

Desta UP são de destacar duas subunidades que se diferenciam pela ocupação, mas também, e principalmente, pelas diferenças paisagísticas que encontramos em ambas, atribuindo-lhes um carácter completamente distinto.



**Figura 31 - Pintura nas casas abandonadas do centro histórico**

**Fonte: Autor, 2018**



**Figura 32 - Centro histórico, SBA**

**Fonte: Autor, 2018**

### **6.2.2.1 Subunidade Barrocal Central (2a)**

Esta unidade representa, essencialmente, uma faixa longitudinal que atravessa o concelho de oeste a este e tem como centro a zona urbana, conhecida por vila.

Inserida no barrocal, esta subunidade é caracterizada por ser a mais urbanizada e, como tal, a mais habitada de todo o concelho. A ocupação deste território é feita de forma continuada ao longo de toda a faixa, onde o centro urbano se apresenta com maior densidade de construções que se vão dispersando e concentrando numa mancha linear que atravessa o concelho. Esta mancha corresponde às estradas principais que ligam Loulé a Tavira, com passagem pelo centro do concelho de SBA.

A subunidade Barrocal-Central apresenta todas as características particulares da UP Barrocal, principalmente junto à estrada que liga o centro urbano de SBA a Tavira, onde são perceptíveis as divisões das parcelas de terreno através dos valados (muros de pedra) que rodeiam os pomares de sequeiro junto às habitações, como se pode observar na Figura 33e na Figura 34 . Atualmente muitas destas habitações já pertencem a famílias de imigrantes, que escolheram a tranquilidade do concelho de SBA como seu novo lar.



**Figura 33 - Valados e pomares de sequeiro do Barrocal Central**



Figura 34 – Pomares de sequeiro do Barrocal Central

Fonte figuras 33 e 34: Autor, 2018

A subunidade inclui os sítios da Mesquita, Mealhas, Gralheira, Vilarinhos, Tesoureiro, Campina, São Romão, Barrabés, Bengado, Malhão, entre outros pequenos sítios do concelho.

Esta delimitação de subunidade é aquela que apresenta as condições mais favoráveis do concelho, em termos económicos e sociais. É onde a população jovem tem vindo a aumentar, onde os espaços públicos estão cada vez em melhores condições (devido ao investimento da autarquia) e onde a agricultura junto às casas se mantém ativa. É a UP que mais contrasta com o restante concelho, principalmente ao nível de ocupação populacional que apresenta.

#### **6.2.2.2 Subunidade Barrocal Noroeste (2b)**

A subunidade Barrocal-Noroeste, tal como o nome indica, refere-se à zona noroeste do barrocal. Diferencia-se de toda a UP em que está inserida, por se considerar que possui o núcleo de vegetação e solos melhor conservados do barrocal, tendo características particulares que mostram a clara transição entre a serra e o barrocal, tal como se verifica na figura Figura 24. Do lado oeste do sítio do Alportel, após passar pelo sítio dos Juncais e com acesso por um pequeno túnel (Figura 36) chega-se a esta subunidade. É possível

percorrê-la através de um caminho de terra que a atravessa transversalmente, no sentido SBA-Loulé.

A azinheira ganha protagonismo nesta subunidade, onde os sinais de despovoamento não são considerados preocupantes.



**Figura 36-Fotografias representativas da Subunidade Barrocal Noroeste**

**Fonte: Autor, 2016**

### **6.2.3 Unidade Barrocal/Litoral (3)**

No limite sul do concelho encontra-se a UP Barrocal/Litoral. A designação surge respeitando a identificação já existente de Unidades de Paisagem (CANCELA D'ABREU *et al.*, 2004), onde está presente a UP Litoral do Centro Algarvio e a UP Barrocal. No entanto, de acordo com os critérios aplicados na redefinição das UP (ocupação do

território), surgem novos limites para esta UP (Unidade Paisagem Barrocal/Litoral) que engloba parte da UP Barrocal e grande parte da UP Litoral do centro algarvio.

A UP Barrocal/Litoral caracteriza-se por um relevo mais ondulado do que o existente na UP Barrocal. A ocupação populacional é bastante mais dispersa e os matos são constituídos de vegetação densamente desenvolvida, mostrando o abandono dos terrenos, devido ao difícil acesso.

Encontram-se nesta UP as pedreiras do concelho, tanto no Peral como perto dos Funchais. As vistas panorâmicas de algumas zonas desta UP permitem visualizar de outro ângulo a vila são brazense, bem como os concelhos vizinhos, permitindo também a visão até à costa algarvia, como se pode comprovar na Figura 21.



**Figura 37-Miradouro do Alto da Arroteia**

**Fonte: Autor, 2018**

### **6.3. Unidades de paisagem propostas e proposta de valorização do território**

As unidades e subunidades de paisagem redefinidas nesta proposta, são mais um ponto de partida para a proposta de valorização do território serrano do concelho de SBA. As UP propostas refletem a urgência de intervenção de cada zona do território em termos de povoamento, tendo sido esse o critério principal para a delimitação das mesmas.

Esta proposta de UP vem confirmar e expor de forma mais organizada a perceção geral que se obtém do território, quando se conhece um pouco mais do que apenas o centro urbano (noção das diferenças formas de tipo e nível de ocupação do território). Para grande parte das pessoas não residentes no concelho, SBA limita-se ao centro urbano e aos arredores mais próximos, porque é nesses locais que se encontram grande parte das atrações e onde decorrem a maioria dos eventos (Feira da Serra e Procissão das Tochas Floridas na Páscoa, Figura 38) que atraem mais pessoas ao concelho. Os visitantes do concelho acabam por ser atraídos principalmente para o centro, desconhecendo um vasto território de elevado valor e potencialidade que se localiza nas zonas envolventes.



**Figura 38 - Rua enfeitada para a Procissão das Tochas Floridas, SBA**

Fonte: Autor, 2018

A identificação destas três UP permite mostrar que o concelho é muito mais para além da subunidade que engloba o centro urbano (UP Barrocal central) e que há um vasto território com características bastantes distintas, em cada uma das suas subunidades, que é preciso explorar. Esta proposta permite também realçar as fragilidades do território, em termos de povoamento, porque foi este o critério de delimitação.

Para cada UP identificada será definida uma urgência de intervenção. A UP prioritária é a UP Serra (segundo uma ordem de prioridade as subunidades: subunidade Serra Nordeste, seguida da subunidade Serra Centro-Norte e por fim a Serra Sul). De seguida a UP Barrocal/Litoral e por fim a UP Barrocal.

No entanto, é de referir que para uma valorização coesa é fundamental, para além de se analisar estas três subunidades em separado, realizar uma proposta em que todas se interliguem de forma funcional. Em termos de perceção final não deverá ser notória uma divisão de propostas, mas sim uma valorização da paisagem no seu global.

Pretende-se evitar o que acontece em alguns planos de ordenamento do território, que tendem a pecar pelo facto de, ao serem aplicados, regerem a sua aplicação consoante os limites administrativos, que impõem barreias imaginárias no território, que não deveriam existir. Nesta proposta, como não há nenhum limite administrativo, não serão os limites das unidades e subunidades de paisagem que irão criar barreiras e dar lugar a uma proposta fragmentada. O objetivo é alcançar uma proposta global, onde as subunidades se interligarão de forma consonante.

## 7. VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SERRANO

### 7.1 Intervenções em território rural

*“Todas as coisas no nosso mundo têm uma autenticidade e que é sempre possível recuperar. Uma coisa autêntica é aquela que tem um passado, que tem alicerces e que tem também um presente que se vê, que se sente. Não há presença nem autenticidade sem futuro”.*

Gonçalo Ribeiro Telles

A paisagem serrana de São Brás de Alportel é um território com autenticidade. Apesar do seu estado de degradação e de abandono, não pode ser vista como algo que já não tem futuro, mas sim como algo frágil, de elevado valor e potencialidade. É sem dúvida um território possível de recuperar e, havendo crença na sua recuperação, aliada à vontade da população e outros agentes decisores (autarquia e promotores turísticos, entre outros) o objetivo será alcançável.

Tal como defende António Covas (COVAS,20120) (e o PROT prevê), o recurso a unidades de paisagem e/ou sistemas territoriais constitui um óptimo ponto de partida a aplicar no território.

A paisagem está sujeita à transformação dos seus valores naturais e culturais. Essa transformação é um processo dependente do tempo, da diversidade dos fatores que atuam sobre a paisagem (edificações, relações estabelecidas entre a sociedade, características sociodemográficas, contexto político, relações bióticas, entre outros), da intensidade e da velocidade com que estes fatores atuam. São forças motrizes às quais a paisagem está sujeita, forças dinâmicas onde estão inseridas as forças económicas, sociais, políticas, tecnológicas e ambientais.

Cabe ao arquiteto paisagista mediar essa transformação e direcioná-la de forma a que se torne mais proveitosa, tanto para o Homem como para o Ambiente; através de um ordenamento do território, que orienta a transformação de forma a contrariar situações caóticas e conflituosas entre o Homem e a Natureza. Porque apesar de tudo, esta transformação é também a adaptação do território às procuras emergentes da sociedade. Para que haja qualidade paisagística e, conseqüentemente, boa qualidade de

vida, é fundamental conhecer e integrar as crenças, valores e necessidades socioeconómicas da população.<sup>49</sup>

Como anteriormente exposto, considera-se que este território rural apresenta uma maior fragilidade comparativamente com os territórios urbanos do concelho. Essa fragilidade está em grande parte relacionada com a população. Deste modo, é importante que, aquando de uma intervenção, os profissionais estejam presentes no território e comuniquem com a população para entenderem os seus valores e as suas opiniões. É importante apostar na evolução da Europa, com base em projetos a nível local e regional de âmbito cultural, social e económico e ao invés de apenas acordos entre os governos e as grandes empresas.<sup>50</sup>

Para que isto se torne possível, ou seja, para que haja participação da população no processo de valorização do seu território, tem que haver uma educação permanente dos assuntos relativos à vida sociopolítica e à educação ambiental. Para estimular o interesse da participação da população é fundamental um conjunto de práticas sociais e culturais, entre outras, que fazem parte do processo da animação local.

A animação local, que pode ser feita por animadores de associações de desenvolvimento territorial e social, tem como base a realização de atividades que visam gerar uma dinâmica entre o maior número possível de participantes, através de atividades e projetos que pretendem, acima de tudo, conduzir ao desenvolvimento local.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> RAMOS, Isabel Loupa – Cenários para a paisagem rural – contributo para uma discussão à escala local. Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº20. Edição: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2009.

<sup>50</sup> PALMA, Graça e DIAS, Nelson – Os animadores de Desenvolvimento Local. Faro: Edição Associação in Loco, 2001

<sup>51</sup> PALMA, Graça e DIAS, Nelson – *Os animadores de Desenvolvimento Local*. Faro: Edição Associação in Loco, 2001

## 7.2. Intenções dos Instrumentos de Gestão Territorial

*“A proteção, a recuperação e a valorização das paisagens e do património cultural constituem assim vetores prioritários do ordenamento e da qualificação do território, com incidência no desenvolvimento dos turismos cultural, da natureza e rural...”*  
(Programa de Ação PNPT, MAOTDR, 2006: p.26)

São idealizados e pensados objetivos a pôr em prática através dos instrumentos de gestão territorial. No presente relatório foram analisados o PNPT (MAOTDR, 2006), o PROT Algarve (CCDRA, 2007), o PDM de São Brás de Alportel (CMSBA, data) e o Programa Nacional para a Coesão Territorial (Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro). Todos eles estão direcionados para a intenção da recuperação e valorização da paisagem serrana, traduzindo as ideias em objetivos estratégicos.

### 7.2.1 Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPT)

O PNPT é o instrumento de gestão territorial máximo, que serve como orientação para os IGT de maior escala. Define objetivos, opções estratégicas e o modelo de organização de desenvolvimento territorial a nível nacional.

No PNPT é destacada a disponibilidade e qualidade dos recursos hídricos como um fator estratégico para a promoção turística do território e a recuperação da agricultura local. No território serrano, os recursos hídricos não são predominantes. No entanto, existe a possibilidade de rentabilizar estes recursos. Um dos exemplos passa pelo aproveitamento das albufeiras que, um dia, foram construídas para apoio à agricultura, e que hoje não têm utilização significativa.

Foi considerada, no âmbito do seminário de alteração do PNPT, a chave para o sucesso do turismo nesta região, a preservação de elementos caracterizadores desta paisagem - a paisagem mediterrânica tradicional - para garantir uma sustentabilidade da economia turística da região.

Foram destacados objetivos estratégicos referidos no relatório do PNPT, nomeadamente:

*“Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável, garantindo a estrutura e função dos sistemas naturais e seminaturais e a sua contribuição para o desenvolvimento das atividades socioeconómicas no Algarve, promover a conservação*

*da natureza e da biodiversidade, assegurando a articulação recíproca com as atividades socioeconómicas, recuperar a qualidade do espaço público e da paisagem e garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento, são objetivos a alcançar.”*

*“Uma estratégia de qualificação envolve todas as dimensões da economia e da sociedade e implica uma elevada qualidade do ambiente, da paisagem, do espaço e dos equipamentos urbanos. A estratégia de desenvolvimento a longo prazo para o Algarve deverá privilegiar quatro grandes objetivos estratégicos:*

- Qualificar e diversificar o cluster Turismo/Lazer;*
- Robustecer e qualificar a economia e promover atividades intensivas em conhecimento;*
- Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;*
- Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável;”*

*“Opções estratégicas territoriais:*

- Criar as condições de qualificação do turismo e promover a diversificação da economia e a emergência de atividades da sociedade e do conhecimento;*
- Garantir níveis elevados de proteção elevados e paisagísticos e preservar os fatores naturais e territoriais de competitividade turística;*
- Proteger e valorizar o património cultural e estruturar uma rede regional de equipamentos tendo em vista o desenvolvimento de uma base relevante de atividades culturais;*
- Reforçar a coesão territorial e a valorização integrada de todos os territórios, em particular promovendo um modelo de ocupação sustentável para a serra com prioridade para uma rede de pólos atrativos de atividades e usos inovadores;*
- Proteger os espaços agrícolas, incluindo as culturas tradicionais, as áreas beneficiadas por aproveitamento hidroagrícolas e de emparcelamento rural, integrando este setor na cadeia de fornecimento das atividades turísticas-.*

### **7.2.2 Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)**

O PROT Algarve define a estratégia regional de ordenamento territorial da região do Algarve, integrando as estratégias definidas a nível nacional (PNPOT).

É referido no modelo de desenvolvimento do interior da Região do Algarve, do PROT Algarve, a necessidade de execução de um “Plano estratégico da Rota das Ribeiras” que, no concelho de SBA integrará a Ribeira do Alportel como elemento a preservar e valorizar.

O programa de execução do PROT Algarve destaca a necessidade de valorização do “Eixo Transversal Serrano”, (MAOTDR, CCDR Algarve, 2007) melhorando as acessibilidades e equipamentos adjacentes; a implantação de um “Parque regional de feiras e exposições do barrocal e serra do caldeirão”; uma “Plataforma empresarial polarizada pelas tecnologias da cortiça”; um “Programa de requalificação, valorização e dinamização da rede de Aldeias do Algarve e centros urbanos das unidades territoriais da Serra, Guadiana e costa vicentina.”

Considera-se ainda de grande importância para reforçar o *Eixo Transversal Serrano*, a implementação, neste território, de uma ligação segura entre os diferentes concelhos da SC e a ligação destes com as outras UP, nomeadamente o reforço de uma ligação com o litoral, para que as atividades e ofertas turísticas se possam complementar.

É referido ainda no Volume I do PROT Algarve que “As modalidades de turismo a promover deverão atender às especificidades do território a que se destinam”. No caso concreto do território da SC, e tendo em conta a valorização dos recursos naturais, patrimoniais, o potencial cinegético e as atividades tradicionais, poderá incentivar-se alguns tipos de turismo: Natureza, Rural, Aventura e Cultural.

### **7.2.3 Plano Diretor Municipal de São Brás de Alportel (PDM SBA)**

O PDM é um Instrumento de Gestão Territorial que estabelece as políticas municipais de ordenamento do território, de urbanismo, entre outras políticas urbanas, orientando a organização espacial de todo o território municipal. É regido pelos IGT a nível regional (PROT Algarve) e nacional (PNPOT).

*De acordo com a secção IV do artigo 38º do Regulamento do PDM de maio de 2009, «Os espaços rurais da serra, delimitados na planta de ordenamento síntese, constituem espaços não condicionados pela REN nem pela proteção a espécies florestais, onde se pretende viabilizar a instalação de atividades diversas que permitam contrariar a desertificação.»*

## **7.2.4 Programa Nacional para a Coesão Territorial**

A Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), foi incumbida, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 14 de janeiro, de criar e implementar o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

É um processo dinâmico que abrange todas as áreas da governação, com ação em territórios do interior, que tem como objetivo a construção da coesão territorial, através de medidas organizadas por cinco eixos de intervenção. De seguida serão identificados os eixos de intervenção, bem como as medidas contempladas em cada eixo e que se consideram adequadas ao território da Serra do Caldeirão:

### **-Território Interior + Coeso**

- Incentivos à fixação em zonas carenciadas;
- Apoio à Mobilidade Geográfica;
- Perspetivar Escolas com Turmas Mais Pequenas;
- Ensino Profissional (oferta formativa de acordo com as necessidades do território);
- Serviços e condições de trabalho;
- Balcão Cidadão Móvel;
- Georreferenciação de prédios rústicos (cadastro simplificado);
- Manutenção de serviços públicos de proximidade;
- Escola Nacional de Bombeiros;
- Equipas de Intervenção Permanente;
- Habitação Jovem;
- Portal do Imobiliário Público.

### **-Território Interior + Competitivo**

- Turismo Natureza;

- Rede de Hotéis Escola;
- Programa "Revive";
- Programação e Eventos de Interesse Turístico;
- Plataforma de reserva de património;
- Turismo Equestre;
- "Pelos Caminhos de Portugal";
- Programa de Dinamização Turística das Aldeias Portuguesas;
- Valorização do Turismo Rural no Interior;
- Campanha promocional - Interior +;
- Rejuvenescimento empresarial agrícola;
- Qualificação e Gastronomia Local;
- Adequação da oferta de ensino e formação;
- Revitalização do Comércio Local de Proximidade;
- Programa "Semente";
- Incentivos à criação ou expansão/modernização de micro e pequenas empresas existentes;
- Abertura de avisos específicos para Territórios do Interior - Portugal 2020;
- Laboratório Colaborativo para a Agricultura de Montanha;
- Estatuto de "Jovem Empresário Rural";
- Elevar o valor base do prémio para jovens agricultores - PDR 2020;
- Alterações nos apoios da PAC – I;II;III;
- Banco de Terras;
- Circuitos comerciais de Proximidade
- Economia Colaborativa;

- Reforço da lei das ZIF;
- Reforçar o Programa de Sapadores florestais,
- Loja Online para Produtos do Interior;
- Atração de Investimento Estrangeiro para os Territórios do Interior;
- Incentivos fiscais em sede de IRC,
- Refuncionalização e requalificação de equipamentos públicos;
- Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU) em territórios do interior.

#### **-Território Interior + Sustentável**

- Políticas ativas na fruição de áreas protegidas;
- Território Interior + Colaborativo.
- Promoção da marca Natural.pt;
- Valorização da Paisagem Rural;
- Aproximar as populações do interior das suas áreas protegidas;
- Reforço da Vigilância da Natureza;
- Mapa dos Valores Ambientais e Culturais;
- Promoção de áreas com interesse para a Conservação da Natureza;
- Dinamizar a investigação no domínio da Conservação da Natureza e Serviços de Ecossistemas;
- Valorização da Biomassa Florestal;
- Planos Regionais de Ordenamento Florestal;
- Valorização do Capital Territorial;
- Artes e Ofícios Tradicionais;
- Roteiros Culturais;

- Apoio ao Associativismo Cultural;
- Valorização do Património Imaterial;
- Fomentar a agregação dos sistemas municipais de saneamento básico.

#### **-Território Interior + Conectado**

- Cobertura de banda larga móvel em mais 1000 freguesias;
- Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o Desenvolvimento dos Territórios do Interior;
- Aldeias 4G Sustentáveis;
- Apoio aos processos migratórios;
- Serviços de Transportes Públicos Transfronteiriços;
- Regime complementar de Redução de taxas – Portagens;
- Plano Estratégico de Acessibilidades de Proximidade.

#### **-Território Interior + Colaborativo**

- Construção de Agendas mobilizadoras de investigação científica e inovação;
- Redes para a Educação;
- Redes para a Saúde;
- Políticas públicas de atração de Jovens para os Territórios Interiores;
- Circuitos Curtos de Comercialização;
- Avaliação e monitorização das políticas públicas nos Territórios do Interior;
- Exercícios Militares no Interior;
- Redes Locais para a Qualificação.

## **8. PROPOSTA**

A proposta que se segue assenta em todo o processo anteriormente realizado – análise do conceito de desertificação, participação pública, estudo das unidades de paisagem existentes e proposta de novas unidades de paisagem.

Na Serra do Caldeirão existem diversas áreas com diferentes graus com urgência de intervenção.

Mediante as características da zona a intervir (morfologia do terreno, fatores económicos e sociais, disponibilidade da população e da autarquia ou outros agentes decisores) serão definidos objetivos estratégicos e respetivas medidas operacionais, para aplicar na zona de intervenção, que visam alcançar a valorização deste território e combater o despovoamento.

Os objetivos estratégicos e respetivas medidas operacionais apresentados adaptam-se a todo o território serrano, no entanto, esta proposta irá incidir apenas no concelho de SBA.

Considerando a aplicação desta proposta sugere-se que se tenha em conta que as primeiras áreas a intervir sejam as que possuem maior urgência de intervenção, definidas anteriormente nas unidades e subunidades de paisagem propostas - Subunidade de paisagem Serra Nordeste (Povoamentos de Lages, Fronteira, entre outros).

É importante relembrar que este território se encontra num estado em que tanto a sobre-exploração das terras como o abandono das mesmas é, em grande parte, resultado da pobreza que a população enfrenta. Como tal, a estratégia “anti” desertificação a adotar, deverá ter em consideração a pobreza da população como principal fator a combater. Neste contexto, a proposta estará assente numa perspetiva de alcançar uma intervenção integrada, entre a população, os agentes decisores e o território, com medidas operacionais que impeçam quer o abandono quer a sobre-exploração dos terrenos e seus valores naturais intrínsecos. <sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004

Foi analisada a perspetiva de António Covas em relação ao repovoamento dos espaços rurais, em que o autor apresenta os termos de *1ª e 2ª ruralidades*: A primeira define-se como a 1ª modernidade, de carácter monofuncional. A segunda define-se como a 2ª modernidade, maior insistência de ocupação de terreno para o consumo em decreamento do terreno para produção, onde a sociedade apresenta novas classes sociais, fatores que levarão à fusão entre o campo e a cidade, à adaptação do mundo rural às novas exigências da sociedade.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> COVAS, António; COVAS, Maria das Mercês - A caminho da 2ª ruralidade – Uma introdução à temática dos sistemas territoriais. Lisboa: Edição Colibri - 2012

## **8.1. Combate ao despovoamento**

Através de uma entrevista da rubrica *Poder Público* do Jornal Público,<sup>54</sup> intitulada “*Temos que pensar numa política de despovoação das aldeias do interior*” foi possível tomar conhecimento da existência de opiniões distintas para o futuro do nosso país.

José Manuel Simões, professor de Geografia Humana do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, declarou que defende o despovoamento em algumas zonas do país para reforço das vilas e cidades. Defendeu que não faz sentido termos de assegurar as infraestruturas necessárias, para aldeias antes habitadas por 200 pessoas e agora por apenas meia dúzia.

No entanto, considera-se esta visão muito desfavorável para os territórios em processo de despovoamento. O seu parecer conduz ao completo afastamento dos terrenos das áreas despovoadas, que poderá levar à possível ocorrência de um grande número de incêndios e consequente perda de recursos humanos, naturais e culturais.

Em oposição à opinião acima descrita, O PROT Algarve estabelece orientações que visam o reequilíbrio territorial, orientado para o desenvolvimento, e apresenta medidas que possibilitam combater o despovoamento. Como principais iniciativas destacam-se:

- A maior concentração económica nestas áreas relativas aos usos e práticas agrícolas, ajudando assim a promover a deslocação e a fixação de população ativa neste local;
- A fixação de pessoas passa também pelo desenvolvimento turístico no interior, apoiando e incentivando a criação de novos empreendimentos, que atualmente estão em falta, para a procura e necessidades dos turistas que passam pelo território serrano;
- O controlo da excessiva urbanização do litoral em contraste com o rural, reorientando a oferta turística para este território mais desfavorecido, criando condições para o desenvolvimento das diversas atividades económicas associadas ao turismo rural;
- Garantir melhores condições para quem habita o território permanentemente e não apenas para aqueles que estão de passagem, assegurando assim à população residente uma melhor cobertura de infraestruturas e equipamentos;

---

<sup>54</sup> PÚBLICO – “Temos que começar a estudar uma política de despovoação das aldeias” [em linha] Lisboa, 2018. [consul. 2018] Disponível na WWW:URL: <https://www.publico.pt>

- Definir um modelo de edificação para o território rural de forma a que se consiga dar apoio às atividades agrícolas, florestais e turísticas. Este apoio poderá conduzir ao desenvolvimento do território de forma equilibrada e sustentável e do ponto de vista da valorização do mesmo;
- Desenvolvimento económico local que poderá passar pela diversificação da produção com base nos produtos da região e na aposta do desenvolvimento das energias alternativas (constituem num benefício tanto para as empresas, como para o ambiente, como para os proprietários dos terrenos onde poderão ser aplicados projetos para pôr em prática essas infraestruturas);
- Aposta no desenvolvimento da produção florestal, através da recuperação do sobreiral e aumento dos pinhais de forma a garantir uma fonte de rendimento proveniente dos mesmo, tais como a cortiça e a pinha, respetivamente.

## **8.2 Objetivos Estratégicos e Medidas Operacionais**

Na tabela abaixo representada são descritos objetivos estratégicos e respetivas medidas operacionais por setores, que visam alcançar o objetivo principal, o combate ao despovoamento no território da Serra do Caldeirão.

Em algumas situações, é proposta mais do que uma medida operacional que visa alcançar o mesmo objetivo estratégico.

Setores	Objetivo Estratégico	Medida Operacional
<b>Empresarial</b>	Fixar empresas na SC	Incentivos fiscais para todas as empresas que se fixem no território serrano, por exemplo, um IRC (Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas) reduzido
	Aproveitamento dos recursos existentes	Criação de parcerias entre produtores e vendedores locais
	Internacionalizar a imagem de marca do território	Criação de uma imagem de marca (Ex: Mel da Serra do Caldeirão; Rolhas de cortiça e/ou outros produtos de cortiça)
	Melhorar a oferta das unidades de restauração	Apoios e financiamentos à criação de unidades de restauração na SC
	Modernização da agricultura para dar resposta às necessidades atuais	Incentivos e apoios à aquisição de ferramentas e equipamentos atuais
	Dinamizar a economia do território	Criação de parcerias entre produtores artesanais e empresários por forma a industrializar e a comercializar os produtos da região

<b>Recursos naturais e culturais</b>	Recriação dos ecossistemas serranos	Regeneração do sobreiral
	Integrar a componente da fauna na proteção e preservação do território	Apoios ao silvo pastorício
	Exploração de energias renováveis	Abertura de concursos por parte do governo para que empresas possam realizar projetos de exploração energias renováveis
	Regeneração da paisagem serrana e proteção contra incêndios	Incentivos à plantação de espécies autóctones
	Valorizar a paisagem serrana em termos de património histórico e cultural	Reconstrução/recuperação dos elementos históricos e culturais e divulgação dos mesmos
	Preservação da biodiversidade e combate a incêndios	Incentivos aos agricultores para preservação das charcas

<b>Turismo</b>	Envolvimento dos turistas na cultura e na vida serrana	Dia aberto em fábricas e explorações agropecuárias <sup>55</sup>
	Dinamização do turismo na SC	Parcerias entre promotores turísticos e escolas de equitação locais – Turismo equestre
		Agroturismo
	Recuperação de habitações para fins turísticos	Financiamentos (públicos ou privados), com retorno financeiro para financiadores e proprietários
	Participação dos turistas nas práticas e costumes da população	Promoção de atividades tradicionais
	Interação serra - litoral	Complementaridade entre os dois territórios distintos do Algarve prolongando as atividades existentes no litoral para o interior e vice-versa
	Criação de condições para alojamento temporário de turistas	Zonas de campismo/caravanismo
	Criação de pontos de interesse turístico	Construção ou aproveitamento das torres de vigia para observação de aves

<sup>55</sup> À semelhança com o que acontece em Londres nos campos de Lavanda (*Lavander fields*).

<b>Turismo</b>	(continuação) Criação de pontos de interesse turístico	Jardins de aventura (situações de fascínio e descoberta tanto ao nível dos percursos como ao nível dos materiais e técnicas de construção)
		Passadiços de descoberta sobre-elevados (ex: entre árvores)
		Melhorar os miradouros existentes e espaços envolventes, tendo em conta que os existentes são considerados desconfortáveis para estadia prolongada
		Integrar os miradouros numa rede de percursos pela SC
		Integrar a zona poente do Alportel – Vale do Alportel – na rede de espaços e percursos da SC
	Melhorar as condições da <i>Via Algarviana</i> <sup>56</sup>	Criar espaços de descanso com bebedouros e indicação de postos de comércio próximos

<sup>56</sup> Via Algarviana no concelho de SBA: setor 5 dificuldade elevada, duração +/- 8h, altitude máxima 506 m na alcaria alta. Disponibilidade de água e mercearias locais. – cachopo a barranco do velho (29,10km) passa por **Parises** – pequeno aglomerado onde ainda se desenvolvem atividades florestais com características singulares e onde persiste a arquitetura tradicional. É aqui onde a via algarvia cruza a “Rota da Cortiça”, um projeto importante na região em torno da valorização da cortiça. Em direção a oeste, atravessam-se os Barrancos do Bufo, Javali e o corgo de Loulé.

<b>Educação</b>	Reabertura de algumas escolas primárias na SC	Apoio escolar redobrado para crianças que frequentem as escolas primárias fora do centro urbano (ex: oferta e apoios em: livros escolares, centro de tempos livres, refeições e transporte)
	Quintas pedagógicas e Quintas biológicas	Reaproveitamento das quintas/ montes existentes
<b>População</b>	Fixação da população	Políticas de incentivos à natalidade
		Benefícios fiscais à população da SC (ex: IMI; aumento do benefício municipal para zona de serra)
		Distribuição de fundos tendo em conta o nível de despovoamento
		Melhorar as acessibilidades internas na serra
		Ampliação da área abrangida por rede elétrica, rede de águas e esgotos, entre outras infraestruturas importantes para a população
	Regularização dos transportes públicos	
	Promover a deslocação da vila à serra	Tornar o território serrano mais apelativo
Prevenção da rápida propagação de incêndios	Incentivos para a fixação da população e compromisso de uma manutenção dos terrenos	

---

<b>População</b>	Melhorar condições de acessos à serra para a população residente no centro urbano	Percurso de ligação Vila-Serra para quem pretenda fazer caminhadas prolongadas
<b>Serviços</b>	Garantir o acesso aos serviços essenciais para a população	Sediar na SC novos serviços públicos
<b>Ordenamento</b>	Reconstrução de núcleos rurais da SC de forma ordenada	Revisão do PDM e execução de PP estudados para esses mesmos núcleos
<b>Saúde</b>	Promover a qualidade do ar na SC	Criação de unidades terapêuticas na SC

### **8.3 Possíveis impedimentos à implementação da proposta**

No que concerne à proposta idealizada, surgem algumas dificuldades no que respeita à sua implementação. Por forma a contornar esta questão são enumeradas possíveis soluções.

Inicialmente faz-se um escalonamento das ações, identificando aquelas que revelam, à partida, problemas à sua implementação, para as quais têm de ser pensadas soluções. Estas soluções podem passar por encontrar benefícios para os proprietários, cujas propriedades estão abrangidas nesta proposta e que se encontram em processo de desertificação.

Na tabela abaixo representada são descritas algumas das medidas operacionais propostas, o possível impedimento encontrado para cada uma das medidas e a possível solução encontrada, para contornar o impedimento.

De referir que em algumas medidas operacionais (descritas no ponto 8.1) de carácter semelhante, foi encontrado o mesmo impedimento e a mesma possível solução.

---

<b>PROPOSTA MEDIDAS OPERACIONAIS</b>	<b>IMPEDIMENTO</b>	<b>POSSÍVEIS SOLUÇÕES</b>
Aproveitamento de casas em degradação para turismo rural, quintas pedagógicas, entre outros.	Não aceitação por parte dos proprietários, desconhecimento dos proprietários	Negociação da percentagem de lucros angariados com os projetos turísticos a implementar, entre os investidores e os proprietários.
Utilização das torres de vigia para observação de aves	Incompatibilidade com vigilância da SC	Utilização sazonal (épocas de risco baixo de incêndio) das torres de vigia para observação de aves.
Regeneração do sobreiral	Preferência dos proprietários para plantação de espécies que possibilitem lucro mais rápido	Sessões de esclarecimento e consciencialização dos proprietários para a importância da plantação de espécies autóctones (Ex: para prevenção de incêndios)
Incentivos fiscais para as empresas	Empresas continuarem a não ver vantagem em deslocarem-se para o território serrano por falta de proximidade a centros de negócio	Com base nas medidas operacionais com objetivo estratégico de melhorar as

		acessibilidades, facilitando a implementação desta medida.
Zonas de campismo	Não aceitação por parte dos proprietários dos terrenos onde é possível a sua implantação	Permuta de terrenos
Ampliação da área abrangida por rede elétrica, rede de água e rede de esgotos	Falta de investimento e de interesse por parte das companhias	Redução do IRC para empresas que executem trabalhos em áreas despovoadas
Desenvolvimento com base em investimentos externos privados	Falta de investidores interessados	Procura de capital estrangeiro para investimento (para além de beneficiar o território seria uma mais valia para a autarquia que beneficia a nível de impostos)
Sediar na SC novos serviços públicos	Número de habitantes atualmente reduzido não justificar a abertura dos serviços no território serrano	Com base nas medidas operacionais com objetivo estratégico de fixação da população irá aumentar o número de habitantes tornando viável esta medida.

---

Apoio escolar redobrado para crianças que frequentem escolas primárias fora do centro urbano	Fracá natalidade na população residente na serra e escassez de transportes.	Incentivo à natalidade com apoio superior ao praticado de momento em todo o concelho <sup>57</sup> e regularização dos transportes públicos de ligação Vila-Serra.
--	---	--

---

<sup>57</sup> No concelho de São Brás de Alportel existe o Vale + Natalidade que oferece 100€ para compras em lojas do concelho.

## CONCLUSÕES

De referir que este trabalho não segue o tema inicialmente definido – Parque Ambiental na Serra do Caldeirão. No entanto, acredita-se que esta proposta vai incidir no problema principal deste território – processo de despovoamento. Quando esta problemática estiver relativamente resolvida, poderá voltar-se à proposta inicial de implementar um parque ambiental na Serra do Caldeirão.

Tal como referiu o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, numa entrevista após os incêndios desoladores de 2017, *“Se conseguirmos fazer reviver até 2023, o que importa que reviva, Portugal será diferente. Se não formos capazes perdemos uma oportunidade histórica e condenamos alguns portugueses a serem muito ignorados, muito esquecidos, muito menosprezados. E significa que falhámos como país.”*

Seguindo o conselho do presidente da república de minimizar a área de Portugal condenada ao esquecimento e ao abandono, realizou-se este estudo que visa combater a situação de despovoamento, que se verifica na Serra do Caldeirão, mas que poderá aplicar-se a muito do restante território português.

Infelizmente, a problemática do despovoamento tem-se vindo a comprovar devido aos mais recentes incêndios. Perante esta situação têm surgido, por parte do governo, medidas urgentes de prevenção dos incêndios e minimização do grau de despovoamento. É de valorizar esta tomada de medidas, no entanto, é de lamentar que apenas sejam implementadas após a ocorrência de incêndios desoladores.

Num passado não muito distante, o principal rendimento era a agricultura. Posteriormente começou a valorizar-se a indústria e o turismo o que levou as pessoas a deslocarem-se do meio rural para o litoral. Houve uma política de concentração que valorizou as cidades junto à linha de costa.

Do ponto de vista geográfico é difícil distinguir o que é litoral do que é interior. Como tal, não se deveria verificar uma mobilidade permanente da população, do interior para o litoral, em busca de melhores condições, deixando o interior num possível estado de despovoamento. Como forma de alterar esta situação, a proposta apresentada sugere que as condições económicas, as acessibilidades, os serviços, entre outros, sejam melhorados, no interior, por forma a favorecer a permanência da população, mesmo que esta pretenda manter os seus postos de trabalho nos centros urbanos.

Conclui-se que grande parte da população mais jovem não tem estímulos para habitar a zona da serra. A falta de serviços, comércio, espaços de lazer, postos de trabalho, entre outros, são fatores que influenciam a qualidade de vida das populações e são decisivos para os jovens, que assim não ponderam a sua deslocação permanente para o território serrano.

Destaca-se a importância da população na proteção e manutenção do território. Como tal, o combate ao processo de despovoamento constitui uma ação prioritária a pôr em prática nos territórios do interior.

A população que atualmente habita a zona serrana será a mais influenciada pelas alterações previstas com a proposta idealizada. Considera-se que os proprietários dos prédios rústicos e urbanos poderão vir a ser o maior impedimento à implementação da proposta, uma vez que esta está diretamente relacionada com os seus pertences. No entanto, é importante consciencializar os proprietários das inúmeras vantagens que as alterações irão trazer, tanto para eles como para o território.

Após a análise dos Instrumentos de Gestão Territorial conclui-se que todos eles vão ao encontro da necessidade de valorização do território rural como forma de combate ao despovoamento.

Uma questão que afeta negativamente a intervenção em espaço rural, prende-se com o facto de os centros de decisão estarem geralmente distantes do território a intervir (onde se aplica os variados incentivos e políticas pensadas para promover a construção de uma paisagem, por vezes desconhecida daqueles que tomam as decisões) resultando assim, numa ineficiente intervenção com base em políticas desajustadas ao território em questão.<sup>58</sup> Para fazer qualquer tipo de intervenção que visa proteger, recuperar ou dinamizar um território, é fundamental conhecer o mesmo, de forma bem aprofundada, e só assim a intervenção resultará em algo positivo.

Tendo consciência da urgência de intervenção de determinada subunidade de paisagem (Serra Nordeste) e partindo do pressuposto que haveria a possibilidade de essa zona receber novos habitantes, torna-se difícil sugerir medidas operacionais específicas para essa subunidade. Esta dificuldade prende-se com o facto de que do ponto de vista

---

<sup>58</sup> RAMOS, Isabel Loupa – *Cenários para a paisagem rural – contributo para uma discussão à escala local. Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº20*. Edição: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2009.

peçoal, não veria vantagens em habitar nela (mantendo o posto de trabalho no litoral), devido à distância e morfologia do terreno em que está inserida.

Considera-se que as entidades autárquicas do concelho de São Brás de Alportel investem muito na melhoria deste concelho. Assim, considera-se que esta proposta terá grande probabilidade de ser aceite e implementada, possibilitando que, num futuro próximo, se pense que aquele território outrora despovoado é agora uma imagem de marca do Algarve.

Para que haja promoção do território serrano, é importante uma divulgação constante e apropriada e não apenas em casos extremos de incêndios ou de outros desastres naturais.

Na proposta são mencionados vários objetivos estratégicos e medidas operacionais. É importante realçar que há uma interligação entre as medidas operacionais apresentadas e que cada uma delas, individualmente, não combatem a questão. Deste modo, é fundamental a aplicação das inúmeras medidas em simultâneo, para que se alcance, com sucesso, o objetivo pretendido – Combate ao despovoamento e consequente desertificação da paisagem serrana de São Brás de Alportel.

Cabe a cada um de nós, enquanto habitantes da biosfera, cuidar o território do qual necessitamos, pois dá-nos os recursos essenciais para a nossa subsistência. Cabe, igualmente, às entidades competentes atuar numa outra escala, exercendo funções que visam a manutenção, conservação e valorização do território. O arquiteto paisagista, por sua vez, tem o dever de coordenar as alterações que a paisagem poderá necessitar, de forma a minimizar os impactes ocorridos, tanto para as populações como para a paisagem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BASTOS, Cristina – *Os montes do nordeste algarvio*. Lisboa: COSMOS
- BELO, Duarte – *Território em espera – Algarve Interior*. Edição: Assírio e Alvim, 2005
- CANCELA d’ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário – *Contributos para a Identificação e Caracterização da paisagem em Portugal Continental – Vols. I, II e V*. Edição: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.
- CANCELA D’ABREU, Alexandre; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário- *Identificação de Unidades de paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental*. Finisterra, XXXVI,72, 99.195-206, 2001
- Coord. CORREIA, Francisco Nunes – *Desertificação em Portugal: Incidência no Ordenamento do Território e no Desenvolvimento Urbano – Volume 1- Caracterização dos processos de desertificação e tipologia das zonas afetadas*. Lisboa: DGOTDU, 2004
- Coord. LOURO, Victor – *Desertificação- Sinais, dinâmicas e sociedade*. Lisboa: Edição Instituto PIAGET, 2004
- COVAS, António – *As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas*. Lisboa: Edição da Direção Geral de Desenvolvimento Rural,1999.
- COVAS, António; COVAS, Maria das Mercês - *A caminho da 2ª ruralidade – Uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edição Colibri - 2012
- PALMA, Graça e DIAS, Nelson – *Os animadores de Desenvolvimento Local*. Faro: Edição Associação in Loco, 2001
- RAMOS, Isabel Loupa – *Cenários para a paisagem rural – contributo para uma discussão à escala local*. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais nº20*. Edição: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2009.
- ROSÁRIO, Lúcio- *Indicadores de Desertificação para Portugal Continental*. Lisboa: Edição da Direção Geral dos Recursos Florestais, 2004
- SILVA, Luís Fraga - *A Região de São Brás de Alportel na Antiguidade, o Povoamento Romano e a sua Evolução Posterior num Território Rural do Algarve Central*. Tavira: Edição Associação Campo Arqueológico de Tavira 2002.

## **Planos**

- DIREÇÃO GERAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente – Programa Operacional de Ordenamento do Território e Luta Contra a Seca em Portugal. Lisboa, 2001
- MAOTDR – *PROT ALGARVE - Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume I - Plano*. CCDR Algarve, 2007.
- MAOTDR – *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Relatório*.2006
- MAOTDR – *PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, Programa de acção*.2006
- MAOTDR – *PROT ALGARVE - Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II - Caracterização e Diagnóstico*. CCDR Algarve, 2002.
- MAOTDR – *PROT ALGARVE - Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II -Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Anexo O –Ocupação Urbanística*. CCDR Algarve, 2004.
- MAOTDR – *PROT ALGARVE - Plano Regional de Ordenamento do Território, Volume II - Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Anexo S –Problemática da Desertificação*. CCDR Algarve, 2007.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – INTERIOR ALGARVE CENTRAL SUB-PROGRAMA 3-“Dinamização das zonas rurais”) (PRODER, 2011)

## **Legislação**

Plano Setorial da Rede Natura 2000 – RCM n.º115-A/2008, de 21 de Julho.

## **Sites consultados:**

- APA – AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE [em linha]. s.l., 2015 – [Consul. 2015]. Disponível na WWW: URL: <http://www.apambiente.pt/>.
- CÂMARA MUNICIPAL SÃO BRÁS DE ALPORTEL – [em linha]. São Brás de Alportel, [s.d] – [Consul. 2015]. Disponível na WWW: URL: <http://cm-sbras.pt>
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE – [em linha]. Faro, 2002-2013 – [Consul. 2014]. Disponível na WWW: URL: <http://www.ccdr-alg.pt/site/>.
- DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO [em linha]. Lisboa, 2015 – [Consul. 2015]. Disponível na WWW: URL: <http://www.dgterritorio.pt/>
- DGADR – Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Guia de explorações [em linha] Lisboa, s.d. [consul 2016] Disponível na WWW:URL: <http://guiaexploracoes.dgadr.pt>
- INIAV - INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E VETERINÁRIA [em linha], S.l., 2016 – [cônsul, 2016]. Disponível na WWW:URL:<http://www.inia.pt/>
- INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS [em linha]. Lisboa, s.d. – [Consul. 2015]. Disponível na WWW: URL: <http://www.icnf.pt/portal>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA [em linha]. Lisboa, s.d. – [Consul. 2016]. Disponível na WWW: URL: <https://www.ine.pt/>.
- LIFE CHARCOS [em linha]. Lisboa, s.d. – [Consul. 2018]. Disponível na WWW: URL: [http://lifecharcos.lpn.pt/ctm\\_intro.php](http://lifecharcos.lpn.pt/ctm_intro.php)
- NOTÍCIAS AO MINUTO “Ribeiro Telles diz que a biodiversidade rural «está a morrer» (2013). [em linha].Lisboa, 2016.[Consul.2015]. Disponível na WWW:URL: <https://www.noticiasao minuto.com/> -
- PÚBLICO – “Temos que começar a estudar uma política de despovoação das aldeias” [em linha] Lisboa, 2018. [consul 2018] Disponível na WWW:URL: <https://www.publico.pt>
- UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA – FACULDADE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO. “ Ribeiro Telles – “O grande problema do país é a morte das aldeias” (2012) [em linha].Porto s.d. [Consult 2015]. Disponível na WWW:URL: <http://arquitectura.ufp.pt/>

## **ANEXOS**

### **Anexo 1 - Guião de entrevistas**

**Nota: cada questão adequa-se as diferentes públicos-alvo, sendo que algumas podem ser feitas a todos. Estes guiões foram apenas um apoio às entrevistas sendo que, em grande parte das situações a entrevista seguiu o rumo de uma conversa informal e não seguiu necessariamente estas questões.**

## **Guião 1**

### **Pessoas que vivem na zona de Serra pertencente ao concelho de São Brás de Alportel**

- O que entende sobre a valorização da Serra do Caldeirão?
- O que acha importante de se fazer, de forma a promover essa mesma valorização? O que acha que se poderia melhorar, o que faz falta,...
- Como era este local antigamente?
- Acha que se têm perdido as tradições, as práticas e costumes de antigamente? Como celebravam os dias festivos antes? Ex: Festa da espiga, tochas floridas,...
- Antes as pessoas da serra e da vila tinham maior ligação umas com as outras?
- As distâncias antigamente eram impedimento?
- Como é que antigamente as crianças brincavam? Quais eram os jogos?
- Quais eram os caminhos mais utilizados antigamente, nas suas tarefas do dia-a-dia, como por exemplo, para se deslocarem às fontes, aos lavadouros, para os seus trabalhos agrícolas ou outros trabalhos e até para se deslocarem à vila?
- Quais os sítios que considera mais bonitos e interessantes de se visitar?
- Como vêm a chegada dos turistas à serra?
- Porque é que deixam as suas casas ao abandono? Aceitaria algum tipo de intervenção nas mesmas, de forma a que estas façam parte integrante da valorização da paisagem serrana?

## **Guião 2**

### **Promotores turísticos e Associações do concelho**

- O que entende sobre a valorização da Serra do Caldeirão? O que acha importante de se fazer, de forma a promover essa mesma valorização?
- O que faz falta para chamar as pessoas para a Serra, em termos de recreio e lazer?
- Qual a procura que existe por parte dos turistas que visitam o concelho? Ficam satisfeitos com o que encontram?
- Qual a duração normal de permanência dos turistas no local?
- O que impede os turistas de permanecerem mais tempo no local?
- Haveria vontade da vossa parte para investir na valorização da paisagem serrana?

### **Guião 3**

#### **Proprietários de casas abandonadas na Serra - de forma a perceber a razão que os leva a deixarem as casas à mercê da degradação**

Nota: O público entrevistado neste guião pode corresponder ao mesmo público entrevistado no guião 1

- O que entende sobre a valorização da Serra do Caldeirão?
- O que acha importante de se fazer, de forma a promover essa mesma valorização?
- O que faz falta para chamar as pessoas para a Serra, em termos de recreio e lazer?
- Porque é que deixam as suas casas ao abandono? Aceitaria algum tipo de intervenção nas mesmas, de forma a que estas façam parte integrante do parque ambiental, servindo como instalações de apoio por exemplo? Em caso afirmativo, que uso/reconversão sugeria? Teria eventual interesse em investir?
- Porque deixaram de residir na Serra, ou porque é que os familiares mais próximos abandonaram este local? (se aplicável)

## **Guião 4**

### **Pessoas que vivem na vila e sem grande ligação com a Serra para perceber o que as poderia atrair para o local**

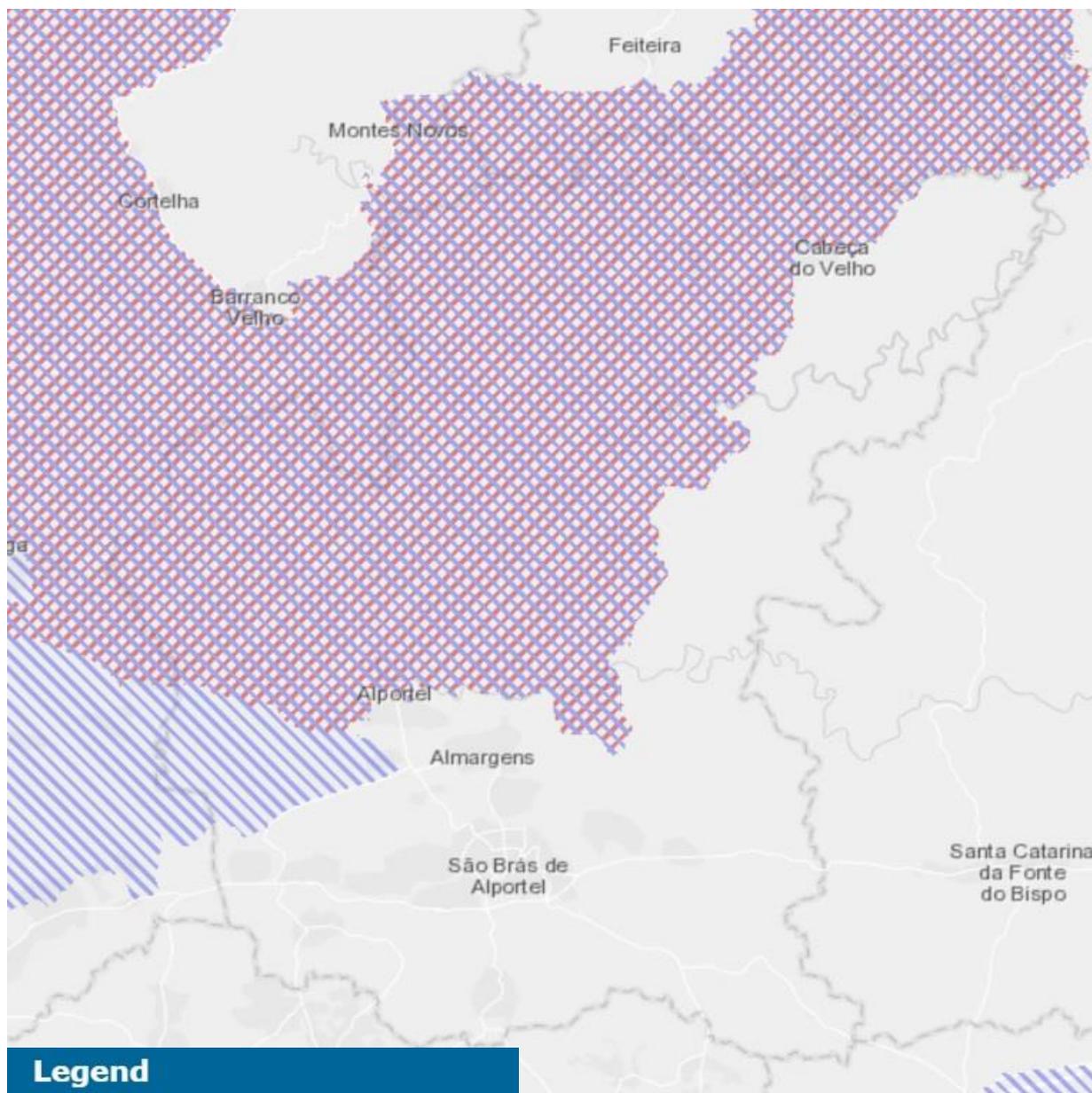
- O que entende sobre a valorização da Serra do Caldeirão? O que acha importante de se fazer, de forma a promover essa mesma valorização?
- Para si, qual a intervenção na Serra que o motivava a deslocar-se para lá?
- O que faz falta para chamar as pessoas para a Serra, em termos de recreio e lazer?
- O que o impede de ir para a Serra mais vezes?
- Como acha que as pessoas que vivem na serra recebem os turistas?

## Anexo 2 – Cartografia Consultada

### Sítios Rede Natura 2000 em Portugal Continental



## Sítios Rede Natura 2000 São Brás de Alportel



### Natura2000 Sites

Habitats Directive Sites (pSCI, SCI or SAC)

 Habitats Directive Sites (pSCI, SCI or SAC)

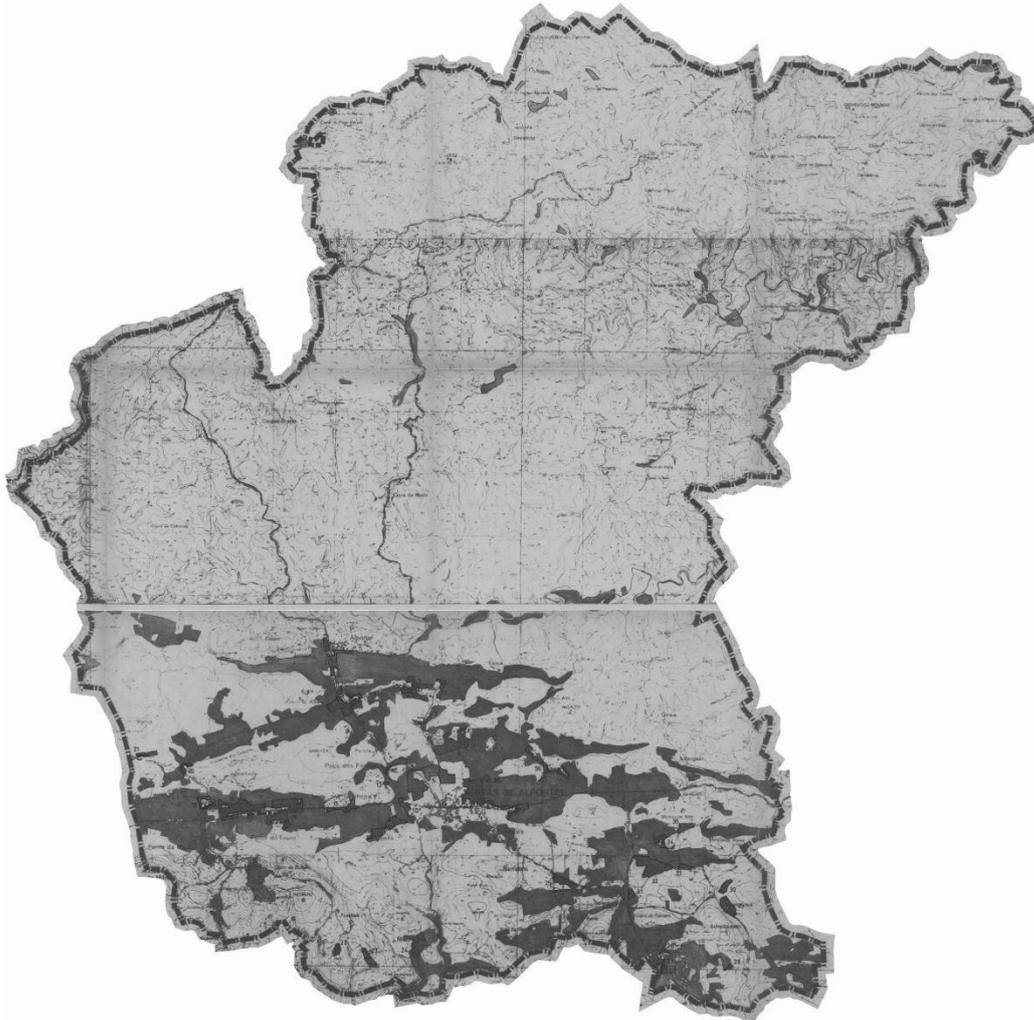
Birds Directive Sites (SPA)

 Birds Directive Sites (SPA)

## PDM SBA - Planta de Condicionantes - Reserva Agrícola Nacional



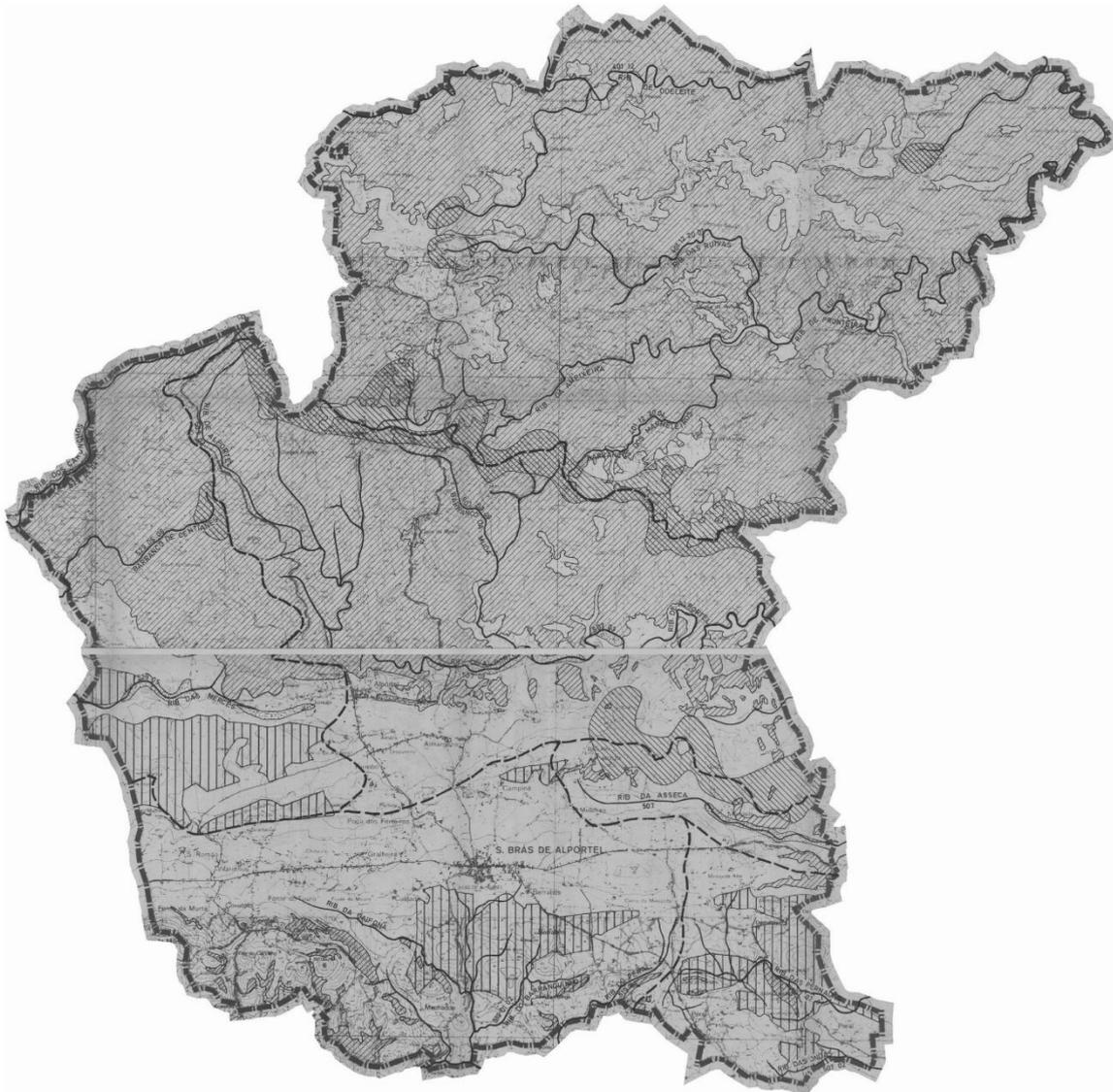
Concelho de SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
PDM - SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
Planta de Condicionantes - RAN

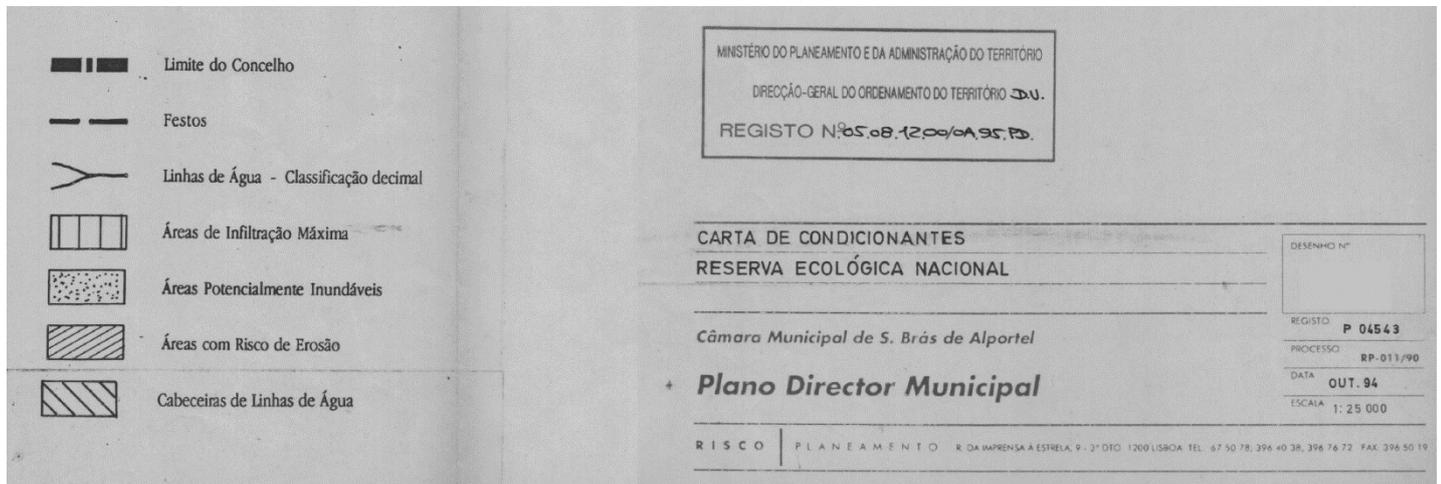


## PDM SBA – Planta de Condicionantes - Reserva Ecológica Nacional



Concelho de SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
PDM - SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
Planta de Condicionantes - REN

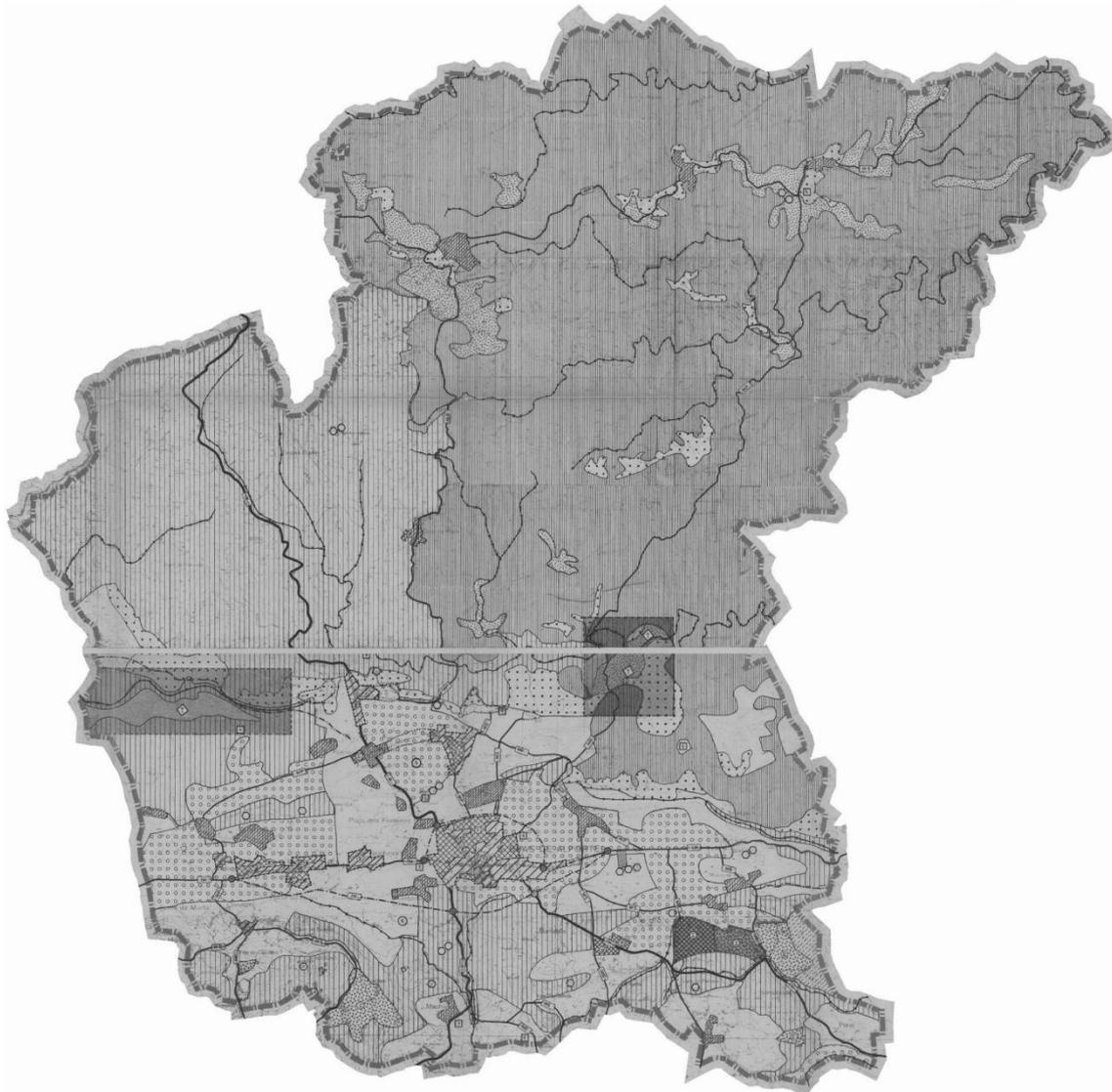


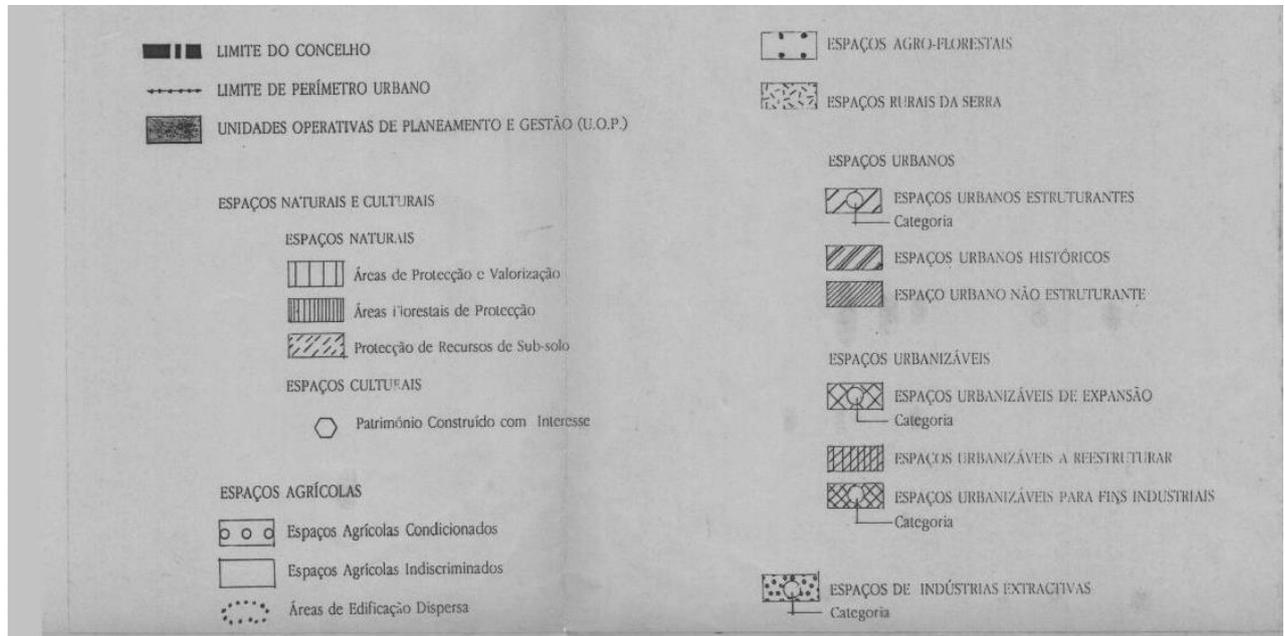


## PDM SBA - Planta Síntese de Ordenamento



Concelho de SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
PDM - SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
Planta de Ordenamento - Síntese

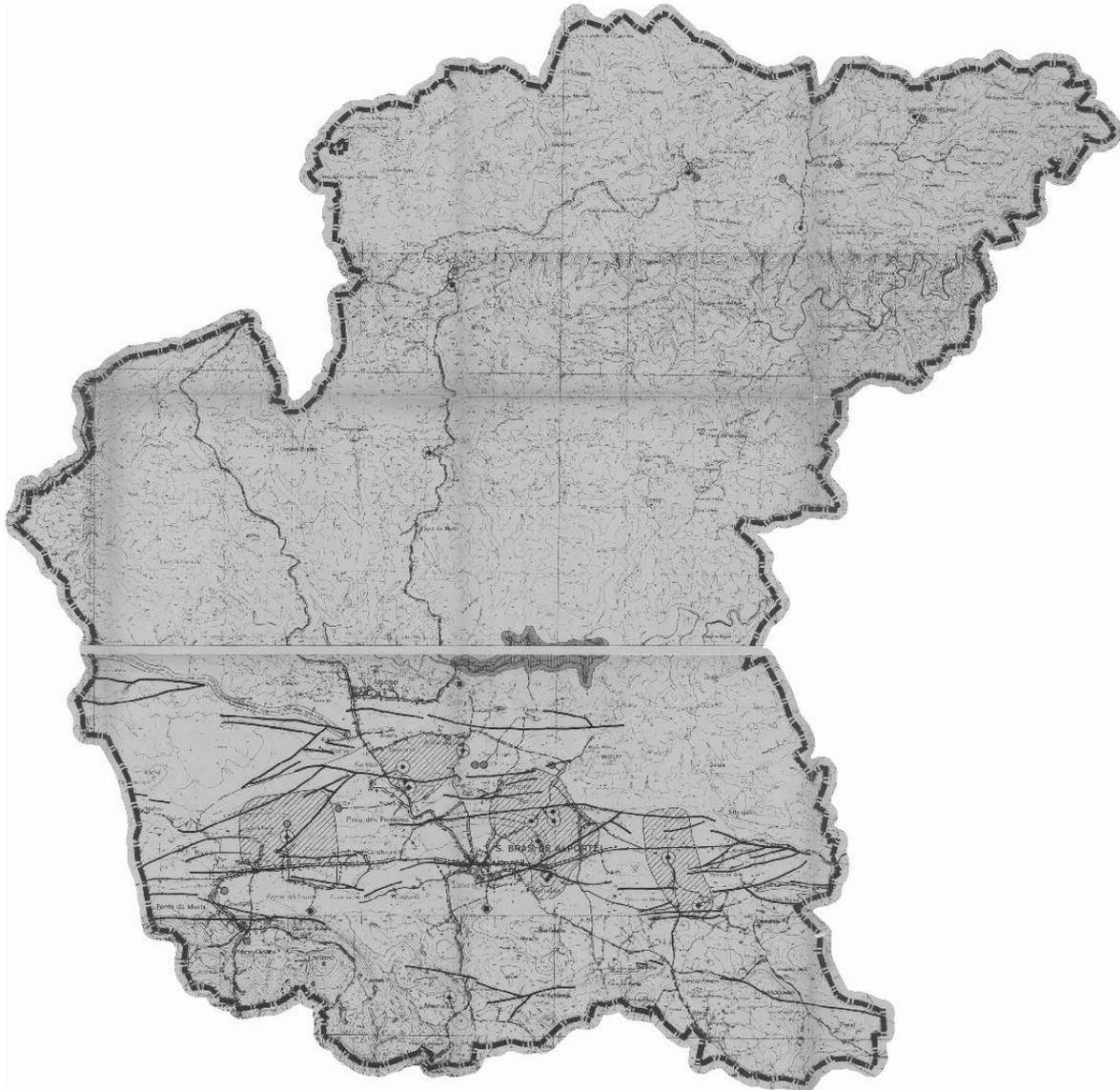


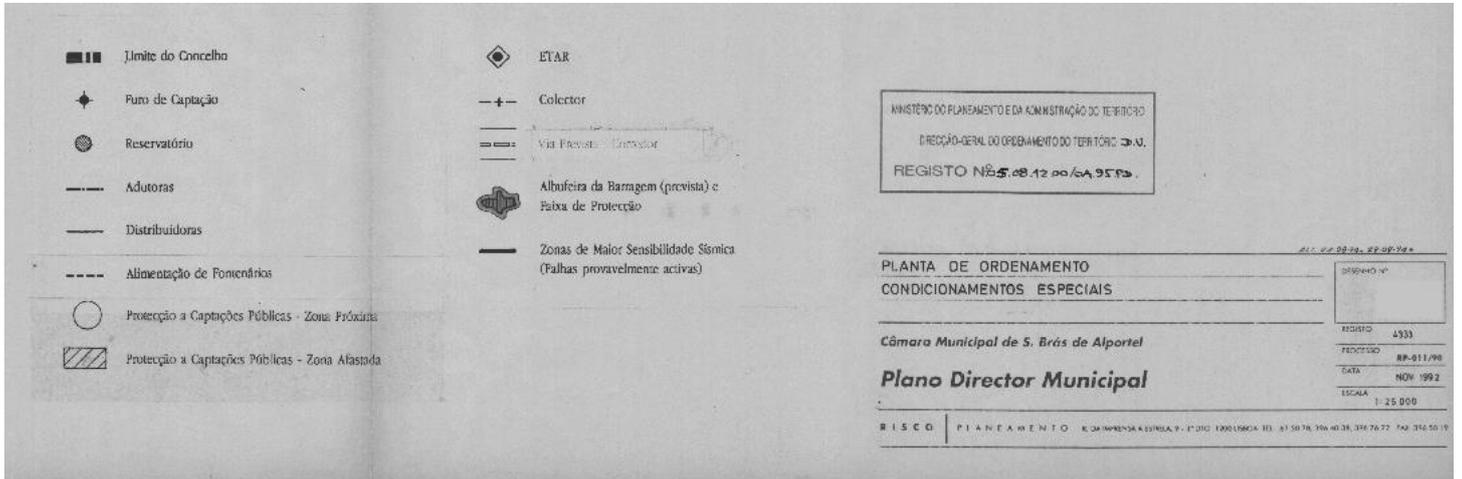


## PDM SBA - Planta de Ordenamento - Condicionamentos Especiais



Concelho de SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
PDM - SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
Planta de Ordenamento - Condicionamentos Especiais

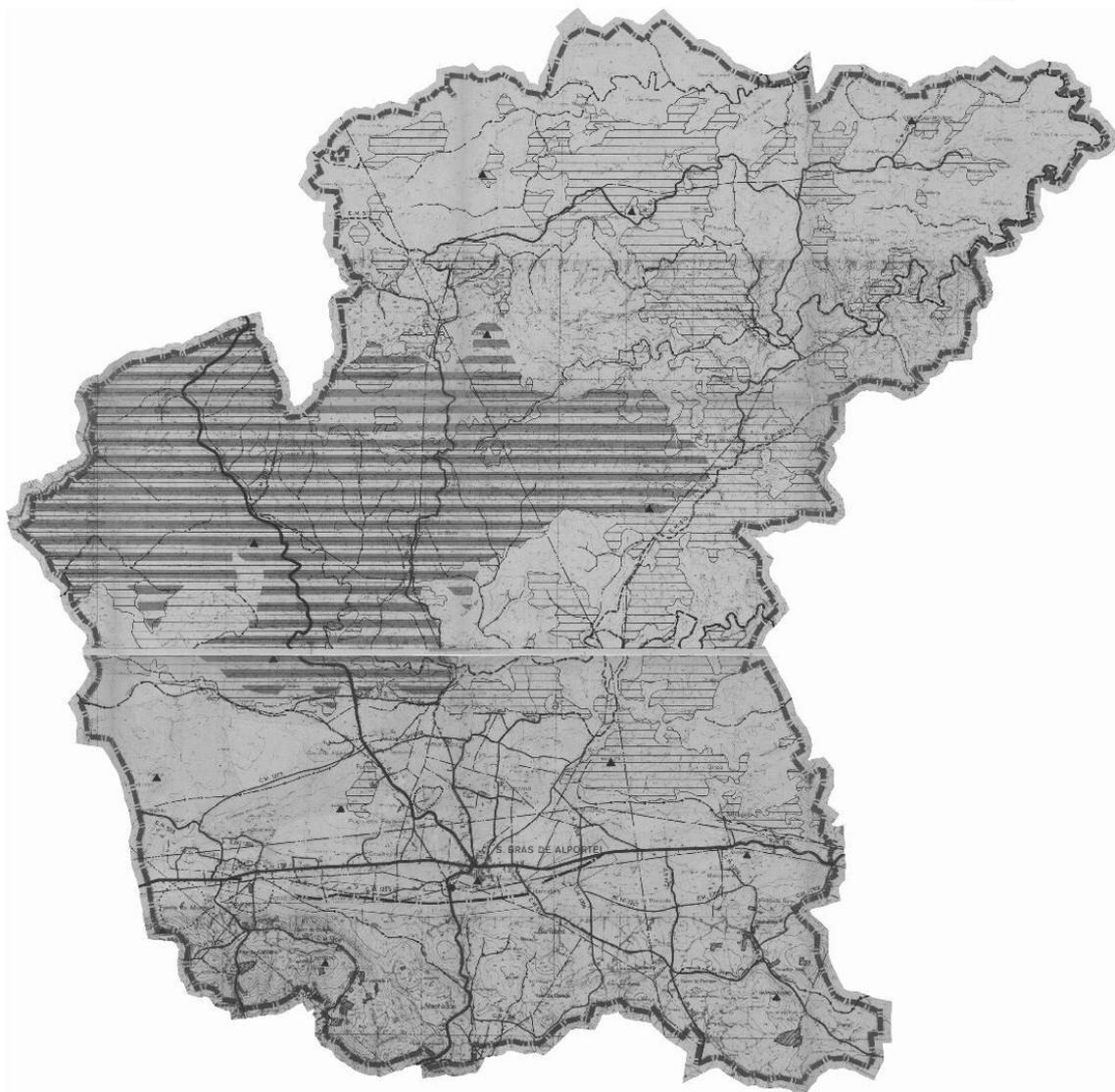


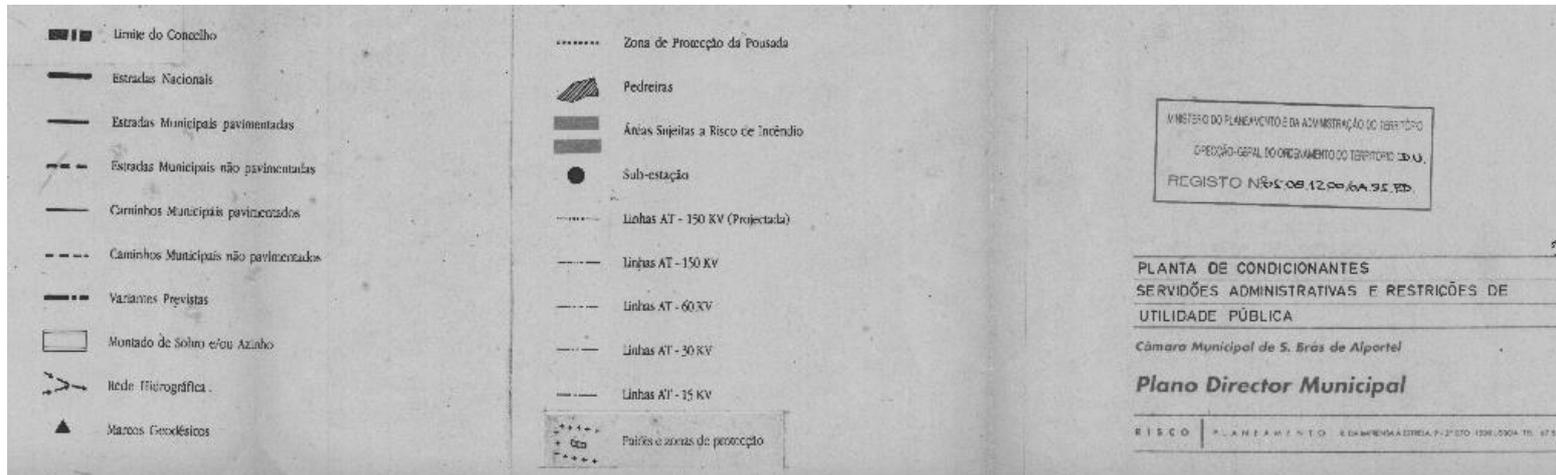


## PDM SBA - Planta de Condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública



Concelho de SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
PDM - SÃO BRÁS DE ALPORTEL  
Planta de Condicionantes - Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública





## **Anexo 3 – Esboço de projeto particular de atividades na Serra**

**Elaborado pela Presidente do Futebol Clube Cabeça do Velho - Suzel Gonçalves**

### **Atividades diárias:**

#### Oficina do pão

Do amassar, ao pôr no forno, passando pelo fintar e tender ou moldar do pão, terminando com uma bela tiborna, tudo isto poderá experimentar na sua Oficina do pão.

#### Oficina de verga ou empreita

Utilizando o vime ou a palma, terá oportunidade de adquirir lindas peças de artesanato. Pequenas alcofas ou cestos típicos da serra serão produzidos pelas suas próprias mãos.

#### Oficina de renda

Pegue na agulha e por meio da linha dê forma à sua imaginação, criando belos ornamentos de mesas, jarras, sabonetes, etc...

#### Passeios com história

Pelo seu próprio pé irá ao encontro de um património muito rico, um percurso por lugares (moinhos de vento, de água, moagens, fontes, poços) que durante muitos anos fizeram parte das rotinas diárias dos locais.

#### Vamos ao alambique!

Acompanhe todo o processo de destilação do medronho, figo ou bagaço e para terminar beba com moderação o néctar que aí se produz.

Vamos tomar banho à ribeira!

Em dias de muito calor, nada melhor para refrescar do que um mergulho nas águas cristalinas das nossas ribeiras.

Vamos à horta!

Vista a pele de hortelão, semeie e colha os mais diversos frutos e legumes da época.

## **Atividades mensais:**

### **JUNHO**

#### Cresta

Veja como se extrai da colmeia o mais delicioso açúcar serrano. Não deixe de contemplar o primoroso trabalho das nossas abelhas.

Recriação da ceifa

Do ceifar ao emedar, recriamos uma tradição que fazia parte do verão serrano das nossas gentes, um trabalho duro que permitia armazenar cereais para sustento de pessoas e animais.

### **JULHO/AGOSTO**

#### Tiragem da cortiça

A cortiça é uma das maiores riquezas da nossa serra, por isso não poderá deixar de assistir ao espetáculo que é ver as árvores revestirem-se de novas roupagens. De nove em nove anos, o tronco do sobreiro recebe os golpes de um machado!

Recriação da apanha e mascota do tremçoço

Como é que os deliciosos tremoços, que tradicionalmente se fazem acompanhar pela cerveja, nos chegam à mesa? Venha a uma plantação de tremoceiros, apanhá-los, levá-los para a eira e depois mascotá-los, de forma a libertá-los da sua casca.

## **SETEMBRO**

### Apanha da alfarroba

Venha varejar a alfarrobeira para libertar o seu fruto, a alfarroba, e depois apanhe-o do chão para ensacar.

### Apanha do medronho

De cor vermelha ou alaranjada, terá oportunidade de apanhar este fruto redondinho dos medronheiros e armazená-lo para levar para as destilarias.

### Vindima

Venha vindimar connosco. Percorra uma verdejante vinha, recolhendo o fruto que as nossas videiras produzem.

### Recriação do ciclo do Milho

Depois de ter sido semeado, crescer e se ter tirado a sua folhagem, vamos reviver uma das tradições da nossa serra, a esbagulha. Escarpele-o, descubra as maçarocas vermelhas e ganhe um beijinho ou abraço.

## **NOVEMBRO**

### Apanha da azeitona

A oliveira da serra vai-se deixar ripar pelas mais diversas mãos, libertando as lindas bolinhas verdes para cima do panal. Aprenda também a conservar a azeitona dos mais diversos modos, pois «Azeitona com pão alvo é comida de fidalgo.»

## **DEZEMBRO**

### Recriação da sementeira

Com um sementeiro ao ombro, semeie o trigo, aveia, cevada ou centeio depois de ter assistido ao embelgar da terra. Para terminar, só resta a lavoura.

Preço: 10 € por pessoa

Obs. Para a realização das atividades, é necessário no mínimo 8 pessoas.